



Universidade de Brasília  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Programa de Pós-Graduação

Raphael Sebba D. F. Curado

# **CAPITAL ESPACIAL:** o espaço como poder

Dissertação de Mestrado

Brasília

2022

RAPHAEL SEBBA D. F. CURADO

**CAPITAL ESPACIAL: o espaço como poder**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. PhD Frederico Rosa Borges de Holanda

BRASÍLIA

2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SC975c SDFC, Raphael  
Capital Espacial: o espaço como poder / Raphael SDFC;  
orientador Frederico Rosa Borges de Holanda. -- Brasília,  
2022.  
172 p.

Dissertação(Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) --  
Universidade de Brasília, 2022.

1. Capital. 2. Espaço. 3. Direito à cidade. 4. Poder. 5.  
Morfologia Urbana. I. Rosa Borges de Holanda, Frederico,  
orient. II. Título.

## Folha de Aprovação

Mestrando: **Raphael Sebba D. F. Curado**

Título da Dissertação: **Capital Espacial: o espaço como poder**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na Área de Concentração Projeto e Planejamento Urbano e Linha de Pesquisa Projeto e Planejamento Urbano e Regional.

Trabalho apresentado e aprovado em 11 de novembro 2022

Banca Examinadora:

**Prof. Frederico Rosa Borges Holanda**

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UnB, Orientador

**Prof. Benny Schvarsberg**

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UnB, Examinador Interno

**Profa. Sabrina da Fonseca Borges Fernandes**

Freie Universität Berlin, Examinadora Externa

**Profa. Liza Maria Souza de Andrade**

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UnB, Membro Titular

Brasília, 11 de novembro de 2022.

Dedico ao professor

Michelângelo Giotto Santoro Trigueiro,

pela vida que dedicou à ciência brasileira.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a quem fez no passado com que o presente fosse possível. Às professoras e professores que tive do primário ao mestrado. A quem mantém a UnB aberta, limpa e viva todos os dias. A quem ergueu as primeiras paredes do Campus Darcy Ribeiro e a quem deu sentido à Universidade ao longo de toda sua existência. A quem transforma o mundo cotidianamente com amor e luta. A quem, enfim, partilhou o cotidiano comigo nesses últimos anos: colegas, amigas, amigos, família.

Agradeço ao Professor Frederico Holanda, o melhor mestre que poderia ter. Por todos os conselhos e provocações, pelos elogios que tanto animam, pelas críticas que precisaram ser feitas. Por ser simples e brilhante, cuidadoso e exigente, por mudar a minha forma de pensar a ciência, por me despertar o desejo de nunca deixar a vida acadêmica.

Agradeço à Sabrina Fernandes, que em meio a tantos fluxos e deslocamentos parou nessas páginas com tanto carinho. Ao Benny Schvarsberg, que sempre esteve disponível do primeiro semestre à defesa final. Ao Michelângelo Trigueiro, que nos deixou tão cedo. Professor, onde você estiver: muito obrigado!

De todos os partidos e movimentos de esquerda ou de forma autônoma, agradeço a quem partilhei a luta nesses últimos tempos. Enfrentamos anos duros. Nossa caminhada nunca termina, mas sou profundamente grato por tudo o que pudemos conquistar juntos. Quero agradecer destacadamente às companheiras e companheiros do Coletivo Movimenta e da Revolução Solidária por serem fonte de tanta esperança.

Não poderia terminar sem agradecer a quem mais amo. Primeiro, a quem a vida me deu sem que eu precisasse escolher: pai, mãe, irmão e irmã. Obrigado por serem parte de mim. Por me fazerem existir. A cada lugar que vou, há um pedaço de vocês que vai. Onde vocês estiverem, tem um pedaço de mim.

Por fim, agradeço a quem me faz sorrir mesmo nos dias mais difíceis. A quem escolhi. A quem me escolheu. Brunna, obrigado por tudo. Pelos choros que choramos juntos. Pelos planos que realizamos. Por todos os sonhos que estamos sonhando. Obrigado por me fazer feliz a cada manhã, a cada tarde, a cada noite.

*Tá vendo aquele edifício, moço?*

*Ajudei a levantar*

*Foi um tempo de aflição*

*Era quatro condução*

*Duas pra ir, duas pra voltar*

*Hoje depois dele pronto*

*Olho pra cima e fico tonto*

*Mas me vem um cidadão*

*E me diz, desconfiado*

*Tu 'tá aí admirado*

*Ou 'tá querendo roubar?*

*Meu domingo 'tá perdido*

*Vou pra casa entristecido*

*Dá vontade de beber*

*E pra aumentar o meu tédio*

*Eu nem posso olhar pro prédio*

*Que eu ajudei a fazer*

*(Lucio Barbosa)*

## **Resumo**

A sociologia, história, arquitetura, geografia e demais áreas de estudo que se interessam pelas relações humanas desenvolveram diversas abordagens para apreender as interfaces entre espaço e sociedade. Cada uma destas abordagens carrega epistemologia, arcabouço teórico e técnicas de análise próprias. Apesar da vasta diversidade, há profunda convergência entre diferentes estudos no que refere a existência de uma dimensão espacial do poder. A fim de compreender esta dimensão, o presente estudo lança mão da Teoria do Valor Trabalho e do Capital de Marx, a Teoria da Sintaxe Espacial, a teoria de Pierre Bourdieu e de Milton Santos para propor um modo particular pelo qual se opera o acúmulo de valor e a reprodução social: o Capital Espacial. O objetivo fundamental do estudo foi desenvolver uma taxonomia capaz de captar a operação do Capital Espacial. Para verificar sua aplicabilidade enquanto recurso analítico foi realizado estudo de caso cujo objeto foram os conflitos socioespaciais no Distrito Federal.

## **Abstract**

Sociology, history, architecture, geography and other areas of study that are interested in human relations have developed different approaches to apprehend the interfaces between space and society. Each of these approaches carries its own epistemology, theoretical framework and analysis techniques. Despite the vast diversity, there is a profound convergence between different studies regarding the existence of a spatial dimension of power. To understand this dimension, the present study makes use of Marx's Theory of Labor and Capital, the Theory of Space Syntax, the theory of Pierre Bourdieu and the theory of Milton Santos to propose a particular way in which the accumulation of value and social reproduction functions: the spatial capital. The fundamental objective of the study is to develop a taxonomy capable of capturing the operation of Spatial Capital. To verify its applicability as an analytical resource, a case study was conducted whose object was the socio-spatial conflicts in the Federal District.

## Lista de Figuras

<b>Figura 1.</b> Duas malhas viárias hipotéticas e suas respectivas hierarquias. ...	28
<b>Figura 2.</b> Muro que separa os EUA do México. ....	88
<b>Figura 3.</b> Pedras sob passarela para impedir a permanência de pessoas.....	89
<b>Figura 4.</b> Fluxograma Capital Espacial. ....	115
<b>Figura 5.</b> Densidades Urbanas no Distrito Federal. ....	127
<b>Figura 6.</b> Mapa Axial Distrito Federal (2015).....	130
<b>Figura 7.</b> Áreas de Concentração Étnica - DF/2010 .....	132
<b>Figura 8.</b> Divisão do DF em raios de análise. ....	134
<b>Figura 9.</b> Renda média e mediana em cada zona. ....	135
<b>Figura 10.</b> Concentração Étnica / Integração Máxima e Mínima.....	136
<b>Figura 11.</b> Propaganda GDF anunciando Águas Claras.....	141
<b>Figura 12.</b> Letreiro Arniqueira .....	145
<b>Figura 13.</b> Faixa de protesto de moradores do Park Way.....	146
<b>Figura 14.</b> Letreiro com acréscimo da palavra "Acesso".....	146
<b>Figura 15.</b> Samambaia (2015), área urbana ocupada (1991) e SMT.....	148
<b>Figura 16.</b> Integração Global Península Lago Norte (2015).....	151

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
A Inquietação Inicial .....	11
As Bases Do Estudo .....	12
Método e Técnicas .....	16
Questões De Pesquisa.....	21
Estrutura Do Trabalho .....	22
<b>NÚCLEO TEÓRICO .....</b>	<b>24</b>
<b>1. BASE TEÓRICA.....</b>	<b>24</b>
1.1. Arquitetura Sociológica .....	24
1.2. Sociologia do Espaço.....	32
1.3. Geografia Crítica .....	45
<b>2. DESENVOLVIMENTO TEÓRICO .....</b>	<b>50</b>
2.1. Espaço e Apropriação Social .....	50
2.2. Todo Espaço É Capital? .....	54
2.3. Capital Comum .....	57
2.4. Valor Espacial, Consumo Produtivo e Valor Potencial.....	62
2.5. Funções do Espaço: material e simbólica.....	66
2.6. Função Simbólica Do Espaço .....	70
2.7. Espaço: Condição Material .....	81

2.8.	O Capital Arquitetônico de Frederico Holanda.....	93
<b>3.</b>	<b>SÍNTESE TEÓRICA.....</b>	<b>95</b>
3.1.	As Noções Fundamentais .....	95
3.2.	O Capital Espacial Simbólico .....	99
3.3.	O Capital Espacial Material .....	100
3.4.	Conflito e Violência Espacial.....	105
3.5.	Quadro e Fluxograma do Capital Espacial.....	114
	<b>NÚCLEO EMPÍRICO.....</b>	<b>117</b>
<b>4.</b>	<b>OS CONFLITOS ESPACIAIS NO DF .....</b>	<b>117</b>
4.1.	Expansão do Capital, Capital da Esperança.....	117
4.2.	Morfologia Urbana: dispersa e fragmentada.....	121
4.3.	Segregação Social .....	130
4.4.	Brasília: cidade obra e cidade mercadoria .....	137
4.5.	Manifestações do Capital Espacial no Distrito Federal .....	139
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>155</b>
	Saldo Teórico .....	155
	Implicações Práticas .....	157
	Horizontes Abertos.....	159
	Considerações Finais.....	162
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>164</b>

# INTRODUÇÃO

## A Inquietação Inicial

Henri Lefebvre, em “O Direito à Cidade”, advoga a necessidade de resgatar a dimensão da cidade enquanto obra. Não obra de engenharia, não empreendimento de construção civil. Mas obra como as de arte: realização dinâmica, aberta, única, expressão que se relaciona às condições do seu tempo, mas que, vez ou outra, amplia a escala do possível e apresenta imprevistos horizontes. A obra referida não necessita ser instrumental: seu sentido e sua função fundamental é a de ser desfrutada, não requer um objetivo externo, que seja intercambiável ou equivalente a qualquer outro produto humano, bem como que cumpra qualquer papel que não aquele associado à sua própria existência e usufruto. A experimentação da cidade enquanto obra envolve o contato com a diversidade, a imprevisibilidade, o encontro e o exercício da vida em comunhão. A obra urbana é sobretudo uma obra compartilhada. Sua autoria é assinada cotidianamente por cada habitante, sua construção é permanente e os rumos devem ser orientados pelo desejo coletivo. Em contraste à cidade-obra, Lefebvre argumenta que as cidades no sistema capitalista assumem a forma de mercadoria, inseridas no processo do capital. Como tudo que assume a forma mercadoria, as cidades são pressionadas pela subjugação do seu valor de uso em função do seu valor de troca. Entretanto, os traços originais da urbanidade e da cidade-obra permanecem ativos e em permanente conflito com a cidade-mercadoria.

Essa noção dialética da cidade, contendo em si aspectos contraditórios, serviu como primeira inquietação para o desenvolvimento do presente trabalho. Em última instância, o que Lefebvre revela é a emergência da cidade enquanto sociedade. Não como algo que se relaciona com a sociedade, sendo por ela determinada ou sendo dela determinante. Mas a cidade como dimensão da própria sociedade, como síntese de relações sociais espacialmente estabelecidas, como uma das formas pelas quais a sociedade existe. E, portanto, como constituinte e constituída pelas contradições sociais existentes. No presente trabalho adoto caminho semelhante, qual seja, o de

pensar o espaço enquanto dimensão social e refletir sobre as relações sociais consideradas a partir da sua dimensão espacial.

## As Bases Do Estudo

Para que a pesquisa seja bem desenvolvida é preciso estabelecer não apenas inquietações, mas objetos e questões de análise. Para alcançar tal delimitação alguns passos parecem adequados. O mais primordial é o resgate do que já foi desenvolvido dentro do universo de interesse. Resgatar estudos sobre a sociedade e o espaço para, a partir daí, identificar lacunas ou contribuições possíveis. Assim, foram resgatadas contribuições à discussão sobre o espaço e a sociedade em diferentes disciplinas. Este trabalho faz larga utilização dos aportes teóricos de Karl Marx, Pierre Bourdieu, Milton Santos e da Teoria da Sintaxe Espacial (TSE) a partir das categorias de Frederico Holanda. Não obstante a variedade disciplinar que envolve esses autores, cabe destacar que todos têm seus estudos marcados por alguns traços comuns de análise. O primeiro é o aspecto sistêmico de suas reflexões. Nenhuma dessas abordagens observa a realidade a partir dos elementos em si, mas da relação entre diferentes elementos. Os fenômenos são considerados em face do contexto e da forma como o objeto estudado se insere em um conjunto de relações. É a partir da síntese de elementos que se apreende a realidade. Afastam-se, assim, de análises substancialistas (BOURDIEU, 1996, p. 16 e 48).

A partir dessa percepção relacional da realidade, a noção de “espaço” assume papel central em suas teorias. Afinal, um sistema de relações pressupõe assimetria de posições e, conseqüentemente, um espaço de operação. Não obstante, há diferenças notáveis entre cada abordagem.

Pierre Bourdieu, por exemplo, distingue-se dos demais na medida em que seus estudos discutem pouco as implicações no espaço físico das relações humanas, bem como as implicações do próprio espaço físico para as relações sociais. O espaço considerado pelo autor é o espaço social. Ainda assim, ao longo de sua obra são feitas remissões ao espaço físico e há ao menos dois trabalhos em que se discute objetivamente essa questão: o capítulo “Efeitos de Lugar”, do livro “A Miséria do

Mundo” (Bourdieu, 1997, p. 159), e o artigo “Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado” (Bourdieu, 2013).

Não cabe, agora, aprofundar a discussão sobre a noção espacial de Bourdieu, bem como o debate sobre outros aspectos de sua teoria. Farei isso ao longo do trabalho. Por ora é conveniente apenas elencar aspectos gerais da sua obra e dos demais autores que sustentam teoricamente a discussão aqui apresentada.

Outro importante autor a subsidiar a presente discussão é Bill Hillier, que postula que a relação entre organização espacial e organização social pode ser abordada a partir de ao menos dois sentidos: as leis da forma urbana para sociedade e as leis da sociedade para forma urbana. As primeiras seriam as implicações do lugar sobre as pessoas. Já as segundas, as determinantes sociais sobre os lugares. Ambas as abordagens referem uma mesma realidade: não existe lugar apreendido que não seja ao mesmo tempo determinado e determinante de relações humanas.

Holanda nos apresenta essa discussão a partir de outras categorias analíticas. Em seu artigo “Arquitetura Sociológica” (2007), Holanda sustenta que a arquitetura pode ser interpretada enquanto variável dependente ou independente. Enquanto variável dependente a arquitetura é determinada, está em função de determinantes que extrapolam sua estrutura própria. Observar as transformações urbanas de um bairro que decorrem de paradigmas ideológicos ou de modos de produção específicos, por exemplo, implica análise que considera a arquitetura enquanto variável dependente. Por outro lado, análises que observam os efeitos do lugar para a sociedade podem ser consideradas análises que avaliam a arquitetura como variável independente, capaz de gerar efeitos, de impactar as pessoas. Podemos citar algumas análises que avaliam a arquitetura enquanto variável independente, como a avaliação dos potenciais de deslocamentos urbanos a partir da malha viária ou os efeitos bioclimáticos de uma intervenção em edifício. Elas partem das características intrínsecas dos lugares e chegam às consequências dessas características. Nos exemplos citados, consequências a afetar o trânsito na cidade ou a condição bioclimática de um edifício, respectivamente.

A título de exemplo da distinção entre a arquitetura enquanto variável dependente ou independente podemos citar Raquel Rolnik que no livro *A Guerra dos*

Lugares (2019) faz larga explanação sobre o que chamou de “colonização da terra e da moradia pelas finanças”. Sua abordagem focaliza as leis da sociedade para forma urbana, ou, a arquitetura enquanto variável dependente. Nesse estudo é feito profundo debate sobre as formas como o capital financeiro encontra na terra e na moradia alternativas para expansão da acumulação e para sua reprodução. Sua análise apresenta em pormenor o processo de expansão do capital a afetar a condição espacial de pessoas e comunidades, especialmente no tangente à moradia.

Raquel Rolnik se insere na tradição marxiana, adotada também por David Harvey, que analisa o desenvolvimento espacial do capitalismo a partir das categorias analíticas de Marx, com centralidade para o papel desempenhado pelo processo de acumulação do capital na produção de configurações espaciais. Para essa tradição, o capital não configura um ativo ou recurso, mas um processo pelo qual valores acumulados são colocados em movimento para obtenção de mais-valor. Harvey, no livro *Os Limites do Capital* (1982), analisa como esse processo envolve uma necessidade permanente de ampliação de sua área de abrangência e em que medida a busca pela superação dos limites do capital influencia a configuração urbana em suas diferentes escalas: local, regional e global.

Os teóricos da Teoria da Sintaxe Espacial, por sua vez, almejam focalizar a arquitetura enquanto variável independente, ou seja, interpretar os efeitos da configuração espacial para sociedade. Percorrem caminho inverso ao adotado por Harvey<sup>1</sup>. Observa-se, a partir da TSE, que a forma como o espaço é organizado é capaz de possibilitar ou restringir deslocamentos e permanências. O ponto de partida da análise é a configuração espacial e sua capacidade de afetar comportamentos ou fenômenos sociais. Cabe destacar que essa formulação não pode ser confundida com análise determinista do espaço. A TSE reconhece que determinadas formas arquitetônicas impõem restrições ou possibilitam ações. Mas elas não são capazes de determinar como essas restrições e possibilidades serão efetivamente percebidas

---

<sup>1</sup> Harvey desenvolve teoria dialética. Portanto, há em sua obra a consideração dos efeitos dos lugares sobre as relações sociais – ou a interpretação do espaço enquanto variável independente. Não obstante, ao atribuir a força motriz da produção do espaço ao modo de produção e organização social há uma priorização da análise do espaço enquanto consequência das dinâmicas sociais.

pelos indivíduos, nem como eles lidarão com as condições espaciais. A título de exemplo, é possível prospectar um indivíduo em uma cela trancada. A configuração espacial na qual ele está imerso efetivamente lhe impõe restrições ao deslocamento. Mas não significa que o indivíduo não poderá tentar fugir (e eventualmente até conseguir). Indo além: a configuração espacial não implica que exista desejo ou disposição de sair, de tal modo que o fato de a cela estar trancada pode sequer ser percebido enquanto restrição pelo indivíduo, apesar de efetivamente o ser.

O último autor mencionado nestas primeiras considerações é Milton Santos. Dentre a vasta obra desse autor, interessa ao presente estudo particularmente as noções desenvolvidas de fixos e fluxos enquanto categorias de análise a representar, respectivamente, os sistemas de objetos e os sistemas de ações que qualificam e definem o espaço. No exemplo evocado para apresentar a Teoria da Sintaxe Espacial, a cela, a grade, as paredes podem ser consideradas componentes fixas: estruturas rígidas, estabelecidas, que não se deslocam no espaço. Já a presença de um indivíduo, bem como sua ação, pode ser compreendida enquanto fluxo: algo que passa pelos fixos e lhe atribui dinâmica, sentido. Usando essas categorias, pode-se dizer que a Teoria da Sintaxe Espacial procura prospectar fluxos a partir do estudo dos fixos. De Santos é resgatada, ainda, a discussão sobre a tendência à totalização do espaço – entendido enquanto expansão de dinâmicas e tendências espaciais ao redor do globo – e as diferentes formas de resistência ou fissuras nesse processo.

As teorias que dão base a este trabalho carregam epistemologias distintas. No entanto, há notáveis convergências quanto ao reconhecimento da existência de uma dimensão espacial do poder. Esta convergência, contudo, não implica uma taxonomia comum dadas as diferenças disciplinares e metodológicas adotadas. Mas permitem refletir sobre o que há de unidade, de elemento comum a ser percebido nas diferentes abordagens. Essa reflexão gera a questão primordial do estudo: como o espaço reproduz hierarquias e estruturas sociais?

## Método e Técnicas

O objetivo fundamental deste estudo é avançar na formulação de um sistema conceitual que seja instrumental à interpretação das relações entre espaço e poder. Proponho, para tanto, uma taxonomia que pretende contemplar a dimensão espacial do poder, dando conta da natureza dialética do espaço enquanto causa e consequência de fenômenos sociais e do espaço enquanto portador de funções simbólicas e materiais.

Para dar conta dessa questão, é preciso definir aspectos metodológicos. Para tanto, adotei como parâmetro as classificações apresentadas por Antônio Carlos Gil no livro *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (2008). Nesse livro, o autor indica a qualificação da pesquisa a partir de diferentes critérios, dos quais extraio:

1. **Finalidade da pesquisa.** A pesquisa pode ser pura ou aplicada.
2. **Níveis de pesquisa.** A pesquisa pode ser descritiva, explicativa ou exploratória.
3. Método que proporciona a base lógica da investigação.
4. Meios técnicos da investigação.

Seguindo esses parâmetros, a presente pesquisa pode ser classificada como pura e explicativa. A pesquisa pura é definida por Gil como aquela cujo objetivo é a consolidação de novos conhecimentos, independentemente de haver aplicação prática imediata a partir dos resultados obtidos. Em contraste, a pesquisa aplicada busca solucionar problemas práticos e bem definidos. As pesquisas aplicadas costumam lançar mão do estoque de conhecimento desenvolvido por pesquisas puras e, neste sentido, a pesquisa pura desempenha o papel de servir como base para o desenvolvimento de soluções aplicadas. Não por acaso, a pesquisa pura costuma ser referida, também, como pesquisa de base ou pesquisa básica.

O presente estudo pode ser considerado puro, na medida em que seus objetivos primordiais são de natureza teórica. Ainda que a formulação de uma taxonomia capaz de servir como instrumento analítico de fenômenos sociais seja fundamental para o desenvolvimento de aplicações práticas, este é um trabalho essencialmente teórico. Seguindo procedimento adotado por teóricos como Marx e

Bourdieu, as propostas teóricas partem da observação direta, de estudos de caso ou de fontes secundárias e são tensionadas pela verificação empírica de modo permanente, sendo sempre aberta a possibilidade de ajustes da teoria pela evidência empírica.

Já o caráter explicativo refere o nível da pesquisa. Gil apresenta, amparado em Sellitz et al. (1967), três níveis de pesquisa: estudos descritivos, explicativos e exploratórios. Os estudos descritivos procuram estabelecer parâmetros objetivos de descrição de objetos específicos. Não se pretende, nestes estudos, estabelecer explicações gerais ou desenvolver revisões e transformações teóricas no campo científico. Envolvem o registro das características de um determinado fenômeno ou fato social, de suas variáveis e das relações que as variáveis têm entre si. Os estudos descritivos costumam desenvolver-se a partir de bases teóricas e técnicas bem estabelecidas e representam aportes empíricos às discussões científicas de um determinado campo.

Já os estudos explicativos procuram estabelecer relações de causa e efeito entre fatos e fenômenos sociais. Possuem verificação empírica, mas tem como horizonte principal a explicação reflexiva para além da descrição objetiva de resultados e dados. Podem se relacionar a um objeto específico ou desenvolver produtos teóricos e metodológicos de médio ou longo alcance. Conceitualmente, é o tipo de pesquisa que desenvolve o conhecimento de forma mais profunda, identificando não apenas a forma e a descrição dos fenômenos, mas, também, um conjunto interpretativo.

Por fim, os estudos exploratórios, tal qual os explicativos, almejam desenvolver aportes qualitativos aos campos científicos que pertencem. No entanto, diferente dos estudos explicativos, os estudos exploratórios não almejam necessariamente apresentar um sistema explicativo de fenômenos, embora possam avançar neste sentido. O objetivo primordial dos estudos exploratórios é, como o nome indica, explorar os limites do conhecimento científico, encontrar lacunas, contradições, consensos e potencialidades a serem desenvolvidas. Podem apresentar hipóteses, identificar novos problemas e possibilidades teóricas. Áreas ainda pouco exploradas – ou muito exploradas sem, contudo, existir amplos consensos – são candidatas ao

desenvolvimento de estudos exploratórios, na medida em que as bases para o desenvolvimento de uma pesquisa explicativa podem não estar estabelecidas.

No presente estudo, o enquadramento proposto é o de pesquisa explicativa. A classificação deste modo, e não exploratório, reside no reconhecimento de que o esforço aqui engendrado almeja estabelecer novos horizontes para o estudo do espaço enquanto dimensão social ao apresentar uma nova taxonomia, um sistema interpretativo com teoria, método e técnica. Não obstante, as formulações propostas não implicam a pretensão de apresentar uma formulação plenamente acabada. É, antes, o esforço de avançar na formulação sistemática em um campo ainda preñado de possibilidades interpretativas: as formas pelas quais o espaço é simultaneamente produtor e produto de relações sociais.

Feita a caracterização inicial da pesquisa como pura e explicativa, é possível avançar para discussão sobre o método adotado. Gil classifica os métodos em função da base lógica de investigação e dos meios técnicos utilizados. No tangente às bases lógicas de investigação, o presente estudo pretende contribuir para formação de uma taxonomia sobre a dimensão espacial do poder estruturada com base no método hipotético-dedutivo e no materialismo dialético. O método hipotético-dedutivo, proposto por Karl Popper, consiste na apresentação de hipóteses teóricas estabelecidas de maneira indutiva, lógica ou mesmo intuitiva. A partir da hipótese, tomada como axioma, se extrai de maneira dedutiva conclusões passíveis de serem verificadas empiricamente. O esforço empírico consiste, nesta abordagem, na tentativa de falsear a hipótese e suas conclusões. Submete-se, assim, o conhecimento a permanente escrutínio.

O materialismo histórico dialético, por sua vez, proposto por Karl Marx e Friedrich Engels a partir da crítica da dialética idealista de Hegel, ampara-se em procedimento lógico-filosófico que tem como premissas fundamentais 1) a unidade dos opostos, que entende qualquer objeto ou fenômeno como síntese de forças contraditórias e em conflito, 2) a negação ou tentativa de superação dessas contradições, a resultar em um novo objeto ou fenômeno, 3) a reprodução de novas contradições neste novo objeto ou fenômeno, que também será negado e 4) a natureza quantitativa e qualitativa que subjaz todos os objetos e fenômenos. As

transformações dialéticas culminam em mudanças qualitativas, mas se desenvolvem a partir de mudanças quantitativas. A síntese que emerge da superação das contradições anteriores nunca é completamente desconectada do objeto ou fenômeno que a originou: antes, seus elementos fundacionais já estavam presentes naquilo que foi superado.

A grande distinção entre a dialética hegeliana e a dialética marxista consiste na força que move a transformação. Hegel estabelece um pensamento idealista, em que as ideias prescindem das condições materiais e são, elas mesmas, a força transformadora. O desenvolvimento das ideias se dá por estruturas puramente ideais e a transformação das ideias produz transformações materiais. Marx e Engels assumem uma postura radicalmente crítica ao idealismo de Hegel e assentam seu pensamento sobre a premissa de que a ação só é desenvolvida na medida em que há condições materiais para tal.

A dialética-materialista leva essa conclusão às últimas consequências, de modo a concluir que toda a ação – inclusive o desenvolvimento de ideias – deriva das condições materiais objetivamente existentes quando da sua realização. A força motriz da história não é a superação de conflitos no campo das ideias, mas a superação de conflitos materiais, expressos a partir da condição dos indivíduos e grupos sociais na estrutura de produção e organização material da sociedade<sup>2</sup> a afetar toda organização social, inclusive seus aspectos simbólicos, ideológicos, superestruturais.

---

<sup>2</sup> O materialismo dialético de Marx também se contrapõe a outras tradições materialistas que culminam em uma postura fatalista ou imobilista dos indivíduos e da ação humana. A reflexão do materialismo contemplativo – como se refere Marx – é extraída de maneira lógica. Se a matéria prescinde todas as ações e pensamentos humanos, é factível concluir que não há margem para se deliberar ou agir em favor de uma ação transformadora da realidade. As Teses Sobre Feuerbach (1845), de Marx, representam uma síntese da crítica marxista a esta postura imobilista. Nelas aparece, pela primeira vez, a noção de *práxis* na obra de Marx, a indicar uma síntese entre teoria e prática. A falha do materialismo contemplativo seria não reconhecer que, embora movidas sobre determinações materiais, as transformações sociais são sempre ações humanas, de indivíduos e grupos sociais. Há, assim, um duplo caráter na transformação da realidade: a estrutura que a condiciona e a superestrutura que a interpreta, dá sentido e serve de base à ação. Daí a síntese materialismo dialético: a dialética aplicada ao materialismo e, inclusive, a dialética aplicada à interpretação entre ação humana e estrutura social.

No presente estudo o materialismo dialético fornece os instrumentos lógicos para o desenvolvimento das hipóteses propostas que, posteriormente, pretende-se colocar em verificação por meio do método hipotético-dedutivo. Almejo ao final deste trabalho ter fornecido condições para que o ciclo desejado de desenvolvimento de hipóteses, seguido de reflexão dedutiva e verificação empírica seja aprimorado e continuamente desenvolvido a partir de novos estudos.

Uma última consideração precisa ser feita sobre o método adotado: os meios técnicos da investigação. Também referido como técnicas de pesquisa, os meios técnicos de investigação consistem em procedimentos adotados a fim de obter dados de maneira precisa, transparente e verificável.

Gil aponta que os procedimentos técnicos mais utilizados em pesquisas sociais são 1) o experimental, 2) o observacional, 3) o comparativo, 4) o estatístico, 5) o clínico e 6) o monográfico.

O presente trabalho lança mão de dados primários observacionais, colhidos em visitas de campo, diálogos com sujeitos e observação participante em dinâmicas urbanas no Distrito Federal. Adota, também, dados secundários estatísticos, oriundos sobretudo da CODEPLAN (Companhia de Planejamento do Distrito Federal), do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e de outras pesquisas desenvolvidas tendo por objeto o Distrito Federal.

A escolha por dados relativos ao Distrito Federal deu-se em função das condições específicas de desenvolvimento desta pesquisa. Embora seu enfoque prioritário seja teórico, optou-se por desenvolver análise ancorada em realidade empírica específica. A escolha segue caminho análogo ao desenvolvido por Pierre Bourdieu em seus estudos, que busca extrair de contextos específicos e analisados em profundidade chaves analíticas e teóricas que extrapolam as conclusões puramente empíricas e particulares.

A premissa fundamental nessa abordagem prático-teórica é a noção de que a análise empírica destituída de exploração teórica é incapaz de revelar faces ocultas dos fenômenos sociais. E que a teoria sem interface prática, por sua vez, é insuficiente para compreensão material da realidade (THIRY-CHERQUES, 2006). Tal premissa é

partilhada por todos os autores discutidos até aqui, embora os procedimentos metodológicos adotados por cada um deles possua feições particulares. Mas dado seu caráter teórico-empírico, é possível comparar os achados e apontamentos de cada autor e é justamente nessa comparação que emerge a identificação de um elemento comum nas relações socioespaciais: uma estrutura particular de poder, o espaço enquanto signo, semente e fruto de relações sociais.

## Questões De Pesquisa

Visto que há convergência conclusiva em pesquisas com diferenças epistemológicas, que partem de questões tão distintas quanto os efeitos da malha urbana e os efeitos do mercado financeiro, é possível presumir que há margem para a formulação de abordagem teórica que dê conta de captar o fenômeno para o qual todas estas abordagens convergem: o espaço enquanto poder.

O presente estudo parte da questão mais geral de pesquisa – as relações entre espaço e poder – e chega a uma questão mais específica que orientará o trabalho: como operara o capital espacial, entendido como dimensão espacial das relações de poder e acumulação de valor? Derivadas desta questão principal, outras podem ser feitas. Por exemplo, como ele se relaciona com as demais formas de capital e com o processo geral do capital em sentido amplo? O aporte conceitual da noção de capital espacial possibilita a realização de diagnósticos ou recomendações objetivas de intervenção urbana em casos concretos, para além da reflexão teórica?

A fim de ancorar a discussão teórica à experimentação prática, o Distrito Federal foi escolhido como estudo de caso. Dados demográficos, estrutura sintática, registros históricos, dados oficiais do Sistema de Transporte Público e Coletivo do DF (STPC) ou das políticas habitacionais do DF e dados oriundos de pesquisa de campo foram evocados para fundamentar e direcionar a reflexão teórica aqui proposta.

Para objetivar a discussão e ancorar o desenvolvimento do trabalho em questões objetivas – tanto de caráter teórico quanto empírico – foram formuladas duas questões fundamentais que se pretende responder ao final do trabalho:

- 1) Quais fatores geram a segregação socioespacial do Distrito Federal?
- 2) Como o capital espacial reproduz desigualdades?

## Estrutura Do Trabalho

O trabalho é organizado nas seguintes partes:

- Introdução.
- Núcleo Teórico.
  1. Base Teórica
  2. Desenvolvimento Teórico
  3. Síntese Teórica
- Núcleo Empírico.
  4. Os Conflitos Espaciais no DF
- Conclusão.

A Introdução consiste na apresentação do trabalho, suas questões fundamentais, as motivações iniciais, seu enquadramento e o percurso intelectual desenvolvido.

O Núcleo Teórico conforma a maior parte do presente estudo, visto que seu objetivo primordial é de natureza teórica, e é composto por três capítulos: Base Teórica, Desenvolvimento Teórico e Síntese Teórica.

Na Base Teórica serão apresentados os principais estudos e autores que servem de base ao estudo. Haverá, ainda, discussão sobre a pertinência de cada autor relativo ao objetivo do trabalho. Pretende-se abranger de forma mais ampla e generalista o escopo da pesquisa, qual seja, as relações de poder e reprodução social relativas ao espaço.

Já no Desenvolvimento Teórico haverá maior detalhamento e focalização da discussão, a fim de aproximar as discussões apresentadas de maneira mais geral na Base Teórica à questão mais específica sobre a existência do Capital Espacial e sua

operação. Nesse capítulo serão apresentadas as principais categorias e conceitos analíticos adotados.

Concluindo o Núcleo Teórico, a Síntese Teórica consiste no resgate dos principais elementos abordados no Desenvolvimento Teórico e sua apresentação sistematizada e coesa na forma de taxonomia a ser adotada. É o capítulo mais específico em relação à abordagem teórica do trabalho.

Assim, o Núcleo Teórico é constituído por três capítulos encadeados que partem da discussão mais aberta das relações entre sociedade e espaço e culminam na formulação mais circunscrita de uma taxonomia a referir o capital espacial.

Cabe destacar que ao longo do Núcleo Teórico haverá apresentação e discussão empírica de modo a sustentar as formulações e discussões apresentadas. Ademais, adoto a tríade proposta por Frederico Holanda que conecta Teoria, Método e Técnica como partes conectadas: a formulação teórica presume a definição de método e técnicas que conformam a teoria.

O Núcleo Empírico é composto por apenas um capítulo: Os Conflitos Espaciais no DF. Aqui a Teoria será colocada em exercício por meio do método e das técnicas que a compõem. O resultado desse capítulo será a apresentação de hipóteses sobre o desenvolvimento do Distrito Federal à luz do capital espacial.

A Conclusão, como de praxe, é o momento de resgate dos principais achados do trabalho e como eles se relacionam com os objetivos e questões de pesquisa. Haverá, ainda, apresentação de limites encontrados e lacunas que possibilitem novos horizontes de discussão e pesquisa.

# NÚCLEO TEÓRICO

## 1. BASE TEÓRICA

### 1.1. Arquitetura Sociológica

Áreas tão distintas quanto a Antropologia e a Engenharia, passando pela Geografia, História, Economia, entre outras, abordam o espaço e questões sociais a ele relacionadas. Na Arqueologia, por exemplo, extrai-se de sítios físicos aspectos relativos às sociedades que habitaram o lugar estudado. Na Economia, por sua vez, muitas divergências entre paradigmas teóricos tem uma forte relação com o papel que o Estado deve desempenhar, entendido, entre outras coisas, como unidade territorial. Há, ainda, abordagens que não transitam de maneira direta entre o espaço social e o espaço físico, focalizando apenas uma dessas dimensões. Ao mapear a crosta terrestre, uma pesquisadora geofísica pode obter resultados com implicações sociais. Pode identificar área de potencial exploração mineral, cuja efetivação afetará comunidades locais e o desenvolvimento econômico da região, além de inserir-se em um contexto internacional de produção e circulação de mercadorias. Todos esses aspectos têm evidente relação com estudos sociais. Mas o objeto estudado não é necessariamente submetido a análises sociais, podendo ser apreendido estritamente a partir de seus aspectos geofísicos.

De maneira análoga, ainda que toda relação social se desenvolva de maneira espacial, pode-se adotar recortes analíticos não espaciais em estudos sociais. É possível, por exemplo, analisar o papel simbólico do carro mesmo sem empregar técnicas de observação do espaço físico. Esse exemplo é emblemático, pois o objeto em questão – o carro – tem entre suas características mais fundamentais a de ser um instrumento de deslocamento espacial. Ainda assim, é possível analiticamente observá-lo sem escrever uma linha sequer sobre os espaços pelos quais ele transita e que ele define. As implicações de possuir um carro de luxo, por exemplo, não se

restringem ao seu potencial de deslocamento – que sob vários aspectos é equivalente ao de um carro popular – mas das representações sociais que esse carro encarna ao seu possuidor.

Holanda (2007) apresenta a perspectiva de que a arquitetura é uma ciência com epistemologia própria, com teoria, método e técnicas distintas daquelas encontradas em áreas correlatas como a geografia, a história ou a sociologia. Considera, para tanto, que a arquitetura pode ser interpretada como variável dependente – respondendo a impulsos externos como a topografia, a disponibilidade de recursos, o arcabouço científico-tecnológico, o ambiente socioeconômico, disposições culturais, entre outros – e como variável independente, a partir do seu potencial interventor, de causar impactos, de afetar pessoas ou lugares. Considerada como variável independente, Holanda estabelece uma nova dualidade na arquitetura: ela possui efeitos sobre o meio natural e efeitos sobre o meio social. Quando aborda os efeitos sobre o meio social, trata-se de arquitetura sociológica, que considera sobretudo o impacto dos lugares sobre as possibilidades de encontros e esquivanças, bem como de permanência e deslocamento no espaço.

Cabe explicitar ainda mais o que se entende por arquitetura e, mais precisamente, por arquitetura sociológica. Para responder essa questão Holanda recorre ao entendimento de Evaldo Coutinho, para quem a arquitetura pode ser interpretada como a articulação entre elementos-meio e elementos-fim. Os primeiros consistem nos volumes dos lugares, tudo que preenche o espaço: as paredes, os bancos, as portas, o mobiliário. Já os segundos correspondem aos vazios, ao espaço propriamente dito: o que “sobra” entre os volumes, o que pode ser efetivamente ocupado pelas pessoas. Nesse trabalho são utilizadas as noções de cheios ou volumes para referir elementos-meio, e vazios ou espaços para referir elementos-fim.

Todavia, a articulação entre cheios e vazios, por si só, não é o suficiente para identificar o que é a arquitetura, visto que há aspectos da articulação entre volumes e espaços que não têm significado arquitetônico. O que distingue a arquitetura é o conjunto de aspectos da articulação entre volumes e espaços que afetam a relação entre lugares e pessoas. Como exemplo, uma montanha pode ser observada como acidente geológico ou expressão do movimento da crosta terrestre. Sob essa

perspectiva não se apresenta enquanto arquitetura, embora possa ser descrita a partir da articulação de seus volumes e de seus espaços, tal qual a porosidade das rochas, presença de cavernas ou inclinações rochosas. No entanto, se observada a partir de seus atributos que se relacionam às pessoas, ou nos efeitos que potencialmente causa sobre as pessoas a partir da composição de cheios e vazios, pode ser apreendida enquanto arquitetura. Isso acontece ao manifestar-se como configuração espacial que pode representar estímulos ou restrições à permanência ou ao deslocamento, que tem efeitos bioclimáticos, que pode exercer papel simbólico, atender a expectativas estéticas, topoceptivas, entre outras<sup>3</sup>. A arquitetura não é uma realidade em si, mas um dos olhares sobre a realidade: o olhar da articulação entre cheios e vazios na relação com as pessoas sob diferentes aspectos. Deriva daí a classificação deste estudo enquanto arquitetura sociológica, assim definido por referir os aspectos sociológicos da arquitetura de acordo com a categorização de Holanda.

### *1.1.1. Teoria da Sintaxe Espacial*

A Teoria da Sintaxe Espacial (TSE) foi formulada inicialmente por Bill Hillier, Julienne Hanson e outros colegas da University College London, e tem como característica a análise da conexão entre configuração espacial – entendida como a relação entre as partes constituintes de um lugar – e tendências sociais – como os deslocamentos, as ausências e as presenças. Ou, em outras palavras, o estudo dos efeitos das formas construídas. É importante explicitar com mais cuidado o que se entender por “configuração espacial” e por “tendências sociais” para dirimir a possibilidade de interpretação diversa daquela que se pretende adotar neste trabalho. A configuração espacial é justamente a articulação entre cheios e vazios, entre volumes e espaços. Na literatura tem sido comum, também, o uso do termo “forma-espaço” para referir configuração espacial (MEDEIROS, 2006; COELHO, 2017). Já por “tendências sociais” pretende-se referir as implicações virtuais de determinadas configurações, o que não pode ser confundido com os usos efetivos. As tendências

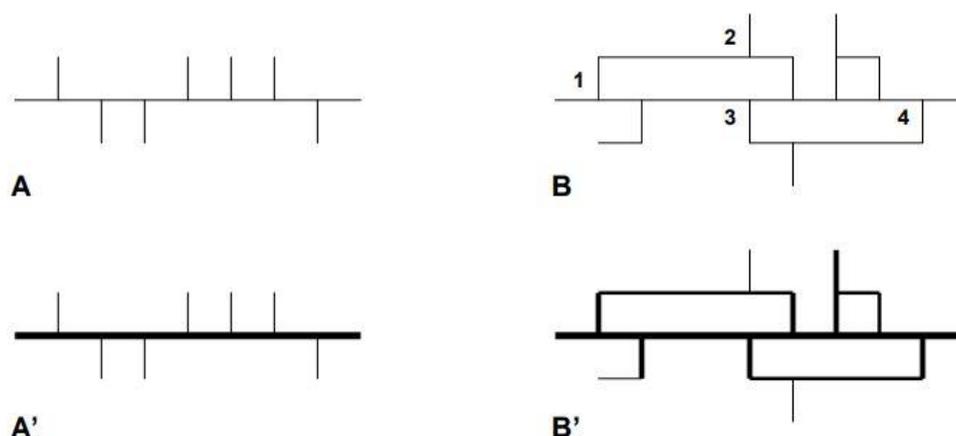
---

<sup>3</sup> Holanda cita 8 aspectos da arquitetura enquanto variável independente: funcionais, bioclimáticos, econômicos, sociológicos, topoceptivos, afetivos, simbólicos e estéticos.

atuam no campo das possibilidades e das restrições estabelecidas pela configuração espacial, mas o uso efetivo não é orientado ou influenciado apenas pelo potencial espacial. Como os usos efetivos estão sujeitos a outras variáveis, e não apenas às espaciais, não é possível determiná-los exclusivamente a partir da análise configuracional (COELHO, 2017). Contudo, a configuração espacial tem efeitos práticos, na medida em que o ambiente físico conforma um conjunto de possibilidades e restrições à ação.

Uma das técnicas adotadas para captura da configuração espacial pela SE é a representação de todos os caminhos possíveis no espaço urbano por meio de eixos. Traça-se uma linha para cada local possível de passagem, conectando-a a outras passagens de modo a representar uma rede de todos os caminhos possíveis. Esses eixos modelam a cidade enquanto sistema de barreiras e permeabilidades (Holanda, 2007). A partir dessa representação, é possível perceber quais eixos têm maior possibilidade de serem atravessados por meio de análise topológica. Para ilustrar essa premissa, cabe apresentar a figura concebida por Valério Medeiros (**Figura 1**). São representadas duas malhas hipotéticas e suas respectivas hierarquias viárias com base nas possibilidades de caminhos. A malha A possui apenas dois níveis de hierarquia, na medida em que todos os caminhos passam necessariamente por um mesmo eixo, enquanto os demais cumprem apenas o papel de origem ou destino. Já a malha B tem mais alternativas de caminhos, resultando em diferenciações viárias com mais níveis.

**Figura 1.** Duas malhas viárias hipotéticas e suas respectivas hierarquias.



Fonte: Valerio Medeiros, adaptado de Bill Hillier (MEDEIROS, 2006, p. 102)

A **Figura 1** ilustra, de forma simples, como a configuração espacial tem potencial para atrair movimento. Ainda que não seja a única, conforma-se, portanto, como importante determinante na definição da ocupação e dos usos urbanos. Assume-se a premissa, na Teoria da Sintaxe Espacial, que determinados padrões configuracionais estejam associados à maior ou menor atividade humana, considerando as relações existentes na forma-espço enquanto sistema de barreiras e permeabilidades. Bill Hillier, conforme Medeiros (2006), sustenta que maior potencial de deslocamento implica tendência de maior movimento. Maior movimento implica maior potencial atrativo. A existência de atratores, por sua vez, reforça a tendência a maior movimento e pode gerar alterações na malha, gerando uma nova configuração. Hillier advoga a importância da configuração para leitura do desenvolvimento urbano, inclusive com capacidade prospectiva.

### *1.1.2. Análise morfológica*

A configuração urbana é pertinente na medida em que afeta diretamente a distribuição de pessoas, bens e serviços no espaço. Se o capital espacial refere

domínio espacial e a configuração estabelece um sistema de possibilidades e restrições espaciais, então há relação direta entre configuração e capital espacial.

### *1.1.3. Dispersão e Fragmentação*

Leonardo Loyola Coelho (2016) apresentou no IV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo um trabalho em que discute os conceitos de dispersão e fragmentação, muito utilizados em estudos sobre morfologia. O autor resgata diferentes definições para esses conceitos e seus usos mais comuns na literatura. O trabalho é útil para ressaltar que dispersão e fragmentação referem categorias urbanas distintas, embora relacionadas e eventualmente tratadas como análogas. Rafael Rosetto Ribeiro e Gislaine Elizete Beloto (2020) reforçam o entendimento de que há diversidade de interpretação desses conceitos em estudo específico sobre compactidade e dispersão urbana.

Dispersão urbana é a medida da distribuição construtiva e populacional de um núcleo urbano. Quanto mais uma cidade possuir vazios ou interstícios a distanciar suas partes umas em relação às outras, mais ela será dispersa. Esse fenômeno pode ser oriundo do desenho urbano originário – tal qual acontece em cidades desenvolvidas a partir do paradigma modernista – ou da expansão urbana, entendida como consolidação de novas ocupações e pela difusão do modo de vida urbano para localidades já ocupadas. A dispersão urbana impacta as possibilidades de troca e deslocamentos, a operação do serviço de transporte público coletivo e a acessibilidade geográfica da população ao conjunto da cidade. Sem considerar nenhuma outra variável, lugares distantes tendem a ser menos acessíveis que lugares próximos.

No caso do Distrito Federal, a formação dispersa implica problemas que vão da ociosidade da infraestrutura urbana à segregação socioespacial (ROMULO RIBEIRO, 2012). Ambos se relacionam com o capital espacial: a infraestrutura urbana não é equanimemente distribuída por toda a AMB, sendo a subutilização um dos elementos que dificultam o atendimento de toda a demanda. Populações com menos acesso à

infraestrutura urbana – como energia, saneamento ou infraestrutura viária – têm menos capital espacial ante populações mais bem atendidas.

A dispersão também pode estar relacionada à segregação socioespacial na medida em que dificulta o acesso a determinados locais, bens e serviços, pois os vazios envolvem maiores custos de deslocamento por meio do transporte privado e maiores custos operacionais para sistemas de transporte coletivo.

A fragmentação, por sua vez, é interpretada neste estudo a partir das barreiras ou interrupções na malha urbana. Se na dispersão o elemento central é a descontinuidade de cheios, na fragmentação o elemento central é a descontinuidade de acesso. Uma realidade urbana pode ser dispersa (com largos vazios) mas não ser fragmentada, por possuir um desenho global com características que estabeleçam nítida coerência ou acessibilidade entre suas diferentes localidades. A ideia de fragmentação, portanto, associa-se diretamente à fissura ou colisão entre partes da malha urbana.

Uma das possíveis implicações da fragmentação é a micro segregação. No Distrito Federal um bom exemplo pode ser apontado entre dois lugares da Região Administrativa do Plano Piloto: a Vila Telebrasília e a Asa Sul. Geometricamente as áreas são vizinhas, mas o contraste entre ambas é nítido. O padrão construtivo, a configuração urbana, a integração e a composição de renda das duas regiões são marcadamente contrastantes. A fragmentação entre ambas afeta as relações e os fluxos entre as duas áreas, de modo a impactar diretamente o capital espacial das suas populações.

Compacidade e coesão são interpretadas como antinomias de dispersão e fragmentação, respectivamente. O uso do termo compacidade e a referência à cidade compacta é mais abrangente na literatura, enquanto o termo “coesão” aparece de maneira mais rara. Ainda assim, não se trata de inovação o uso aqui proposto.

#### *1.1.4. Acessibilidade*

Embora a dispersão e a fragmentação sejam importantes para o debate sobre o capital espacial, provavelmente a noção mais importante para análise espacial neste estudo será a de acessibilidade. Isso porque a acessibilidade é interpretada em função de um conjunto de características, conformando um campo analítico. A acessibilidade refere, sintaticamente, a possibilidade de determinado local ser alcançado ou atravessado. Essa possibilidade pode ser quantitativamente dimensionada, em abordagem topológica, a partir da representação em eixos e de variáveis consolidadas da Teoria da Sintaxe Espacial.

A acessibilidade é particularmente importante para identificação do capital espacial pois indica de maneira objetiva os potenciais espaciais disponíveis em cada lugar. É possível, assim, quantificar e dimensionar os efeitos dos lugares sobre as possibilidades de permanência e deslocamento, bem como as áreas que tendem a acumular uma quantidade maior de pessoas e serviços.

Trazendo novamente um exemplo do Distrito Federal, o Lago Norte é uma Região Administrativa composta por diferentes áreas, dentre as quais a mais elitizada consiste em um conjunto de residências dispostas em uma península. Essa característica estabelece um sistema viário com menos níveis e apenas um ponto de entrada e saída, o que limita sua acessibilidade.

No entanto, há uma proposta governamental de construção de duas pontes a conectar a península da RA Lago Norte às duas margens opostas do Lago Paranoá que a cerca. Essa intervenção conectará o Lago Norte ao Plano Piloto, em um sentido, e às RAs Itapoã e Paranoá, em outro, reduzindo a distância topológica e geométrica entre todas essas Regiões.

Para o Lago Norte a consequência mais direta será o aumento da sua integração global, na medida em que novos eixos surgirão e o conectarão diretamente a áreas que estão sintaticamente distantes na atual configuração. Em tese, haverá maior potencial de acúmulo de capital espacial pelos indivíduos nesses lugares na medida em que maior integração significa maior facilidade de deslocamento e acesso.

Todavia, pode haver resistência por parte dos moradores da Península do Lago Norte. A falta de acessibilidade é considerada, para essa população, um ativo espacial, e não um passivo. Como a segregação pode ser superada com o uso de veículos particulares e disposição financeira para lidar com os deslocamentos cotidianos, a baixa acessibilidade torna-se desejável por diminuir as possibilidades de deslocamento e apropriação do território por parte de quem não disponha desses recursos. A configuração que dificulta deslocamentos pode ser apropriada como instrumento de violência espacial, ou seja, como mecanismo pelo qual um grupo social impõe restrições aos deslocamentos ou permanências de outro grupo social.

## 1.2. Sociologia do Espaço

Na Sociologia é comum que análises abordem questões socioespaciais. No entanto, não é comum na abordagem sociológica a aplicação sistemática de técnicas para captura de fenômenos espaciais de maneira morfológicamente precisa. Giddens, por exemplo, desenvolve a Teoria da Estruturação que, dentre outros aspectos, apresenta a leitura da modernidade como sendo marcada fortemente pelo advento de mecanismos de desencaixe do tempo-espço. Isso implica dizer que as sociedades modernas desvinculam as ações e os indivíduos de seu contexto imediato ou particular, tanto temporal quanto espacial. A esfera local perde importância ante padrões universalizados. O tempo ligado a ciclos naturais dá lugar ao tempo mecanizado, padronizado e incorporado por indivíduos de distintas culturas, posições sociais ou lugares, medido por segundos, minutos, horas, dias, meses etc. Assim, também, a percepção e classificação espacial é padronizada em unidades que se impõem como medida replicável nos diferentes lugares, independente de condições culturais particulares.

Apesar da importante contribuição teórica desenvolvida por Giddens, trazendo para o centro de sua ontologia a dimensão espacial e temporal das relações humanas, é possível identificar ao menos duas lacunas em sua formulação. A primeira consiste na premissa de que o desencaixe tempo-espço é um elemento distintivo da

modernidade face às demais formas de organização social<sup>4</sup>. O protagonismo desse processo na sociedade moderna não significa necessariamente sua baixa importância em sociedades pré-modernas ou não modernas<sup>5</sup>. Ao pressupor isso, Giddens desconsidera variações culturais e arquitetônicas objetivamente registradas. A existência de diferentes padrões de articulação entre vida social e relacionamento espaço-temporal foi densamente trabalhada por Holanda, em seu livro *O Espaço de Exceção* (1997), em que demonstra que sociedades com bases materiais análogas podem desenvolver formas político/ideológicas bastante distintas e aponta que a articulação social entre as dimensões infraestrutural e superestrutural<sup>6</sup> da sociedade têm relação direta com padrões espaciais em diferentes casos analisados. Mas, além disso, demonstra a partir de análise empírica que sociedades não modernas e pré-modernas possuíam o que Giddens chamou de *mecanismos de desencaixe* a desempenhar importante papel, pelo menos em sua dimensão espacial<sup>7</sup>.

A origem desse problema na abordagem de Giddens é a falta de critérios objetivos ou método de análise das implicações físicas da dimensão espaço-temporal da sociedade. Isso não anula a vasta contribuição teórica do autor sobre a modernidade e a questão espaço-temporal, mas limita a aplicação da sua teoria como instrumento analítico ou de pesquisa, na medida em que não é apresentado

---

<sup>4</sup> Giddens admite que estes mecanismos de desencaixe podem ser identificados em sociedades não modernas, mas reafirma que a escala que isso alcança na modernidade é incomparavelmente maior.

<sup>5</sup> Pré-moderno aqui não é entendido a partir de um critério exclusivamente temporal, mas de processo de formação histórica. Sociedades pré-modernas podem ser consideradas aquelas que se encontram na sociogênese da modernidade. Já as sociedades não modernas são aquelas em que, a despeito de terem sido ou não sucedidas por formas de organização social e instituições modernas, possuem uma sociogênese distinta.

<sup>6</sup> Holanda utiliza a distinção marxista entre superestrutura e infraestrutura social, a primeira correspondendo à dimensão ideológica/simbólica e a segunda à dimensão produtiva/material.

<sup>7</sup> A questão temporal não foi objeto do livro *O Espaço de Exceção*, embora sua problemática também perpassasse a reflexão desenvolvida por Holanda. A discussão sobre presença e ausência pressupõe um “quando”. Refere, portanto, temporalidade.

objetivamente um procedimento pelo qual fenômenos sociais relativos ao espaço e ao tempo podem ser analisados.

Esse limite não é exclusivo de Giddens e justifica-se na medida em que sua área de estudo – a Sociologia – não pretende analisar os lugares a partir de seus aspectos físicos, mas sociais. A dimensão física da forma-espaço acaba por ser abordada de maneira marginal. Assim, também, o é na teoria de Pierre Bourdieu. O debate sobre rearranjos ou reorganizações sociais no espaço não é acompanhado de um estudo sistemático de fenômenos essencialmente espaciais.

Entretanto, a elaboração teórica de Bourdieu abre mais possibilidades para análises espaciais. No capítulo “Efeitos de Lugar”, do livro “A Miséria do Mundo” (2001), o autor apresenta uma noção do espaço físico como componente e reflexo do espaço social. Uma noção cara à teoria de Bourdieu é a de homologia entre campos. A partir dela é possível articular diferentes dimensões da ação humana, analisando um fenômeno ante diversas influências e determinantes. Há abertura teórica para análise sistemática do espaço físico enquanto campo que, sobreposto a outros (como o econômico ou o cultural), conforma condições para ação dos indivíduos e para o funcionamento da sociedade.

As categorias centrais de Bourdieu para dar conta do processo entre indivíduo e sociedade, e que aqui adotarei em extensão para análise da relação entre indivíduo, sociedade e espaço, são três:

- 1) campos sociais
- 2) capitais
- 3) habitus

### *1.2.1. Campos sociais, capitais e habitus: as contribuições de Bourdieu*

Pierre Bourdieu observou que cada indivíduo se insere em um complexo de relações sociais, não sendo possível observar a ação individual sem levar em conta a multiplicidade de influências que a envolve. Condições de classe, étnicas, culturais ou de gênero são alguns dos exemplos de variáveis que afetam a existência social de

um indivíduo. Como, portanto, explicar ou estabelecer tendências à ação humana considerando a multiplicidade de variáveis que com ela se relacionam?

A resposta veio da formulação de alguns conceitos analíticos fundamentais, quais sejam: campo social, capital simbólico e *habitus*. Bourdieu concebe o espaço social como a sobreposição de diferentes campos sociais. Um campo social é um ambiente relacional que possui normas e reconhece prêmios próprios. Em um campo social os indivíduos se encontram em permanente disputa pelo acúmulo de capital.

É pertinente, aqui, destacar a noção que Bourdieu tem de capital. Para este autor, capital é qualquer elemento constituído de valor e instrumental ao acúmulo de valor em um campo social. Existem, portanto, diferentes tipos de capitais. O capital econômico é um destes tipos, mas não o único: destacam-se ainda o capital social, como rede de relações pessoais; o capital cultural, como arcabouço intelectual, formativo e de costumes; e, de maneira mais ampla, os capitais simbólicos, que envolvem os anteriores e todo tipo de recurso capaz de conferir poder, prestígio, autoridade ou honra ao indivíduo. Um dos exemplos mais conhecidos de estudo envolvendo capitais simbólicos de Bourdieu foi o estudo do campo científico, no qual concluiu que diferentes agentes (pesquisadores e pesquisadoras, docentes, estudantes etc.) disputam a hegemonia científica, ou seja, a autoridade maior no campo científico. Essa hegemonia é buscada pelo acúmulo de capital científico: titulações, citações, publicações, posições institucionais, entre outros ativos constituídos de valor no campo científico. Embora estejam em permanente disputa, os agentes só podem obter a hegemonia científica se ela for conferida e reconhecida pelos demais colegas. Há, portanto, um conjunto de normas e princípios associados a esse campo social que fazem com que seus diferentes agentes se reconheçam e legitimem as fatias de poder a cada um deles conferida.

Essas normas e valores, no entanto, não são estanques. A disputa pela hegemonia no campo não é apenas a disputa pelo acúmulo de capital, mas pelo poder de definir as normas e valores legítimos, que devem ser reconhecidos pelo conjunto dos agentes do campo. O poder de definir o reconhecimento de normas e valores é, em última instância, o poder de definir como o conjunto das relações irá se desenvolver, inclusive a implicar hierarquias e apropriações assimétricas de capital.

Cada agente (ou cada grupo social) absorve essas normas e valores a partir das próprias vivências. Há, assim, uma síntese em indivíduos entre as normas e valores socialmente hegemônicos<sup>8</sup> e as experiências particulares que possuem. Essa síntese não responde à antinomia indivíduo/sociedade. Pelo contrário: a ação e o fato social devem ser pensados de forma sistêmica, sua realização não decorre apenas de construções individuais ou de determinações sociais, mas de apropriações individuais das determinantes sociais.

Bourdieu chama de *habitus* essa síntese, consistindo em modos de *pensar*, *sentir* e *agir* incorporados pelos indivíduos em função do pertencimento aos diferentes campos sociais em que se inserem e da própria história particular que assumem. Holanda acrescenta, ainda, formas de *ter* como elemento constituinte do *habitus*.

A teoria de Bourdieu é útil para compreender a dimensão espacial da sociedade enquanto campo social, arena de disputa entre diferentes indivíduos que adotam estratégias a partir dos capitais que dispõem e dos *habitus* que carregam. Como em todo campo, o jogo que se desenvolve é circunscrito, tem limites, condições, pressupostos. Mas nunca é absolutamente fechado, está sempre sujeito a um leque aberto de possibilidades. As formas como esse jogo vai se desenvolver – inclusive se suas regras serão subvertidas e alteradas ou não – dependem da articulação entre os indivíduos e das estruturas de poder a eles relacionadas.

### 1.2.2. Poder físico, poder simbólico.

Para Bourdieu os diferentes tipos de capital podem assumir a forma de capital simbólico. Isso acontece quando passam a denotar prestígio, honra ou poder. O capital simbólico, portanto, não é um tipo particular de capital, mas uma condição pela qual podem passar todos os capitais na medida que assim forem reconhecidos. O processo de reconhecimento do capital simbólico é dialético: é concedido pelos indivíduos, mas que o fazem a partir de disposições incorporadas na forma de *habitus*.

---

<sup>8</sup> Expressa pelas normas e valores dos diferentes campos sociais em que eles estão inseridos.

Sendo os *habitus* decorrentes das regras, da posição ocupada e da experiência vivida nos campos sociais, o reconhecimento deriva, em última instância, da disposição do poder existente nos campos sociais. As classes hegemônicas de cada campo estabelecem os critérios pelos quais os julgamentos devem ser feitos, atribuindo sempre primazia aos seus padrões interpretativos. As estruturas cognitivas das classes dominantes no campo social são adotadas como norma nesse campo.

As classes hegemônicas estabelecem as regras do jogo. E é com base nessas regras que os agentes fazem suas escolhas e julgamentos. Evidentemente, as regras tendem a valorizar e fazer acumular prêmios para as classes dominantes. Suas estruturas cognitivas tendem a justificar simbolicamente assimetrias e desigualdades materialmente presentes. A violência simbólica, para Bourdieu, consiste na incorporação das estruturas cognitivas das classes dominantes pelas classes dominadas, de modo a fazer com que a interpretação simbólica da realidade seja condizente com a estrutura objetiva da realidade. As assimetrias e desigualdades passam a ser percebidas como normais, justificadas, naturais.

A distinção entre a imposição dos dominantes sobre os dominados de maneira ativa ou passiva não é exclusiva de Bourdieu. Pelo contrário, expressa-se no pensamento dos três autores fundadores da Sociologia. Max Weber distingue o “poder” da “dominação”, sendo o poder a coação ativa de quem detém a hegemonia e a dominação o aceite passivo de quem é hegemonizado. Karl Marx, por sua vez, evoca as noções de alienação, fetichização e consciência de classe para referir os processos pelos quais a classe trabalhadora percebe ou deixa de perceber a violência que sofre. Já Durkheim fala em coerção social sob diferentes formas, das mais sutis às mais incisivas.

No decorrer deste trabalho caberá pensar no papel que assimetrias espaciais podem cumprir no reforço de assimetrias sociais não só fisicamente, mas também ao servir como instrumento de dominação, alienação, coação ou violência simbólica. Aqui, adotarei as categorias de poder físico e poder simbólico para denotar as duas faces das estruturas espaciais de poder por considerar que essas categorias são próximas do uso cotidiano sem deixar de ter poder explicativo conceitualmente.

### 1.2.3. Os limites de Bourdieu

Embora o arcabouço teórico de Bourdieu seja explicitamente evocado na proposição de um tipo específico de capital, algumas considerações precisam ser feitas sobre outras contribuições que influenciam a formulação conceitual da existência de um capital espacial. Este estudo não pretende executar aplicação pura da teoria de Bourdieu, mas incorporar suas categorias gerais de análise (campo social, capitais e *habitus*) a outras teorias para melhor compreensão da relação entre espaço e sociedade.

A necessidade de ampliar a base teórica dá-se, primeiro, pelo enfoque analítico de Bourdieu no espaço social, não no espaço físico. Embora sua teoria forneça bons instrumentos para análises sociais – o que envolve direta ou indiretamente a dimensão espacial – outros autores fornecem insumos teóricos mais robustos para pensar o desenvolvimento socioespacial. Assim, teóricos da geografia podem oferecer importantes contribuições. Ademais, há no próprio debate sociológico – e das ciências sociais em geral – uma questão sensível a ser tratada quanto à teoria de Bourdieu: o próprio entendimento do conceito de “capital” enquanto estoque de valor ou enquanto processo de acumulação de valor. Diferentemente de David Harvey, Bourdieu não explicita a relação da sua teoria com a teoria marxiana e deixa margem para dúvidas e indefinições quanto a definição mais estrita do que entende por capital.

A fim de compreender a expansão geográfica do capitalismo, David Harvey apresentou, em 1982, o livro “Os Limite do Capital” em que buscou explorar a dimensão espacial da teoria marxiana. Ante Bourdieu, uma primeira distinção pode ser traçada na compreensão sobre o que é o capital. Para Marx e Harvey, o capital é pensado enquanto um processo, não enquanto substância<sup>9</sup>. O capital seria uma forma

---

<sup>9</sup> O termo “capital” também é usado por estes autores para referir formas específicas pelas quais o capital (enquanto processo) se expressa. Falam, por exemplo, em “capital monetário” para referir a forma monetária do processo do capital, ou, a expressão do capital enquanto dinheiro. Ou “capital produtivo”, referindo a forma do capital enquanto detenção de meios de produção e de mão de obra assalariada.

específica de acumulação que consiste na movimentação de valor com objetivo de gerar mais valor.

Em um nível de abstração menor, o processo do capital poderia ser resumido no movimento que faz com que dinheiro seja aplicado na produção de mercadorias com o propósito de, com a comercialização destas mercadorias, obter mais dinheiro. O capital não se conforma enquanto dinheiro ou valor de qualquer tipo. Mas na produção e no acúmulo de valor a partir de um estoque anterior de valor acumulado. Portanto, Harvey não reflete sobre a existência de um capital espacial, mas sobre o papel que o espaço desempenha no processo do capital. Ou, em outras palavras, na produção capitalista do espaço.

Explorar a relação entre a definição de capital de Bourdieu e a marxiana é necessário na medida em que as duas abordagens podem ser confundidas na interpretação deste trabalho. Ademais, assumo o entendimento de Jon Beasley-Murray (2000), segundo o qual a possível contradição entre a noção de capital de Bourdieu e Marx deriva de um limite conceitual de Bourdieu, que não distingue de maneira sistemática, ao longo da sua obra, capital de riqueza ou de estoque de valor e, assim, encontra limites à análise da reprodução do mais valor e da acumulação entre classes sociais (BEASLEY-MURRAY, 2000). Não obstante, Beasley-Murray entende que a obra de Bourdieu comporta a fixação de um entendimento de capital que equacione esse limite conceitual, a partir da adoção objetiva do entendimento de valor enquanto tempo de trabalho socialmente necessário. Para melhor compreender essa postulação, é conveniente discutir com mais atenção a relação entre capital e valor.

#### *1.2.4. Capital e valor*

O *Capital*, de Karl Marx, desenvolve uma apresentação de conceitos a partir do procedimento lógico dialético. Segue, assim, o caminho de Hegel de apresentar uma tese, uma antítese e uma síntese que, por sua vez, será submetida ao mesmo processo de desconstrução-reconstrução lógica. Não apresenta, portanto, uma

definição de capital *a priori*, mas desenvolve um raciocínio que culmina no entendimento do capital enquanto valor em movimento a fim de produzir mais-valor.

O ponto de partida da exposição marxiana é a mercadoria. Marx argumenta que a mercadoria é a forma pela qual se revestem os mais diversos produtos na sociedade capitalista. Uma mercadoria é um objeto que pode ser desfrutado diretamente ou trocado por outros objetos. Há, assim, um duplo valor na mercadoria: primeiro, o valor de uso. O valor de uso é particular a cada objeto, qualifica o objeto e, portanto, não é mensurável ou possível de ser colocado em equivalência ante qualquer outro objeto. A título de exemplo, uma caneta e um sapato são objetos que possuem valores de uso distintos. Não é possível equiparar a funcionalidade de uma caneta à funcionalidade de um sapato: são elementos absolutamente estranhos uns aos outros. O valor de uso de uma caneta é a capacidade de fixar mensagens, de possibilitar a escrita ou o desenho. Já o valor de uso de um sapato é a proteção que oferece aos pés, contra o frio ou contra o solo<sup>10</sup>.

Mas há, tanto na caneta quanto no sapato, algo que os reduz a uma unidade comum, manifesta no momento da troca. Um sapato pode ser trocado por uma caneta e, portanto, há o reconhecimento social de alguma equivalência entre estes objetos de naturezas ou qualidades inconciliáveis ou incomparáveis. Essa unidade comum é expressa, no sistema capitalista, por meio de um equivalente universal: uma mercadoria cujo valor de uso é servir como valor de troca. Essa mercadoria é o dinheiro, que representa de maneira quantitativa o valor dos objetos e, portanto, os dota de um valor de troca.

O duplo aspecto das mercadorias – tanto enquanto valor de uso como enquanto valor de troca – gera uma série de contradições sistêmicas. Uma delas é a redução da percepção do valor das coisas, limitada à representação do valor de troca. Assim, não apenas o valor de uso é sacrificado ou desconsiderado, como a própria noção de

---

<sup>10</sup> Bourdieu traz importante contribuição na interpretação dos valores de uso ao desvelar o poder simbólico que faz com que o valor de uso de um objeto seja, também, um valor de trocas simbólicas. Um sapato não apenas serve à proteção, mas também designa posições sociais, é capaz de carregar estigmas ou status.

valor é esvaziada de significado. A relação de troca entre produtos de naturezas incomparáveis é dada como algo natural, enquanto é, na verdade, produto de uma construção social, de um modo específico de organizar socialmente a produção e circulação de bens. Também é dado como natural que, mesmo na mais flagrante necessidade de usufruto de determinados bens, eles continuem sem ter seu valor de uso exercido, conquanto se atenda sua função enquanto valor de troca. Assim, a título de exemplo, ainda que alguém passe fome e exista alimento disponível, é possível que o alimento não exerça seu valor de uso de alimentar se aquele que tem fome não pode pagar pelo valor de troca do alimento.

No caso concreto do Distrito Federal, isso pode ser observado na relação entre vacância de imóveis e déficit habitacional. De acordo com o indicador Vacância Imobiliária Urbana<sup>11</sup> da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal (SEDUH-DF), o DF tinha 79.908 imóveis subutilizados ou em vacância em 2016. Os dados foram extraídos com base no consumo de água a partir de registros da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB).

Ainda segundo a SEDUH-DF, em 2016 o Distrito Federal registrava um déficit habitacional de 142.722 domicílios. Esse resultado foi obtido tendo como base de cálculo dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD/2015) e metodologia desenvolvida pela Caixa Econômica Federal para o cálculo de Demanda Habitacional Demográfica (DHDE).

O processo que resulta em cerca de 80 mil imóveis não utilizados enquanto há demanda reprimida de ocupação de cerca de 140 mil imóveis em um mesmo território se relaciona diretamente com o tratamento mercadológico dado à questão imobiliária: imóveis enquanto mercadoria podem ter seu valor de uso sacrificado – mantendo-se em vacância – conquanto seu valor de troca seja o elemento definidor da sua apropriação. Se não há quem pague pelo seu valor de troca, seu valor de uso não é exercido. No limite, seu valor de uso não é sequer considerado como existente: a solução para o déficit habitacional raramente passa pelo debate de como utilizar

---

<sup>11</sup> Acesso feito em setembro de 2021, por meio do portal [http://www.observatorioterritorial.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Relat%C3%B3rio\\_Vac%C3%A2ncia-imobili%C3%A1ria-urbana\\_h.pdf](http://www.observatorioterritorial.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Relat%C3%B3rio_Vac%C3%A2ncia-imobili%C3%A1ria-urbana_h.pdf)

aparelhos imobiliários já construídos e ociosos, como se o valor desses imóveis fosse circunscrito ao valor de troca.

A tendência do capital de desconsiderar os valores de uso em função dos valores de troca das mercadorias oculta as relações efetivamente existentes em termos de produção, distribuição e circulação de bens e produtos nas sociedades capitalistas. Afinal, ao desconsiderar o valor de uso das mercadorias, se está a desconsiderar o que há de mais qualificador daquela mercadoria. Um imóvel se define pelas propriedades que possui enquanto valor de uso, não enquanto representante de um determinado *quantum* monetário. Se assim não fosse, não seria possível distinguir uma casa de um carro, já que em termos quantitativos ambos podem representar um determinado valor monetário. O que os diferencia são os valores de uso que possuem, seu aspecto qualitativo. Um imóvel não vale uma quantia: ele vale as apropriações que dele podem ser feitas, o trabalho empenhado para sua realização, os recursos exigidos para sua produção. E o dinheiro representa esse valor.

Mas se uma casa e um carro podem ser expressos em termos monetários, então deve haver algo em comum entre essas duas mercadorias – e entre quaisquer outras. A fim de desnudar a fonte do valor das mercadorias e superar a ocultação expressa pela consideração do valor exclusivamente enquanto valor de troca, na sua forma final enquanto preço venal, Marx procura nas mercadorias substâncias comuns e que podem ser, portanto, equiparáveis, intercambiáveis. E chega à conclusão que há, em qualquer mercadoria, uma fonte primordial de valor que vem da natureza – que lhe confere valores de uso – e uma fonte social: o trabalho humano, que lhe confere valor de troca.

Essa formulação é conhecida como a teoria do valor-trabalho e foi adotada não apenas por Marx, mas também por teóricos da economia clássica, com destaque para David Ricardo e Adam Smith. Não obstante, há uma sutil e estrutural diferença na noção do valor-trabalho de Marx ante a formulação da economia clássica: o trabalho que atribui valor às mercadorias, para esse autor, deve ser entendido enquanto trabalho socialmente necessário, e não como trabalho materialmente empenhado (HARVEY, 2013).

Em outras palavras, o tempo e esforço empenhado na produção de uma mercadoria não define, por si só, seu valor: é preciso saber o quanto, em média, a sociedade precisa despende de tempo e esforço para sua produção. Assim, mudanças tecnológicas ou alterações na organização social podem valorizar ou desvalorizar um modo específico de trabalho, ainda que o tempo de produção ou o esforço despendido nesse modo permaneçam inalterados.

Bourdieu, por sua vez, não possui definição tão precisa da noção de valor. E chega a classificar Capital como valor, se adotarmos a definição Marx de valor. No artigo *The Forms of Capital* (1986), Bourdieu define capital da seguinte maneira:

Capital é trabalho acumulado (na sua forma materializada, ou “incorporada”, tornada corpo) que, quando apropriado privadamente por agentes ou grupos de agentes, lhes possibilita a apropriação de energia social na forma de trabalho reificado ou de trabalho vivo<sup>12</sup>. (BOURDIEU, 1986, p. 241)

Em um primeiro momento Bourdieu parece definir capital como valor, ao sustentar que o Capital é trabalho acumulado. Não obstante, na sequência o autor acrescenta que o capital é trabalho acumulado que, quando apropriado por agentes privados, fornece as bases para apropriação de energia social reificada ou em forma de trabalho vivo. Não fica evidente se servir à apropriação de “energia social” é condição ou contingência na sua definição. Ao longo da sua obra, o termo “capital” é frequentemente utilizado como sinônimo de riqueza (material ou simbólica), embora – como no próprio artigo “As Formas do Capital”, eventualmente se adote a noção de capital como recurso que serve à acumulação, e não apenas enquanto riqueza.

Já na obra de Marx – e de Harvey, que a toma como base – não há margem para interpretação dúbia. Desenvolvida a noção de valor, o capital é interpretado como o movimento que faz com que um estoque inicial de valor – ou de trabalho socialmente necessário acumulado – seja lançado para aquisição dos meios de produção e de

---

<sup>12</sup> “Capital is accumulated labor (in its materialized form or its “incorporated,” embodied form) which, when appropriated on a private, i.e., exclusive, basis by agents or groups of agents, enables them to appropriate social energy in the form of reified or living labor” (BOURDIEU, 1986).

força de trabalho assalariada para, assim, produzir mercadorias com propósito de comercialização e retorno do valor investido acrescido de mais-valor, entendido não apenas enquanto dinheiro, mas enquanto estoque de trabalho social, nos mesmos termos de Bourdieu.

#### *1.2.5. Conciliação entre Bourdieu e Marx: a proposta de Beasley-Murray*

Beasley-Murray analisa a noção de capital cultural de Bourdieu e procura identificar as lacunas na definição da teoria bourdiana que poderiam ser preenchidas de modo a configurar uma definição mais objetiva de capital e, principalmente, de inserir sem margem de dúvidas a teoria de Bourdieu na tradição crítica.

Para tanto, o autor argumenta que Bourdieu reivindica a noção de capital cultural em equivalência ao capital econômico, e não como analogia em relação ao capital econômico. Assim, o capital cultural não é algo comparável ou parecido com capital, mas efetivamente capital.

Se assim for, argumenta Beasley-Murray, é preciso destrinchar a composição do capital cultural, como produz, reproduz e acumula valor. Portanto, para interpretar o capital cultural seria preciso entender, primordialmente, como se dá a incorporação de valor nos bens culturais. O autor argumenta que entender o valor de um bem cultural enquanto tempo de trabalho humano socialmente investido na sua produção e apropriação é a chave para perceber o processo de acumulação de valor por meio do capital cultural.

A fim de deixar a discussão menos abstrata, é possível trazer como exemplo o domínio de obras da literatura inglesa, ante o domínio de obras da literatura brasileira. Segundo Beasley-Murray, a apropriação de uma obra envolve o consumo de um trabalho humano anterior nela investido. E envolve a aplicação de mais trabalho para sua leitura e incorporação. É possível considerar que o tempo de trabalho concreto envolvido na leitura e absorção de uma obra literária é equivalente, quando se considera um nativo inglês a interpretar uma obra inglesa e um nativo brasileiro a interpretar uma obra brasileira.

Não obstante, o autor lança mão da diferença que Marx aponta entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato – ou socialmente necessário – para destacar que as relações sociais estabelecidas nas trocas culturais têm parâmetros de valorização assimétrica do trabalho concreto. Resgatando o exemplo apresentado, o tempo investido na leitura de obras da literatura brasileira tende a ser menos valorizado em âmbito global do que o tempo investido na leitura de obras inglesas.

Essa inequidade no tratamento do tempo investido culturalmente gera condições fortuitas, acesso a oportunidades e possibilidade de apropriação de mais valor por parte daqueles que dominam obras de literatura inglesas, ante as brasileiras, e, por consequência, dos nativos ingleses ante nativos brasileiros, visto que o tempo de contato e de consumo das obras inglesas é feito desde os primeiros anos de vida por parte daqueles, inclusive no que refere o domínio linguístico. Ser inglês – em relação a ser brasileiro – representa um capital simbólico ou um instrumento pelo qual é possível acumular valor por meio da posse de um valor anterior.

A abordagem de Beasley-Murray é particularmente pertinente ao presente estudo, na medida em que pretendo estabelecer um procedimento analítico do espaço enquanto capital, da mesma forma que o autor procurou interpretar a cultura enquanto capital. Ademais, assim como Beasley-Murray, pretendo utilizar o arcabouço marxiano complementado por Bourdieu a fim de refletir a existência de um tipo específico de capital. Aqui, o espacial.

## 1.3. Geografia Crítica

### *1.3.1. Harvey e o desenvolvimento geográfico desigual*

As análises materialistas do espaço tendem a pensar o espaço enquanto estrutura social e parte determinante da ação dos indivíduos. Os estudos materialistas abordam as dinâmicas da estrutura social que resultam em determinadas formas espaciais e formas de produção do espaço, que, uma vez estabelecidas, implicam

condições aos indivíduos. David Harvey se insere nessa tradição e teoriza sobre as dinâmicas espaciais do capital (LÖW, 2013).

Um dos conceitos fundamentais de Harvey é o de ajuste espacial, que pode ser entendido como o processo pelo qual o capital supera limites à sua reprodução por meio da expansão da sua área de abrangência. São diversas as forças que operam a necessidade do ajuste espacial, como a concorrência entre capitalistas, o esgotamento de recursos naturais ou humanos em determinada área e a superacumulação do capital.

O esforço de melhor alocação do capital por meio do ajuste espacial, se bem-sucedido, tende a atrair outros capitalistas e a reproduzir as contradições próprias ao sistema capitalista no novo local instalado, o que faz com que as vantagens espaciais assumam caráter temporário. Assim, o capitalismo tende a replicar os limites à sua reprodução nas novas áreas ocupadas, que são superadas com um novo ajuste espacial. Há, portanto, uma permanente tendência à expansão do espaço capitalista. Esta tendência, contudo, implica não apenas a expansão do capital, como mudanças no valor das localidades em função do papel que desempenham. Sempre que há um arranjo espacial, há simultaneamente valorização e desvalorização de lugares (HARVEY, 2013).

Como decorrência, a flexibilidade espacial torna-se uma característica desejável aos capitalistas, que desejam instalar processos produtivos em determinados locais, mas sem fincar amarras que os impeçam de migrar. A solução para este processo é encontrada na divisão de papéis dentro do processo produtivo, como aponta Harvey:

As necessidades peculiares da circulação do capital nos ambientes construídos têm significado a evolução de um tipo especial de sistema de produção e realização que define novos papéis para os agentes econômicos. Os proprietários de terra recebem renda, os empresários recebem aumentos na renda baseados nas melhorias, os construtores ganham o lucro do empreendimento, os financistas proporcionam capital monetário em troca dos juros [...] e o Estado pode usar os impostos (atuais ou antecipados) como suporte para investimentos que o capital não pode ou não vai realizar, mas que não obstante expande a base para a circulação local do capital. Esses papéis existem, não importa quem os desempenha. Quando os capitalistas compram terra, viabilizam-na e constroem sobre ela usando seu próprio dinheiro; então eles assumem papéis múltiplos. Mas quanto mais capital eles adiantam nesse tipo de atividade, menos eles terão para investir diretamente na produção. Por essa razão, a produção e a manutenção dos ambientes

construídos com frequência se cristalizam em um sistema extremamente especializado, vinculando os agentes econômicos que desempenham cada papel separadamente ou em combinações limitadas. (HARVEY, 2013, p. 573)

Essa divisão de papéis estabelece as condições para a expansão capitalista contemporânea e para um permanente ajuste espacial (HARVEY, 2013) que procura responder às crises do sistema capitalista com a incorporação de novas localidades onde excedentes do capital ou de trabalhadores podem ser alocados.

A leitura de Harvey do espaço é dialética, na medida em que reconhece que a organização do espaço tem implicações materiais para comunidades e, simultaneamente, reconhece que o espaço é produzido e organizado em função de determinadas estruturas sociais, sendo parte constituinte delas. Curiosamente Harvey não cunhou uma noção de “capital espacial”, embora tenha usado termos como “capital financeiro” e “capital fundiário”, na mesma esteira de Marx, para referir determinadas formas pelas quais o valor é colocado em movimento para produção de mais-valor.

Proponho a pertinência de desenvolver taxonomia que avance na consolidação da noção de capital espacial pois, assim como as outras formas particulares pelas quais assume o capital, a forma espacial do capital tem um processo próprio de circulação e realização que pode ser minuciosamente desenvolvida.

### *1.3.2. Milton Santos*

Milton Santos conceitua o espaço como um sistema de objetos e ações. As componentes do espaço enquanto sistema de objetos podem ser fixas, ou seja, quaisquer elementos materiais que se apresentam no espaço de maneira estanque, não dinâmica, que não apresentam presença esporádica, mas contínua, ou fluxas, quando os objetos são transitórios dinâmicos, quando atravessam os fixos. Edifícios, muros, portas, móveis em uma residência, por exemplo, podem ser considerados fixos. Já os automóveis, a energia ou as mercadorias em circulação são exemplos de fluxos que compõem o espaço enquanto sistema de objetos.

Já o sistema de ações é composto exclusivamente por fluxos – sempre condicionados por fixos – e tem como principal componente a própria ação humana. O sistema de ações e o sistema de objetos, juntos, compõem o espaço e qualquer interpretação que abstraia uma dessas componentes é uma interpretação parcial, limitada, que não absorve por inteiro a natureza do espaço.

A ação é condicionada pelos objetos e é capaz, também, de alterar os objetos. Santos chama de técnicas as ações humanas com objetivo de transformar a natureza ou objetos para melhor atendimento dos seus interesses. Possuir técnica não é uma característica exclusiva de um tempo ou lugar, mas uma condição humana. A técnica ganha significância geográfica na medida em que sucessivas transformações dos objetos e da natureza conformam espaços diferentes, já que para nova configuração de objetos e de ações podemos atribuir a existência de um novo espaço. O espaço geográfico incorpora o fruto de diferentes ações – implementadas cada qual com suas técnicas – e o que confere particularidade a cada espaço é a resultante específica de diferentes componentes fixas e fluxas que o integram. É, assim, expressão também da cultura, da identidade de um povo.

No entanto, Santos aponta uma tendência à redução das particularidades dos espaços no capitalismo contemporâneo. A expansão geográfica de um conjunto de técnicas – qual seja, aquelas associadas ao sistema econômico e político hegemônico – tem como consequência a reprodução e padronização do espaço em escala cada vez maior. Esse fenômeno – que também pode ser chamado de globalização – envolve a incorporação crescente de grandes partes do mundo ao sistema de ações e de objetos capitalistas por meio da ação de empresas transnacionais, conglomerados de comunicação, indústria cultural, incorporações de paradigmas técnicos (como a substituição de técnicas construtivas vernaculares ou da medicina tradicional), entre outros. Esse processo tende à totalização do espaço, ou seja, à conformação de um espaço total que atravessa – e sufoca – diferentes territórios e povos (SANTOS, 1997).

Não obstante, esse processo não ocorre sem interrupções ou choques. Há, para Santos, manifestações de fissuras nesse processo em ao menos dois aspectos. Um primeiro aspecto refere as permanências dos fixos no espaço. O espaço é um

acúmulo de transformações – oriundas da natureza ou do trabalho por meio da técnica – e, portanto, é um acúmulo de tempos. Os fixos são permanências de outro tempo, o espaço acumula tempos. Às permanências fixas que já não cabem nos fluxos presentes – como um casarão em bairro nobre, cujo terreno nos tempos atuais serviria como base para um edifício e não para uma casa, por exemplo – Santos chama de rugosidades, em uma nítida referência ao próprio processo de manifestação do tempo na pele humana. Assim como a pele manifesta o tempo acumulado pelas rugas, o espaço manifesta o tempo acumulado pelas rugosidades. As rugosidades nem sempre são obstáculos à conformação de espaços totais – podem ser incorporadas – mas frequentemente o são e, mesmo quando absorvidas, servem ao menos como manifestação do que há – ou houve – de particular naquele território.

Uma outra obstrução à totalização do espaço refere precisamente a resistência de modos de ser, de culturas, de ações. Técnicas tradicionais, relações estabelecidas, a preferência pelo valor de uso em detrimento do valor de troca são fartas e implicam barreiras à expansão do espaço hegemônico. Um conceito adotado por Santos para referir formas específicas de barreira é a dos homens lentos. Homem lento é aquele que não incorpora – ou não foi incorporado – pelo paradigma subjetivo e material do espaço total, do sistema de ações e objetos hegemônico. São os que ficaram à margem e que, por isso, adotam modos de ser, pensar e agir gestados em âmbito local, conectados com lugar, associados ao território. Para adotar os termos de Santos, são aqueles que resistem à verticalidade imposta pelas corporações globais – com apoio dos Estados – e insistem na manutenção de horizontalidades calcadas no tempo, no trabalho e na existência local (SANTOS, 2007).

Para Santos, esse conflito entre a verticalidade que se impõe e a horizontalidade que resiste gera dois circuitos no espaço urbano: o circuito superior, associado às verticalidades que tem a produtividade, o valor de troca, a aceleração e a razão instrumental como elementos, e o circuito inferior, associado às horizontalidades, que tem padrões particulares e locais de sociabilidade, que é composta pelos homens lentos e que tem, pela sua vulnerabilidade, a formação de redes de solidariedade. O circuito inferior possui o gérmen de resistência ao espaço total e a potência de propor novas sociedades, novos espaços, novos sistemas de objetos e ações.

## 2. DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

### 2.1. Espaço e Apropriação Social

O duplo aspecto do espaço, que opera enquanto causa e enquanto consequência de comportamentos individuais ou fenômenos sociais, tem resultado em análises espaciais que seguem uma razão dualista: opta-se por abordar o espaço enquanto variável dependente ou enquanto variável independente, ainda que se reconheça que os dois aspectos coexistem (LÖW, 2013).

Advogo, contudo, a necessidade de desenvolver análise dialética, ou seja, que coloque em choque o duplo aspecto do espaço a fim de identificar as sínteses capazes de apontar elementos constituintes do espaço, independente da abordagem ser orientada ao seu caráter definido ou definidor.

O primeiro elemento a ser considerado no choque entre os dois aspectos do espaço consiste na identificação de qual é o elemento comum que serve aos dois recortes. O espaço pode ser analiticamente recortado sob diferentes aspectos. Holanda, resgatando Coutinho, o recorta entre elementos-meio e elementos-fim, ou, entre cheios e vazios. Milton Santos, por sua vez, pensa o espaço a partir dos circuitos inferiores e superiores da economia. Ou, ainda, a partir da divisão entre fixos e fluxos a configurar, respectivamente, sistemas de objetos e sistemas de ações.

Todas essas categorias analíticas relacionam-se com o recorte entre espaço enquanto variável dependente ou enquanto variável independente. E todas pressupõem um elemento comum, também presente na análise do caráter determinante ou determinado do espaço: a apropriação humana. Mesmo a categorização de “cheios” e “vazios” que Holanda adota, que a princípio é instrumental às descrições de configurações espaciais a despeito de qualquer presença viva, deriva do debate sobre “elementos-meio” e “elementos-fim” que presume uma noção de relação humana com espaço, uma dada apropriação. Holanda destaca que a

abordagem que faz da articulação entre cheios e vazios é orientada aos efeitos que essa articulação é capaz de causar enquanto arquitetura, ou seja, enquanto espaço apropriado.

Para Holanda a articulação entre cheios e vazios pode ser analisada sem que se leve em conta seus efeitos ou apropriações. Nesses casos, contudo, não se estaria a falar de arquitetura (HOLANDA, 2007). Milton Santos, por sua vez, considera que não é possível classificar um espaço sem um sistema de ações: é possível apreender uma paisagem, mas o espaço, segundo seu entendimento, é composto não apenas por um sistema de objetos – fixos e fluxos – mas também por um sistema de ações – fluxos – do qual a apropriação humana é o elemento mais central (SANTOS, 1997).

Se o espaço é composto por ações – que o definem ou que são definidas por ele – é possível concluir que o trabalho, entendido como ação e apropriação humana, é parte constituinte do espaço. Qualquer espaço<sup>13</sup> carrega valor incorporado<sup>14</sup> entendido enquanto síntese de elementos naturais e de trabalho humano, que se realiza enquanto ação social<sup>15</sup>. O espaço possui valor tanto pelo que causa ou pode causar, quanto pelo que nele pode ser ou foi causado<sup>16</sup>.

A fim de trazer exemplos menos abstratos, o valor de uma caverna enquanto arquitetura decorre, primeiro, da sua condição enquanto elemento da natureza que é dotado de um potencial valor de uso, como o de servir abrigo e ter um determinado

---

<sup>13</sup> Espaço arquitetônico, ou seja, espaço apropriado. Ou simplesmente espaço, nos termos de Milton Santos.

<sup>14</sup> A apropriação pode ser considerada trabalho e, mais precisamente, enquanto trabalho socialmente necessário. O valor espacial não depende do efetivo trabalho concreto ali desenvolvido, mas do quanto de trabalho considerado abstratamente em termos da média de demanda de trabalho de uma dada população, em um dado lugar, em um determinado tempo, é exigido para sua produção.

<sup>15</sup> Sempre importante ressaltar que não se adota nesse estudo noções estanques ou substancialistas: todos os conceitos adotados são relacionais, inseridos em um contexto sistêmico. Assim, a própria noção de trabalho incorporado não deve ser entendida enquanto necessariamente trabalho de um indivíduo. Mas enquanto trabalho social abstrato, equivalente a trabalho concreto embora não necessariamente trabalho concreto.

<sup>16</sup> É possível pensar no valor presente e no valor potencial do espaço, que é antecipado nas ações de especulação.

desempenho bioclimático. Não obstante, uma caverna também pode ser avaliada a partir do esforço humano que representaria a produção dos seus valores de uso. Em um contexto de isolamento, sem equipamentos adequados e sem conhecimento técnico para construção, o valor de uma caverna que serve como abrigo é imenso, na medida em que com as condições de trabalho socialmente disponíveis seria muito difícil – ou até impossível – reproduzir seu valor de uso. Ademais, é requerido um dado trabalho para se apropriar da caverna e mantê-la sob condição de uso.

Já em um contexto urbano em que há relativa facilidade social para construção de edificações com valores de uso análogos ou superiores aos da caverna, esse espaço passa a ser desvalorizado, pois o trabalho socialmente necessário para produção dos seus valores de uso<sup>17</sup> é reduzido.

Trazendo um exemplo empírico, o valor venal de imóveis varia consideravelmente no Distrito Federal. O relatório Imovelweb Index, que registra o preço de imóveis do Distrito Federal anunciados na internet, aponta que o Lago Sul tem valor médio de imóveis de R\$ 13.409/m<sup>2</sup>, ao passo que Santa Maria registra média de R\$ 2.912/m<sup>2</sup>. A diferença de valor decorre de múltiplos aspectos: primeiro, há uma provável diferença em termos de padrão construtivo: materiais utilizados, saberes técnicos empregados – como projeto arquitetônico ou paisagístico – e recursos disponíveis. Mas isso não explica tudo – e talvez não explique o principal – que é uma assimétrica valorização alocativa. Um mesmo projeto executado em áreas distintas possui preços distintos, assim como uma caverna não é igualmente valorada em termos de seu uso potencial de servir de abrigo dependendo do contexto em que ela está imersa.

Uma casa no Lago Sul se insere em uma posição urbana que lhe confere vantagens, que carrega valor, que possui um estoque de trabalho socialmente necessário para sua apropriação. Por sua vez, a apropriação dessa posição urbana

---

<sup>17</sup> Ao menos do valor de uso de servir como abrigo.

confere acesso ou viabiliza a apropriação de valores relacionados ao lugar, a valores espaciais ou arquitetônicos disponíveis naquela posição.

As duas condições comentadas até aqui – a das características intrínsecas dos imóveis, como seu padrão construtivo, e a das condições alocativas a partir da posição urbana – referem aspectos materiais, mas, também, simbólicos. A capacidade de se apropriar de um espaço carrega um indicativo de estoque de poder econômico, que uma vez expresso converte-se em poder simbólico. E todas essas variáveis (aspectos construtivos, locacionais e simbólicos) articulam-se enquanto domínio espacial que é determinado por condições anteriores, mas que se tornam instrumento de determinar condições futuras: ao possuir um imóvel com um determinado padrão construtivo, em um determinado lugar, com uma determinada carga simbólica, o possuidor se posiciona em um jogo de disputas materiais e simbólicas no contexto urbano.

Pode-se concluir, portanto, que a contradição entre o caráter determinante e determinado do espaço encontra síntese na apropriação: o espaço determinado presume uma apropriação que o define. Ele é determinado a partir de uma apropriação prévia. Já o espaço determinante refere as possibilidades ou as formas viáveis de apropriação que dele podem ser feitas, uma vez que sua configuração é estabelecida. Ele determina as apropriações possíveis. O valor do espaço refere tanto o trabalho envolvido na sua produção quanto o trabalho possível a partir daquilo que ele possibilita produzir – material e simbolicamente.

A síntese do caráter determinante com caráter determinado do espaço é a apropriação social. Mas essa síntese carrega em si uma nova contradição: a apropriação humana determina o espaço, que determina as formas de se apropriar do espaço. Logo, há uma relação de poder presumida, essencial e inevitável no debate da arquitetura: o poder de determinar o espaço é o poder de determinar as apropriações sociais do espaço. E o poder de determinar as apropriações sociais é, também, o poder de determinar o espaço.

Como toda relação social está sujeita a uma dimensão espacial<sup>18</sup>, a capacidade de determinar o espaço envolve a capacidade de determinar a sociedade<sup>19</sup>, e vice-versa. A contradição fundamental que daí decorre é a necessidade de existirem dominados para que alguém possa dominar e, portanto, a existência de conflitos e interesses antagônicos nas relações sociais espacialmente consideradas. O espaço é o *locus* no qual os conflitos e contradições sociais se expressam, além de ser ele mesmo objeto desses conflitos e contradições.

Temos, aqui, uma primeira possibilidade de classificar o espaço enquanto capital, se entendermos capital enquanto recurso que confere poder ou capacidade de dominação que se manifesta na produção de mais valor a partir de um estoque prévio de valor. Se o espaço pode ser entendido enquanto valor e se seu domínio estabelece uma relação de poder e de extração de mais valor, então é possível propor analiticamente a existência de um capital espacial. Quem detém estoque de valor espacial tem capacidade de acumular mais valor. O capital espacial é esse processo e uma forma particular que assume o processo global de acumulação.

## 2.2. Todo Espaço É Capital?

Se a apropriação do espaço envolve invariavelmente uma relação de poder, é possível concluir que todo espaço apropriado pode ser interpretado enquanto capital espacial?

---

<sup>18</sup> Pode-se obstar que existem relações que se desconectam do espaço, como aquelas mediadas por mecanismos de desençaixe que Giddens aponta. Não obstante, a desconexão espacial é, precisamente, a ação de mecanismos de dominação do espaço. A dimensão espacial continua a ser uma variável fundamental das relações humanas na medida em que a sua superação ou apropriação é assimetricamente exercida.

<sup>19</sup> Essa afirmação não pretende ser entendida enquanto axioma determinista. Não se presume a inexistência de variáveis sociais de natureza não espacial. O termo “determinar” é aplicado no sentido do espaço ser um dentre um conjunto de determinantes sociais que atuam sobre as possibilidades ou restrições à ação social.

A resposta a essa pergunta reside no próprio aspecto duplo do espaço enquanto determinado e determinante social. Se entendemos que o capital é um processo pelo qual um estoque de valor é colocado em movimento para obtenção de mais valor, é preciso refletir se o agente que se apropria do espaço o faz de maneira a acumular valor ou, simplesmente, usufrui do seu valor.

Nas sociedades capitalistas é muito provável que a dominação do espaço exerça algum papel de acúmulo de valor, embora em níveis variados e dependendo das relações que se considera. Assim, o capital espacial não é uma propriedade do espaço, mas um recurso de quem se apropria do espaço e, portanto, sua definição é relacional, dependente da apropriação que é feita. Embora todo espaço exerça o papel de capital, e todo agente se aproprie do capital espacial, nem todos os agentes se apropriam igualmente do espaço enquanto capital<sup>20</sup>.

Milton Santos não cunhou o termo “capital espacial”, mas chegou a classificar o espaço como um “capital comum<sup>21</sup> a toda a humanidade” (SANTOS, 2007). O autor argumenta que o espaço, tornado total<sup>22</sup> pelo processo do capital, é um capital comum cujo uso é reservado “apenas àqueles que dispõem de um capital particular”. (SANTOS, 2007).

Santos postula, ainda, que o espaço se apresenta como único capital comum existente, embora seu uso seja seletivo e exclusivo a partir dos diversos tipos de capitais particulares.

---

<sup>20</sup> A apropriação do capital depende dos *habitus* de indivíduos ou grupos: condição de classe, de gênero, racial, religiosa, capacitativa, enfim, condições culturais, corpóreas e materiais.

<sup>21</sup> Em nota de rodapé, Santos argumenta que Marx sugeriu a distinção entre um capital comum e um capital particular. No entanto, o autor não desenvolveu a discussão sobre o que configura a distinção entre capital comum e particular, tampouco a passagem em que Marx apresenta essa questão.

<sup>22</sup> Por espaço total Milton Santos entende uma configuração específica que reúne sistemas de objetos e sistemas de ações que convergem para o processo de acúmulo do capital, esvaziando particularidades e impondo uma totalidade espacial expressa nas formas, funções e estruturas do espaço e da sociedade.

Essa passagem merece alguma atenção. Infelizmente o autor não desenvolve o que entende por “capital comum”. No entanto, o desenvolvimento da sua reflexão sobre a natureza do espaço permite realizar apontamentos sobre o que significa um “capital comum” e porque o espaço seria o único capital deste tipo existente.

Santos aponta no espaço a propriedade potencial de acumular valor, de se inserir na dinâmica do capital e de ser compreendido enquanto capital. Ademais, a abertura do livro em discussão é feita com a seguinte frase: “O espaço é a acumulação desigual de tempos”. Adota-se, assim, o entendimento do espaço socialmente apropriado enquanto valor-trabalho, ou seja, enquanto depositário de tempos, de maneira análoga à interpretação que Beasley-Murray faz do capital cultural a partir do valor – compreendido enquanto tempo de trabalho abstrato – contido em recursos culturais.

Nessa toada, existem apropriações do espaço que não podem ser consideradas como capital espacial. Todo espaço é valor. Mas é possível que sua apropriação derive de imposições sociais, ou seja, de modo que a apropriação seja consequência de uma dominação sofrida e não de uma dominação exercida. É o caso, por exemplo, das ocupações em assentamentos precários que decorrem da falta de alternativa de moradia ou, para evocar um exemplo histórico, dos acampamentos operários instalados quando da construção de Brasília, que conferiam aos candangos uma apropriação espacial circunscrita ao tempo e às condições necessárias para construção da nova capital.

É importante ressaltar, contudo, que dado seu caráter relacional, mesmo nos exemplos citados ou em outras situações de apropriação imposta, é possível que o desfrute do espaço confira, em alguma medida, acúmulo de valor aos agentes que inicialmente se relacionam com espaço de maneira imposta. Há potencial de exercício do capital espacial nos mais diversos contextos, a depender das relações consideradas. Os candangos, uma vez estabelecidos em áreas centrais, acessam parte do valor espacial que não deriva do próprio trabalho, já que todo espaço socialmente apropriado é depositário de valor social. Ademais, mesmo quando não é possível falar em relações de exploração ou de acúmulo de valor, é possível identificar disputas pelo domínio espacial.

É possível, inclusive, identificar disputas pelo domínio espacial não apenas entre exploradores e explorados, mas também entre agentes que não se relacionam de modo a subtrair valor uns em relação aos outros. Para entender essa dinâmica, resgatar o apontamento que Santos fez sobre o espaço enquanto capital comum parece ser um bom caminho.

### 2.3. Capital Comum

A disputa pelo espaço por agentes que não se exploram pode decorrer do que Milton Santos chamou de “capital comum”. O espaço não é apenas o acúmulo desigual de tempos, como é o acúmulo de tempos de todos os agentes que o constituem no presente e o constituíram no passado. E é ainda mais: o espaço totalizado (SANTOS, 1997) incorpora valores derivados de outros lugares, do trabalho de agentes de outras partes do globo, de recursos extraídos em áreas distantes. Assim, o valor espacial decorre do trabalho e da existência do conjunto da sociedade, sendo, portanto, um valor comum. Assim, também, seu uso tem o potencial de acumular um valor comum. A apropriação do espaço – e do seu valor – mesmo em situações impostas ou sob dominação, implica o acesso a parte desse valor comum, que é o valor espacial. Assim, é possível pensar o espaço como um capital comum<sup>23</sup>.

A Praça dos Três Poderes, por exemplo incorpora valores diversos. Há, ali, o trabalho de cada candango que trabalhou em sua produção. Ademais, há o trabalho intelectual do seu projetista, Oscar Niemeyer. Há, ainda, o trabalho de produção e extração das matérias primas utilizadas em sua feitura e o trabalho de qualquer operário que atuou na sua manutenção até os dias atuais.

Mas há algo a mais: a Praça dos Três Poderes – e toda a capital – é depositária do tempo e do trabalho de todo o povo brasileiro, na medida em que sua viabilização e investimento decorreu de recursos nacionais. E há, ainda, um valor simbólico e

---

<sup>23</sup> Cabe destacar que nem todo consumo do espaço é produtivo. Então, embora o capital espacial seja um capital comum, nem sempre o espaço é apropriado enquanto capital.

global, na medida em que parte do seu paradigma construtivo é de caráter global, além de contar com recursos e saberes que extrapolam as fronteiras nacionais.

Por fim, a praça dos três poderes recebe o valor agregado de cada indivíduo que passa por ela: cada agente que a frequenta, transita, que trabalha nos seus arredores carrega consigo um conjunto de “tempos” acumulado e que constitui o espaço em que esses agentes se inserem, na medida em que o espaço é constituído por sistemas de objetos e de ações – como aponta Santos.

Um indivíduo na Praça dos Três Poderes – ou em qualquer outro espaço – se vê em contato com um conjunto inclassificável e incalculável de valores socialmente produzidos. E pode, eventualmente, acessar parte desses valores, se apropriar deles, se beneficiar deles. Reside aí o principal caráter de valoração alocativa do espaço: a possibilidade de acessar os valores contidos em um espaço específico, em uma posição espacial. Porém, o acesso a esses valores pode ser objeto de desejo de mais de um indivíduo.

Como consequência há possíveis disputas não apenas entre agentes que se exploram entre si, mas entre agentes que disputam esse estoque de valor comum, valor espacial, que é capaz de conferir benefícios a partir do seu uso.

Um exemplo pode ser elucidativo do que se discute aqui. Em uma das visitas de campo que fundamentou esse trabalho, realizada no Setor Comercial Sul (SCS), zona central de Brasília, uma pessoa em situação de rua externou incômodo com a possibilidade do SCS tornar-se área cada vez mais ocupada por outras pessoas em situação de rua. Argumentava ele que o Governo do Distrito Federal sequer era capaz de atender a quem já estava lá e que, portanto, a chegada de novos indivíduos tenderia a agravar a situação das pessoas em situação de rua que já ocupam o lugar.

O receio dele decorre da atração que a área tem exercido para outros agentes em extrema vulnerabilidade que procuram a região como refúgio. O debate sobre a população em situação de rua naquele território adquiriu muita visibilidade: não apenas há grande fluxo de pessoas no SCS, como há circulação de agentes de

diversas classes econômicas<sup>24</sup> e uma ampla rede de solidariedade cujos apoiadores são, em larga medida, moradores de áreas próximas. Essa visibilidade fez com que, em resposta a uma ação de retirada de pertences de pessoas em situação de rua por parte do poder público, uma Organização Social movesse uma Ação Civil Pública contra o Governo do Distrito Federal que resultou em indenização pecuniária a cada uma das pessoas que teve seus pertences recolhidos.

Dessa ampla visibilidade surge o choque entre os interesses dos atuais ocupantes da área ante a chegada de novas pessoas, igualmente empurradas para rua em função da estrutura social e de condições particulares. Todos em busca do valor contido no SCS. A disputa pelo valor, nesse caso, não configura uma luta de classes, mas uma luta intraclasse: a luta pelo acesso ao valor comum contido no espaço e acessado por meio de uma determinada apropriação espacial: a permanência no centro da cidade. A disputa pelo valor espacial insere até os agentes mais prejudicados pelo processo do capital em uma dinâmica de relações capitalistas e em um processo de alienação que subtrai a percepção das condições comuns que carregam. Os conflitos espaciais entre agentes igualmente explorados não decorrem de uma “falsa consciência” abstrata e imaterial: decorrem de uma percepção material do valor contido no espaço, de interesses efetivamente conflitantes quando o horizonte de acesso a qualquer valor não alcança outras possibilidades para além do acesso ao valor espacial<sup>25</sup>.

Mas se há a incorporação de dinâmicas capitalistas mesmo entre agentes dominados, há também apropriações não capitalistas do espaço, ou seja, que não se inserem nas dinâmicas de exploração e acúmulo de valor do capital, nem tampouco na disputa pelo valor comum contido no espaço. Sobre isso, Lefebvre desenvolve as noções da cidade enquanto valor de uso e da cidade enquanto valor de troca, que são

---

<sup>24</sup> A existência de diferentes agentes cumpriu o papel de visibilizar a condição das pessoas em situação de rua também a partir do conflito: o tratamento conferido – se hostil ou acolhedor – bem como os choques de interesses econômicos e sociais da área foram postos em evidência.

<sup>25</sup> No debate em questão, sequer a produção de valor por meio do trabalho é assegurada, visto que os indivíduos se encontram à margem social e do sistema de produção. Robert Castel, em *As Metamorfoses da Questão Social*, discute o processo pelo qual pessoas são colocadas à margem social, sem acesso sequer à possibilidade de trabalho ou a qualquer pertencimento coletivo legitimado.

perfeitamente adaptadas à noção de arquitetura enquanto espaço constituído de valor aqui proposta.

Para Lefebvre, o desenvolvimento das cidades na modernidade é orientado para o exercício do valor de troca dos espaços, em detrimento dos seus valores de uso. Essa contradição – presente na relação do capital com as mercadorias em geral – implica o sacrifício do usufruto da urbanidade e do acesso a demandas urbanas, como moradia, trabalho, possibilidade de encontro, de troca, de síntese. Essas demandas não são consideradas em um processo de desenvolvimento orientado para a produção e reprodução do capital, ou seja, do acúmulo de valor, que produz configurações espaciais e impõe dinâmicas urbanas orientadas exclusivamente à reprodução capitalista.

Assim, o autor apresenta a noção de direito à cidade, entre outros aspectos, como o direito ao usufruto da cidade enquanto valor de uso, não sujeita à instrumentalização do capital e orientada pelos desejos e interesses coletivos de quem dela se apropria: a comunidade.

A tendência à expansão da cidade enquanto valor de troca apresentado por Lefebvre e a tendência à expansão geográfica do capitalismo apresentada por Harvey são interrompidas por apropriações tradicionais ou inovadoras do espaço que são orientadas ao exercício e usufruto do espaço enquanto valor de uso e enquanto direito coletivo. Essas insurgências espaciais são apontadas por diversos autores como o próprio Harvey na obra “Espaços de Esperança” (HARVEY, 2004) ou por Maria da Gloria Gohn que destaca, entre outras experiências de organização popular, as experiências dos “bacharelados populares” experimentadas na América Latina, mais particularmente no cone sul, conforme se segue:

[Uma nova ação] coletiva no campo da educação foi o surgimento dos chamados “bacharelados populares”, organizados em antigos espaços fabris por ex-trabalhadores, em ações denominadas “fábricas recuperadas”. Enquanto algumas unidades fabris, fechadas na crise dos primeiros anos deste século, foram recuperadas pelos trabalhadores em processos autogestionários, com apoio de sindicatos e subsídios governamentais, outras se transformaram em espaços culturais com destaque para as atividades educativas, de formação. (GOHN, 2011).

No exemplo referido, o domínio da fábrica pode ser considerado um ativo capaz de ser colocado em exercício para, assim, adquirir mais valor. No entanto, na leitura

marxiana tradicional, essa produção de valor não pode ser considerada capital porque não há o elemento do acúmulo de mais valor exclusivamente a partir do movimento de um estoque de valor acumulado. Em outras palavras, ainda que as fábricas sejam valor e sejam operadas de modo a produzir mais valor, a apropriação do mais valor é feita pelo trabalho e não pelo capital. Portanto não há relação capitalista.

Até aqui discutimos a conformação do espaço enquanto capital. Para tanto, foi desenvolvida a discussão sobre a natureza dupla do espaço enquanto determinado e determinante social, que encontra síntese na apropriação humana que é presumida nos dois aspectos considerados. A apropriação<sup>26</sup>, por sua vez, entendida enquanto trabalho, confere valor ao espaço<sup>27</sup>.

Uma vez identificado o valor espacial, a contradição entre valores de uso e valores de troca pode ser evocada. E, a partir daí, refletir sobre o espaço enquanto mercadoria, já que a contradição entre valor de uso e valor de troca é um dos aspectos mais centrais de qualquer mercadoria. Algumas mercadorias, contudo, possuem aspectos particulares nessa contradição.

O trabalho assalariado, por exemplo, assume a forma de mercadoria que possui um valor de troca – o salário – mas que possui o valor de uso de produzir mais valor. Já para Bourdieu, o capital cultural e os capitais simbólicos em geral possuem um valor de uso que é, ele mesmo, um valor de troca, na medida que seu usufruto assegura possibilidades de trocas simbólicas que servem à acumulação de valor (BOURDIEU, 2013).

---

<sup>26</sup> Apropriação que não significa, necessariamente, uso, interferência ou transformação. Imóveis ociosos são apropriados pela especulação imobiliária a partir do não uso, por exemplo. Nesse caso, o não uso é instrumental à reprodução do capital. Por outro lado, Áreas de Preservação Permanente são apropriadas coletivamente a partir do não uso (ou do uso indireto dos benefícios sistêmicas que elas desempenham). Nesse caso, o não uso está à serviço da partilha do capital comum e contra a acumulação do capital privado.

<sup>27</sup> O valor espacial não deriva apenas da apropriação humana. O trabalho referido é abstrato e, dada a natureza sistêmica do espaço, seu valor está pra além do trabalho concreto da espécie humana.

O espaço também tem particularidades a serem consideradas em termos dos seus valores de uso e de troca. Sem refletir sobre essas particularidades não é possível identificar, com precisão, o processo do capital espacial.

## 2.4. Valor Espacial, Consumo Produtivo e Valor Potencial

A apropriação do espaço o impõe um determinado valor, que deriva tanto do trabalho abstrato requerido para sua produção e apropriação quanto dos elementos naturais que o constituem. O espaço é composto por um estoque de valor espacial acumulado para além do tempo e do lugar presente<sup>28</sup>. O que Giddens chama de mecanismos de desencaixe – a referir a não correspondência entre fenômenos sociais e o lugar ou o tempo de seu acontecimento – é radicalizado nas sociedades modernas e leva à formação de uma rede de homogeneização e integração com potencial de abarcar todo o globo. Não apenas de elementos naturais e de trabalho do contexto imediato, mas também trabalho passado e de outros lugares constituem o valor do espaço. É o caso, por exemplo, da apropriação da massa falida de fábricas por parte de trabalhadores e trabalhadoras, que resgata um valor anterior que estava morto, não utilizado (GOHN, 2011). O valor que constitui a fábrica deriva de trabalho anterior e de recursos oriundos de outros lugares, para além do trabalho a ser empenhado e dos recursos a serem trabalhados por aqueles que dela se apropriam.

O espaço enquanto valor de uso pode ser diretamente experimentado, desfrutado, seja para o exercício de processos produtivos, seja para o exercício de interações não produtivas, como o lazer, o descanso, a moradia, o entretenimento... enfim, para o exercício e reprodução da vida.

---

<sup>28</sup> Milton Santos apresenta a noção de “tempo geográfico” como conceitualmente distinto do tempo histórico. O tempo histórico em considerado de forma sucessiva, já o tempo geográfico deve ser pensado em função da sua simultaneidade: um espaço contém diferentes tempos, diferentes momentos. As manifestações desses tempos se dão de forma diversa e, inclusive, pelo que chamou de rugosidades: resquícios ou permanências de estruturas fixas que já não encontram as ações ou o contexto social para os quais foram desenhadas. Marx, por sua vez, chama de Trabalho Morto o estoque de valor que permanece em estruturas ou objetos, mas que não estão sendo apropriados. Esse trabalho pode, a qualquer momento, ser resgatado e colocado em exercício.

Já o espaço enquanto valor de troca se insere em um contexto de relações sociais em que as trocas e a produção de bens e serviços se dá pela forma mercadoria. O espaço como valor de troca é o espaço mercantilizado, que se insere como elemento quantificável e intercambiável como qualquer outro elemento que se apresente como mercadoria. Enquanto valor de troca, o espaço é intercambiável com qualquer outro objeto e suas características próprias, particulares, intrínsecas e únicas são desconsideradas.

A contradição entre o valor de uso e o valor de troca de uma mercadoria pode levar a uma situação de escolha entre o exercício de um ou de outro. Uma casa, por exemplo, não pode servir como valor de troca – sendo alugada ou vendida – se o seu exercício enquanto valor de uso estiver em pleno vigor por parte do proprietário<sup>29</sup>. Assim, também, a massa falida de uma fábrica pode ficar sem uso enquanto as relações de troca envolvendo o patrimônio e a propriedade das estruturas ociosas não forem resolvidas.

No entanto, alguns tipos de mercadorias – e potencialmente qualquer mercadoria<sup>30</sup> – podem agregar valor de troca a quem delas faz uso, ainda que esse valor de troca não seja diretamente expresso em termos monetários<sup>31</sup> (BOURDIEU, 1989). Como exemplo, podemos citar os capitais simbólicos de Bourdieu.

Advogo que o espaço é um tipo especial de mercadoria em que o uso pode conferir diretamente acúmulo de valor em relações de troca no sistema capitalista. Esse acúmulo se dá tanto pelo acúmulo de valor mediado por meios simbólicos, quanto por meios materiais. Nas relações espaciais, portanto, ainda que exista a contradição entre o valor de uso e o valor de troca, é possível que o uso confira diretamente um potencial de troca a quem do espaço se apropria. Adotando a

---

<sup>29</sup> Salvo em arranjos financeiros excepcionais, como aponta Rolnik em relação ao crédito imobiliário e, em especial, à hipoteca (ROLNIK, 2015).

<sup>30</sup> Na medida em que qualquer uso pode conferir valor simbólico

<sup>31</sup> Mas sempre é potencialmente intercambiável por representação monetária.

terminologia de Marx, o consumo do espaço pode ser pensado como consumo produtivo.

No contexto urbano essa característica se torna particularmente importante. O consumo do espaço denota não apenas um elemento distintivo, na medida em que para seu exercício é requerida capacidade econômica, como materialmente impõe aos indivíduos posições assimétricas nas disputas cotidianas por recursos, oportunidades, bens e serviços. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou o estudo “Desigualdades Socioespaciais de Acesso a Oportunidades Nas Cidades Brasileiras – 2019”, em que aponta empiricamente a assimetria no acesso a oportunidades em 19 municípios brasileiros e no Distrito Federal. Para tanto, foram levantados dois indicadores de acesso a oportunidades: 1) o tempo mínimo de deslocamento de um ponto da cidade para acessar a oportunidade mais próxima e 2) o número de oportunidades disponíveis em um ponto da cidade a partir de diferentes intervalos de tempo.

Os indicadores foram calculados para diferentes modos de transporte e oportunidades. Por oportunidades entende-se acesso a serviços de saúde, educação e postos de emprego<sup>32</sup>.

Este estudo – assim como as análises sintáticas – são particularmente pertinentes para o debate do capital espacial pois são capazes de apontar de maneira empírica o valor contido no espaço, o valor que se acessa por meio da posição e do domínio espacial.

O estudo em discussão – e as análises sintáticas – evidenciam, ainda, uma característica comum e extremamente pertinente à avaliação do valor espacial: seu caráter potencial, preditivo, de antecipação do capital. Os estudos que avaliam a integração axial de uma via ou as oportunidades disponíveis em um endereço não observam os usos efetivos que são feitos pelos indivíduos que ocupam esses

---

<sup>32</sup> O indicador de postos de empregos levou em conta os dados demográficos da região como nível de escolaridade e renda média. Assim, mapeou-se as oportunidades de trabalho adequadas à população de cada ponto em análise.

espaços. São análises estritamente topológicas, ou seja, de relacionamento entre as partes constituintes de um espaço. Assim, observa-se o potencial que uma via tem para atrair deslocamentos ou o potencial que uma ponto da cidade tem para viabilizar o acesso a serviços urbanos.

Quando falamos em valor espacial, o caráter potencial refere o aspecto definidor da configuração espacial, ou, a arquitetura enquanto variável independente, enquanto elemento orientador de dinâmicas e possibilidades. Esse caráter afeta diretamente o preço – ou o valor de troca – e isso se manifesta mesmo em situações em que o valor de uso ainda não está plenamente disponível, mas já se apresenta como uma perspectiva futura.

Sem essa característica seria difícil compreender o processo de especulação imobiliária que se manifesta de maneira muito ativa em grandes centros urbanos. O valor de troca – e o preço – antecipam os valores de uso possíveis. Valores de uso que, no caso espacial, representam não apenas oportunidade de consumo, mas, também, de acúmulo de mais valor espacial, dada a característica peculiar do espaço enquanto elemento que, ao ser consumido, agrega valor ao seu consumidor.

Esse aspecto é reconhecido na legislação urbanística brasileira. A previsão da Outorga Onerosa do Direito de Construir é o instrumento jurídico que cristaliza e objetiva esse caráter potencial do valor espacial: ao mudar as possibilidades construtivas e produtivas de um terreno, há o entendimento de que o valor de troca desse terreno é alterado – ainda que materialmente esse potencial não seja exercido. Ou seja, ainda, que o valor de uso não esteja disponível, o valor de troca já o leva em consideração.

Nessa mesma toada, discussões como a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – que foi feita em 2021 no Distrito Federal – tornam-se objeto de interesse por parte de proprietários e possuidores de terras e imóveis no Distrito Federal, na medida em que podem gerar alterações potenciais no espaço a afetar seus valores de uso e troca.

Não obstante, o valor espacial é relacional e, portanto, é possível que a valorização de um espaço implique a desvalorização de outro. Ademais, a contradição

entre o exercício do valor de uso e do valor de troca da cidade – apresentada por Lefebvre – encontra na discussão da legislação urbanística uma das suas manifestações mais concretas nas cidades contemporâneas. A busca pelo aumento do valor de troca<sup>33</sup> de áreas particulares entra em choque com a busca pelo melhor exercício do valor de uso da cidade enquanto ente coletivo.

Mas antes de falar das disputas espaciais, cabe destrinchar ainda mais discussão sobre a constituição do espaço, em especial seu caráter material e simbólico. Até aqui, foram ressaltadas duas particularidades do valor espacial: o de poder ter no exercício do valor de uso o acúmulo de mais valor e o de ter, no valor de troca, a capacidade de antecipar os usos potenciais ou futuros.

## 2.5. Funções do Espaço: material e simbólica

A noção de capital espacial é uma noção social: uma mesma configuração espacial pode representar ganhos de capital espacial para determinados grupos sociais e perda para outros. A análise morfológica do espaço não é capaz de explicar as razões pelas quais uma mesma configuração pode implicar formas de apropriação tão distintas quanto a esquiva ou a procura. Isso porque o capital espacial deve ser entendido enquanto exercício de poder em duas dimensões: uma física, outra simbólica. Ademais, o espaço não pode ser pensado apenas em função de seus objetos, mas também das ações que o compõem. Deriva desse caráter dialético e amplo a necessidade de ancorar a presente discussão em teorias de campos acadêmicos distintos.

Todavia, o conceito de capital espacial não implica síntese absoluta entre diferentes teorias, nem tampouco implica aplicação ortodoxa da teoria de nenhum

---

<sup>33</sup> No caso do valor espacial, o aumento do valor de troca não necessariamente é acompanhado do consumo do valor de uso. Nesses casos, há ociosidade urbana orientada pela expectativa de valorização, ou, pela especulação. No entanto, é possível que o exercício do valor de troca seja acompanhado do exercício do valor de uso, quando há uma produção do espaço orientada para a acumulação, conforme aponta Harvey.

autor referido individualmente. É, antes, uma proposição que parte da teoria marxiana e da teoria de Bourdieu para fundamentar um novo tipo de capital, que não pode ser formulado exclusivamente a partir das categorias de Bourdieu e Marx pela razão principal dessas abordagens, enquanto teorias sociais, não serem orientadas para captação morfologicamente precisa dos fenômenos socioespaciais.

Um importante procedimento para superação desse limite consiste no esforço de associar o arcabouço teórico sociológico às contribuições da arquitetura – em espacial a Teoria da Sintaxe Espacial – e da geografia social. Esse encontro das teorias sociais de Bourdieu e Marx com campos acadêmicos que tem por objeto a análise morfológica do espaço é útil para o desafio primordial deste trabalho: identificar procedimentos efetivos de exercício de poder associado ao espaço. O método e as categorias da arquitetura servem para captar efeitos espaciais, mas não estruturas de poder, enquanto as teorias de Bourdieu e Marx são potentes para captura de estruturas de poder sem, contudo, oferecer instrumentos para análise morfológica do espaço.

A relação entre espaço e poder não é inédita (HOLANDA, 1997; HARVEY, 2013; ROLNIK, 2015). Holanda, em *O Espaço de Exceção*, tem a dimensão do poder e sua relação com espaço como um dos elementos centrais de sua análise. Argumenta e demonstra empiricamente que diferentes padrões espaciais estão associados a maior urbanidade ou formalidade<sup>34</sup>. E que estes, por sua vez, estão associados a formas de organização social mais ou menos hierárquicas. Demonstra, também, que o paradigma da formalidade encontra uma forma particular e extrema – o espaço de exceção – em espaços destinados à operação de funções estritamente superestruturais da sociedade: ideológicas, políticas, simbólicas. Holanda demonstra que configurações espaciais se relacionam com formas de exercício do poder. Trata-se de um interessante achado, que se localiza essencialmente no campo da análise arquitetônica, pois refere os impactos da arquitetura para organização social. Todavia, sua análise não esgota os mecanismos pelos quais a sociedade reproduz suas

---

<sup>34</sup> A distinção entre urbanidade e formalidade é adotada por Holanda para referir paradigmas de interação espacial/social. Urbanidade refere maior escala, maior diversidade, maior compacidade. E formalidade, o oposto.

estruturas de poder espacialmente. Em outras palavras, seu livro revela um fato: a relação entre padrões espaciais e modos de organização social. Mas a análise dos processos pelos quais este fato se materializa segue aberta a reflexão não apenas arquitetônica, mas das ciências sociais em sentido amplo.

Bourdieu, por sua vez, no artigo “Capital Simbólico e Classes Sociais” (2013), desvela com maior minúcia a noção que tem de classe social, o que envolve o debate sobre relações de poder. Uma primeira consideração que Bourdieu registra é que as classes sociais não devem ser consideradas nem somente em função das condições objetivas de acesso a bens e serviços ou posição no modo de produção – como o fazem algumas leituras marxianas – nem apenas como sistemas de classificação social, fruto da interpretação e da apreensão dos indivíduos – como o fazem os subjetivistas e alguns intérpretes de Weber<sup>35</sup>. Em resposta, Bourdieu sustenta que os indivíduos são dispostos objetivamente e de maneira assimétrica no espaço social, acessando diferentes oportunidades, bens e serviços independente das interpretações que daí decorram. No entanto, esses mesmos indivíduos interpretam a si e aos outros no espaço social e classificam-se de modo a gerar efeitos sociais. Como se é visto e percebido efetivamente afere maiores ou menores benefícios aos indivíduos, maior ou menor capacidade de acumular capital nas suas diversas formas. Sobre a importância da distinção simbólica, Bourdieu escreve<sup>36</sup>:

Num universo em que tudo é classificado, portanto classificante — por exemplo, os **lugares em que é preciso ser visto**, restaurantes chiques, competições hípicas, conferências, exposições; os **espetáculos que é preciso ter visto**, Veneza, Florença, Bayreuth, o balé russo; os **lugares reservados**, salões e clubes privados —, um domínio perfeito das classificações (que os árbitros da elegância se apressam em considerar modé assim que se tornam muito comuns) é indispensável para obter o melhor rendimento dos investimentos sociais e para evitar ao menos ser identificado com grupos menos cotados. (BOURDIEU, 2013, p. 110)

---

<sup>35</sup> Bourdieu não menciona intérpretes particulares de Weber ou Marx, referindo de forma genérica as interpretações que considera ser mais comuns destes autores.

<sup>36</sup> Marcações em negrito feitas para destacar trechos pertinentes a esta pesquisa.

Nesse trecho fica evidente a importância do espaço como elemento de distinção. Ser visto em determinado lugar pressupõe estar no lugar, ter acesso e não sofrer constrangimento naquele lugar. A presença que agrega prestígio não é apenas física, não basta estar: é preciso saber estar, como se portar, as condutas, as normas. Mas o estar presente, embora não suficiente, é pressuposto. Essas condutas e normas são apreendidas justamente a partir da convivência, da exposição a determinados espaços e comportamentos. Para as classes dominantes essa exposição é feita desde muito cedo, de modo que os comportamentos distintivos assumem ares de naturalidade, incorporam-se na formação e na personalidade dos indivíduos. Tornam-se *habitus*.

Por sua vez, indivíduos de classes dominadas convivem com outros signos e ambientes sociais, incorporam outras condutas, habitam-se a outros modos de falar, outros desfrutes musicais, outras percepções artísticas, outros modos de ter<sup>37</sup>, pensar, sentir e agir. Essas formas incorporadas em *habitus* possuem efeitos práticos cotidianos: é a partir dessas disposições que os agentes fazem suas escolhas do dia a dia, atribuem valor e são valorizados pelos outros. Bourdieu atesta a interpretação de Goffman e outros construtivistas que efetivamente desnudam a existência de uma dimensão simbólica do poder: pertencer a determinados grupos, ser reconhecido como portador de determinados modos, ter determinados amigos implica assumir *status* que são hierarquicamente atribuídos nas sociedades.

Todavia, Bourdieu se contrapõe a perspectiva construtivista na medida em que reconhece que essas formas de distinção não são meramente interpretativas, não são abertas à ressignificação apenas por meio de processos idealistas ou simbólicos. Mas, antes, refletem estruturas objetivas, condições materiais de acesso e distribuição de recursos. Nesse sentido, Bourdieu afirma que:

O capital simbólico dos que dominam a “alta sociedade [...] não depende apenas dos desprezos ou das recusas, das indiferenças ou dos ardores, dos signos de reconhecimento e dos testemunhos de descrédito, das marcas de respeito ou de desprezo, de todo o jogo, enfim, dos julgamentos recíprocos. Ele é a forma sublimada de que se revestem realidades tão claramente

---

<sup>37</sup> O “ter” não é referido por Bourdieu como elemento que conforma o *habitus*, mas vem sendo adotado por Holanda em suas reflexões sobre a obra de Bourdieu.

objetivas como aquelas registradas pela física social, castelos ou terras, títulos de propriedade, de nobreza ou de ensino superior, assim que são transfigurados pela percepção encantada, mistificada e cúmplice, que define em particular o esnobismo (ou, em outro nível, a pretensão pequeno-burguesa). As operações de classificação referem-se não apenas aos índices do julgamento coletivo, mas às posições nas distribuições que esse juízo coletivo já leva em conta. As classificações tendem a esposar as distribuições, contribuindo assim para reproduzi-las. O valor social, crédito ou descrédito, reputação ou prestígio, respeitabilidade ou honorabilidade, não é o produto das representações que os agentes realizam ou fazem de si, e o ser social não é meramente um ser percebido. (BOURDIEU, 2013, p. 110)

Essa relação entre condições objetivas e representações simbólicas é pertinente à discussão sobre espaço e poder porque a dimensão espacial é altamente relevante tanto para a economia das trocas simbólicas quanto para a produção e circulação de mercadorias e para disposição dos corpos e práticas materialmente considerados. Ou seja, é uma chave central para interpretação dessas duas formas do poder: tanto simbólica, quanto física.

## 2.6. Função Simbólica Do Espaço

O capital espacial quando assume caráter simbólico cumpre um papel particular na reprodução da sociedade. Se todos os capitais simbólicos servem como elemento de distinção e de afirmação de estruturas cognitivas das classes dominantes, o capital espacial o faz de modo peculiar: trata-se de uma das mais cotidianas e sistemáticas formas de capital simbólico que existem. Não há uma única relação humana que não seja mediada pelo capital espacial<sup>38</sup>. É em um contexto espacial que as diferentes classes sociais e indivíduos atuam, o espaço é a arena na qual as relações se estabelecem e um orientador das regras, limites e possibilidades de ação social<sup>39</sup>. E,

---

<sup>38</sup> Mesmo as relações mediadas pela tecnologia da informação implicam a posse de recursos culturais, educacionais e econômicos que viabilizam a superação de barreiras espaciais, ou seja, que permitam domínio do espaço.

<sup>39</sup> Não é banal que a palavra “política” derive de *Polís*.

por isso, é objeto permanente de disputa e da busca pela definição das suas características.

No âmbito urbano, o endereço e o padrão da moradia performam não apenas a condição econômica do morador, mas uma série de outros significados. Bairros de renda similar podem estar associados a representações sociais distintas, e dentro de um mesmo bairro indivíduos com rendas dissonantes podem partilhar uma mesma identidade espacial, ainda que outros capitais (inclusive simbólicos) venham a distanciá-los sob outros aspectos.

A dimensão simbólica do capital espacial – também referida como capital espacial simbólico – é a operação por meio da qual um conjunto de julgamentos associados aos espaços, julgamentos que são atribuídos ou incorporados nos e pelos indivíduos, se transforma em instrumento de acúmulo de valor ou poder. Ou, no seu oposto, em meio de escape e perda de valor ou poder. Pierre Bourdieu, no artigo “Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado” oferece sua mais profunda reflexão sobre o papel do espaço enquanto elemento de distinção e, conseqüentemente, de reprodução social. Nele, Bourdieu comenta que:

[...] o espaço social tende a se retraduzir, de maneira mais ou menos rigorosa, no espaço físico sob a forma de um determinado arranjo distributivo dos agentes e das propriedades. Conseqüentemente, todas as distinções propostas em relação ao espaço físico residem no espaço social reificado (ou, o que dá no mesmo, no espaço físico apropriado), que é definido – para falar como Leibniz – **pela correspondência entre uma determinada ordem de coexistência dos agentes e uma determinada ordem de coexistência das propriedades. Cada agente se caracteriza pelo lugar em que está situado de maneira mais ou menos permanente**: o domicílio (aquele do qual se diz que é “sem eira nem beira” ou “sem domicílio fixo” não tem – quase – existência social); e ele se caracteriza pela posição relativa que suas localizações temporárias (por exemplo os locais de honra, posicionamentos regrados pelo protocolo) e, sobretudo, permanentes (endereço privado e endereço profissional) ocupam em relação às localizações dos outros agentes. Ele caracteriza-se também pela posição que ocupa (juridicamente) no espaço, através de suas propriedades (casas, apartamentos ou escritórios, terras para cultivar, explorar ou construir etc.), que são mais ou menos espaçosas ou, como se diz às vezes, “space consuming” (a ostentação do espaço apropriado sendo uma das formas por excelência da ostentação do poder). Conseqüentemente, o lugar e o local ocupados por um agente no espaço físico apropriado constituem excelentes indicadores de sua posição no espaço social. (BOURDIEU, 2103, p. 133-34)

Bourdieu reforça nesse artigo a perspectiva de que as formas simbólicas dos capitais nada mais são do que expressões, manifestações de estruturas objetivamente existentes e hierárquicas. Mas vai além, e aponta a importância dessas formas simbólicas para reprodução dessas mesmas estruturas sociais objetivas:

“uma parte da inércia das estruturas constitutivas do espaço social resulta do fato de que elas estão inscritas no espaço físico, e só podem ser modificadas à custa de um trabalho de transplantação, de uma mudança das coisas, e de um desenraizamento ou de uma deportação das pessoas – operações necessariamente custosas.” (BOURDIEU, 2103, p. 134)

É justamente esse caráter estabilizador que torna o capital espacial um dos mais importantes instrumentos de ordenação social. Assimetrias espaciais justificam e são justificadas por assimetrias sociais. No contexto das metrópoles brasileiras, a condição espacial de permanente transitoriedade (ROLNIK, 2015) e de informalidade (no trabalho ou na moradia) implicam às pessoas nessas circunstâncias um estigma que justifica a ausência de acesso a bens e serviços, bem como ações de repressão ou de cerceamento a direitos fundamentais. A razão pela qual operações policiais assumem maior ou menor probabilidade de culminar em morte de acordo com local de sua realização reside nesse duplo aspecto do capital simbólico: primeiro, enquanto reflexo de estruturas objetivas, comunidades periféricas ou ocupadas pelas classes dominadas economicamente absorvem os estigmas sociais atribuídos aos de baixo. Depois, enquanto legitimação da ordem, o fato de estarem nesses locais estigmatizados justifica violações de todo tipo contra indivíduos e grupos sociais, inclusive a violação do direito à vida.

### *2.6.1. Espaço e tempo*

A permanência no espaço de estruturas sociais materializadas também é discutida por Milton Santos, que advoga a distinção conceitual entre tempo histórico e tempo geográfico. O tempo histórico é marcado pela sucessão, pelo desencadeamento de acontecimentos. Já o tempo geográfico, pela simultaneidade no espaço de diferentes tempos. Subjaz a ideia de que um espaço possui fixos estabelecidos em função de ações ou contextos sociais próprios ao seu tempo

histórico, mas que permanecem para além desse tempo. Santos denomina essas permanências espaciais, manifestações de diferentes tempos, de rugosidades. As rugosidades podem ser reapropriadas de maneiras inovadoras, mas podem, também, permanecer enquanto sobras do passado sem exercer efetivamente uma função ativa ou funcional no presente.

Além do espaço conter tempos distintos – no sentido de períodos que se acumulam espacialmente – a temporalidade dos indivíduos no espaço, também, é diversa. As possibilidades de apropriação dos fixos ou dos fluxos é condicionada por uma série de variáveis materiais e simbólicas.

### *2.6.2. Habitus espacial, estigma e prestígio*

De acordo com o Atlas da Violência 2021, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), 77% das vítimas de homicídio no Brasil em 2019 eram pessoas negras, com uma taxa de homicídio de 29,2 casos a cada 100 mil indivíduos. Entre pessoas não negras, de acordo com o mesmo estudo, a taxa de homicídios é de 11,2 casos a cada 100 mil indivíduos. Ou seja, a probabilidade de uma pessoa negra ser vítima de homicídio foi 2,6 vezes maior do que de uma pessoa não negra naquele ano.

Dentre as razões para esse cenário, a publicação destaca:

a associação de variáveis socioeconômicas e demográficas, que definem um lugar social mais vulnerável aos negros na hierarquia social e que limitam o seu acesso e usufruto às condições de vida melhores (CERQUEIRA; MOURA, 2014); a reprodução de estereótipos raciais pelas instituições do sistema de justiça criminal, sobretudo as polícias, que operam estratégias de policiamento baseadas em critérios raciais e em preconceitos sociais, tornando a população negra o alvo preferencial de suas ações (SINHORETTO; BATITUTTI; MOTA, 2014); e a ausência de políticas públicas específicas que combatam as desigualdades vividas por essa parcela da população. (<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>, 2019)

Embora a descrição supramencionada seja precisa e amparada em larga discussão sobre as relações raciais no Brasil, foi tímida a remissão mais objetiva a uma variável importante nesse debate: os lugares associados simbolicamente e ocupados materialmente pela população negra, que se inserem em um sistema de hierarquias espaciais que comportam e conformam hierarquias sociais. A ocorrência concentrada de homicídios acontece não apenas no espaço social – ou seja, sob indivíduos que carregam posições análogas no jogo de poder e hierarquia social – mas, também, no espaço físico, ou seja, sob indivíduos posicionados de maneira análoga na configuração espacial.

Ainda que uma pessoa negra esteja sujeita a sofrer violência mesmo em lugares de prestígio, os lugares de estigma tendem a aumentar a vulnerabilidade e os riscos pois os indivíduos nesses lugares são classificados, reconhecidos e tratados a partir da classificação, reconhecimento e tratamento atribuído àquele espaço.

O capital espacial simbólico opera de modo a possibilitar acúmulo ou subtração de valor por meios simbólicos associados ao espaço. Essa operação, embora simbólica, tem consequências materiais. A exclusão ou expulsão de populações de territórios outrora ocupados ou, na situação em discussão, o assassinato sistemático de uma população particular – a população negra – são exemplos de processos objetivamente e materialmente verificáveis que contam, na sua realização, com uma variável simbólica atribuída aos sujeitos e aos espaços que são compostos pelos sujeitos.

O capital espacial simbólico também ajuda a explicar a razão pela qual ocupações populares são removidas mesmo em face do direito legal à terra ou de semilegalidade (ROLNIK, 2015) sempre que os interesses das classes hegemônicas exigem. Presume-se que a permanência dessas ocupações seja ruim ou problemática pelo estigma associado às ocupações de baixa renda, de modo que eventuais despejos ou violações são mais possíveis. O capital espacial simbólico opera na forma como a equipe técnica e as autoridades políticas da gestão pública interpretam cada ocupação, na forma como as notícias sobre conflitos fundiários são produzidas, na forma como o judiciário delibera quando é convocado a resolver esses conflitos, na

forma como os próprios ocupantes se percebem enquanto agentes legítimos ou ilegítimos.

Os indivíduos e as instituições não atuam de maneira neutra ou imparcial, mas a partir dos *habitus* adquiridos. Os *habitus* dos que decidem influencia as formas de classificar, legitimar ou condenar situações. As decisões tendem a valorizar, legitimar ou condenar ações ou situações a partir dos referenciais de quem decide. E esses referenciais – que correspondem à dimensão simbólica da ação – derivam de condições materiais, como o contexto<sup>40</sup> espacial que constitui o *habitus* de quem decide.

É possível falar, assim, na existência de um *habitus* espacial, assim como Bourdieu fala em *habitus* de classe. O *habitus*, a rigor, é uma síntese do indivíduo. Mas como há condições objetivas compartilhadas por diferentes indivíduos a partir de uma condição compartilhada – como a condição de classe – é possível falar analiticamente na existência de *habitus* de classe. De maneira análoga, é possível propor analiticamente a existência de *habitus* espaciais enquanto conjunto de características predominante ou comum em indivíduos que compõem um determinado espaço. Quando o *habitus* espacial converge com o *habitus* hegemônico, podemos falar que o espaço em questão é um lugar de prestígio. Em sentido inverso, quando o *habitus* espacial se associa aos *habitus* dos dominados, é possível falar em um lugar de estigma<sup>41</sup>.

Raquel Rolnik, em *A Guerra dos Lugares*, apresenta uma série de casos empíricos de conflitos envolvendo o espaço em diferentes continentes, países e cidades. Há nos diferentes casos analisados uma série de elementos comuns. Um deles refere as justificativas para operações de remoção ou despejo de comunidades. Costuma-se evocar questões ambientais ou de planejamento urbano, mesmo quando

---

<sup>40</sup> Contexto entendido não apenas como condição presente, mas como conjunto de condições vividas por cada agente. Assim como *habitus* é a síntese de vivências particulares e condições estruturais incorporadas pelos sujeitos, o contexto espacial envolve aquilo que é particularmente percebido espacialmente, mas, também, as condições gerais do espaço para além do indivíduo.

<sup>41</sup> A noção de *habitus* refere identidade e pode soar, equivocadamente, como uma noção puramente idealista. Embora seja manifestação simbólica, superestrutural, sua gênese é a síntese das condições materiais com as vivências particulares dos indivíduos. Dentre as condições materiais podemos citar a renda, o corpo (gênero, etnia etc.) e, também, o contexto espacial.

as ocupações foram produzidas sob a tutela ou conivência do poder público. Para além das justificativas, Rolnik evoca a marcante presença de interesses especulativos e do sistema financeiro como elemento determinante no que ela chamou de colonização da terra e da moradia pelo mercado financeiro.

No outro polo das hierarquias socioespaciais, ocupações ilegais praticadas por populações de renda média ou alta – mesmo em face das mais flagrantes ilegalidades, processos criminosos, danos ambientais ou inadequação às diretrizes do planejamento urbano – tendem a receber atenção do poder público para que sejam regularizadas ou para que, ao menos, aqueles que se reivindicam proprietários<sup>42</sup> entrem em acordo quanto à mudança. É o caso dos condomínios de alto padrão no Distrito Federal, ocupados ilegalmente e hoje quase integralmente regularizados ou em processo de regularização.

O que explica o tratamento distinto nada mais é se não o capital que as diferentes populações afetadas possuem. Esse capital – e nisso concordam Marx e Bourdieu – depende sobretudo da capacidade de controlar o processo produtivo ou de se apropriar do seu saldo material. Mas isto não é dito abertamente e por vezes não é sequer percebido. Para engendrar a reprodução social – entendida enquanto reprodução de estruturas e hierarquias sociais – é preciso colocar em operação procedimentos ideológicos, simbólicos, superestruturais, que tornam justificável ou até “natural” a manutenção da estrutura social. Na verdade, a estratégia de classe para dominação é tão mais bem-sucedida quanto menos percebida, tanto pelos que dominam quanto pelos que são dominados.

O espaço pode servir como justificativa para contradições como o fato de indivíduos formalmente iguais perante o Estado serem assimetricamente tratados nas relações cotidianas. A diferença não é justificada pela posição social dos indivíduos, mas por características do lugar. Um condomínio irregular de alto padrão ocupado por servidores públicos, empresários ou rentistas é percebido como um lugar substancialmente diferente de uma ocupação irregular composta por trabalhadores

---

<sup>42</sup> Que efetivamente dispõem da posse.

informais ou assalariados de baixo padrão. As casas com assinatura de arquitetos e os barracos autoconstruídos, o asfalto e a pista de terra, o muro de vidro e a marcação do lote com arame conformam uma leitura do território que “naturaliza”, torna natural, o tratamento desigual em função do lugar<sup>43</sup>. Determinado lugar associado ao que é socialmente prestigiado (em termos de raça, de renda, de cultura, de estética, de padrão construtivo) não é tratado da mesma forma que outro que representa o que é socialmente estigmatizado, ainda que ambos sejam igualmente formalizados ou informalizados.

A potência da violência simbólica reside na ocultação das relações de poder estabelecidas. O lugar justifica a assimetria de tratamento, torna possível a operação de hierarquias sociais. É por pertencer a diferentes classes, que possuem capacidade assimétrica de apropriação de bens e serviços e desempenham papéis distintos na produção e reprodução social, que os indivíduos de um determinado lugar recebem tratamentos assimétricos. Mas as características do lugar – e sua dimensão simbólica – ocultam essa face, oferecendo justificativa simbólica (política, ideológica, superestrutural) para dominação material (física, objetiva, de produção e distribuição de riqueza).

Não por acaso condomínios irregulares de alto padrão conseguem acesso a infraestrutura pública de trânsito, energia e água, inclusive com investimento público, enquanto ocupações de baixo padrão permanecem por anos sem dispor das mesmas condições, mas sendo alvo de operações de repressão que representam grandes gastos ao Estado (LEMGRUBER, 2021). Em última instância, o espaço – constituído por cheios, vazios e pessoas, por fixos e fluxos (SANTOS, 1996) – se relaciona a toda estrutura social. Mudanças nas hierarquias espaciais, portanto, implicam – como causa e como consequência – mudanças nas hierarquias sociais.

---

<sup>43</sup> O espaço como instrumento de reificação.

### 2.6.3. Espaço e a violência simbólica

A violência simbólica consiste na forma pela qual a dominação se impõe sem precisar recorrer à coação física. Consiste, ainda, nos meios pelos quais a coação física é justificada pelos agentes hegemônicos. Para tanto, os capitais simbólicos e a distinção cumprem papel central.

Também pode ser definida como a adoção de estruturas cognitivas – ou sistemas de percepções – de determinada classe de um campo social como parâmetro incorporado ou imposto a todas as demais classes desse campo (BOURDIEU, 1989).

Em um campo social os diferentes agentes estão assimetricamente distribuídos em função das posses e condições que possuem. Essa assimetria afeta a percepção que cada agente tem do campo como um todo, inclusive das suas regras, normas ou condutas hegemônicas. Aqueles que se beneficiam das normas do campo tendem a assumir leituras que legitimem e reforcem os mecanismos pelos quais seu acúmulo de capital é possível. Essas leituras não necessariamente convergem com as leituras dos agentes das classes dominadas, que objetivamente estão em prejuízo nas dinâmicas da ordem existente.

A violência simbólica é a incorporação das estruturas cognitivas dos dominantes por parte dos dominados, mesmo estes não dispendo dos recursos e dos *habitus* reconhecidos ou valorizados pelas estruturas cognitivas (ou sistemas de classificação) incorporadas. Ou seja, mesmo que a adoção dessas estruturas implique a própria dominação e estigmatização, agentes dominados passam a pensar pelas categorias dos dominantes, a adotar seus valores de correção ou incorreção, de justiça ou injustiça, de mérito ou incompetência e de outras formas de legitimação da ordem objetiva (BOURDIEU, 1996).

A convergência por parte dos dominados entre as estruturas objetivas da organização social e as estruturas cognitivas de percepção da organização social é a expressão máxima da violência simbólica, forma pela qual a dominação é exercida com máxima legitimação, em que as relações de poder e assimetrias assumem ares de naturalidade (ou são reificadas).

Cabe refletir sobre a existência de uma violência espacial simbólica, forma pela qual o espaço – enquanto capital simbólico – inculca ou reifica a ordem social nos agentes dominados e justifica a dominação para o conjunto social. Todas as formas de distinção – como a segregação socioespacial, os padrões construtivos ou a paisagem dos bairros – cumprem, em alguma medida, o papel de reforço da violência simbólica. Mas algumas formas são mais discretas do que outras. Dentre as formas de violência espacial simbólica mais potentes está a dispersão e fragmentação urbana correspondendo a segregação social. A segregação, seja por longas distâncias, como no DF, seja por contrastes urbanos em pequenas distâncias, como no Rio de Janeiro, oferece a toda população o lembrete cotidiano de que há lugares para uns e há lugares para outros, que a assimetria é uma norma que se impõe, que mesmo que duas pessoas trabalhem em uma mesma empresa, sejam colegas, elas pertencem a posições diferentes (no espaço físico, enquanto moradia, e em campos sociais, como o econômico). A distinção espacial reforça simbolicamente as diferenças de posições sociais objetivas de tal modo que é inevitável que sociedades que possuem estruturas espaciais excludentes impliquem estruturas sociais excludentes. O paradigma da formalidade (HOLANDA, 1997), cuja manifestação máxima é o Espaço de Exceção, indica não apenas uma forma da sociedade organizar os fixos abertos e fechados, os cheios e os vazios, as barreiras e as permeabilidades, entre outros aspectos morfológicos. Mas, objetivamente, uma forma de perceber a relação entre classes sociais, os papéis e os lugares de cada indivíduo. Tanto social, quanto espacial.

A distinção se expressa em todos os lugares da vida cotidiana: no trabalho, na moradia, na escola das crianças e adolescentes, nos hospitais, nos lugares de lazer, nos restaurantes, nos bares, nos comércios: há lugares para determinadas classes e lugares para outras. Há estabelecimentos para umas classes, e outros estabelecimentos para outras. A relação entre diferentes agentes ou grupos deve ser considerada não apenas em função de quem eles se aproximam, mas também de quem se distanciam. Esse jogo de restrições e acessos é fundamentalmente um jogo de imposição, de exercício de uma ordem que deve ser rigidamente seguida e cujo espaço representa sua materialização mais objetiva. Assim, um restaurante de alto custo tende a instalar-se próximo a outros estabelecimentos que, igualmente, focalizam atender a população de alta renda. Salões, oficinas, bares e toda diversidade de estabelecimento concentram-se espacialmente não necessariamente

em função de condições complementares, mas por serem espaços de determinadas classes sociais<sup>44</sup>.

O espaço é uma condição importante para consolidação de homologias entre diferentes campos sociais. As classes dominantes em cada campo tendem a convergir – os indivíduos que possuem maior capital econômico tendem a possuir, também, mais capitais de todos os tipos. E essa convergência encontra síntese material no espaço, consolidando lugares de prestígio das elites e lugares de estigma dos dominados.

Mais do que ser um reflexo e reforço da ordem, enquanto capital simbólico, o espaço acaba por ser a própria ordem: sendo sua manifestação mais presente e cotidiana, os lugares são testemunhos, registros objetivos das relações sociais mais imperceptíveis. Deriva daí o estigma que recai, por exemplo, sobre uma pessoa em situação de rua. A margem espacial, a não posse e o “não lugar” são carregados não apenas materialmente, mas simbolicamente pelos indivíduos nessas condições. A cada condição espacial corresponde uma forma de classificação e de tratamento social. Nesse sistema, a pior classificação e os piores tratamentos são dados aos que não tem lugar, que sofrem uma dupla violência: primeiro, material. Depois, simbólica, o que envolve a autoclassificação ou autopercepção dos indivíduos nessas condições e a classificação do conjunto da sociedade. Indivíduos em situação de rua raramente tem uma autopercepção positiva e de forma massiva são desclassificados pela sociedade.

---

<sup>44</sup> É evidente que essa busca por aproximação e distância simbólica – que se manifesta no espaço – não explica tudo. Há condições materiais e produtivas a alocar determinadas atividades em lugares específicos, com buscas de ganhos alocativos por concentração de atividades complementares, de pessoas, de materiais, bens e serviços. O que se destaca, aqui, é que há, também, vantagens alocativas simbólicas.

## 2.7. Espaço: Condição Material

O capital espacial responde diretamente à configuração espacial e aos recursos relacionados à sua apropriação. É o elemento material, físico, de possibilidade de deslocamento e permanência que define o capital espacial. Ao longo do trabalho a nomenclatura “capital espacial físico” pode ser utilizada em contraste com “capital espacial simbólico” exclusivamente para facilitar a compreensão. No entanto, objetivamente existe o capital simbólico, forma pela qual se expressa a posse de diferentes tipos de capitais, dentre eles o espacial. Sempre que utilizar o termo capital espacial desacompanhado da sua condição simbólica, portanto, referirei aspectos de domínio material do espaço. O capital espacial corresponde, assim, ao campo do que Holanda classificou como arquitetura sociológica, ou seja, a análise dos efeitos dos lugares que afetam as possibilidades de deslocamento e permanência de pessoas, de encontros e esquivanças. Mas não só: também corresponde à Sociologia Arquitetônica ou Sociologia do Espaço, na medida em que se interessa pelas formas de apropriação social destes efeitos dos lugares.

Cabe destacar que, diferente do capital simbólico, o capital espacial material deve ser objetivamente identificável. A Teoria da Sintaxe Espacial pode ser referida como precursora da identificação do capital espacial, embora esse termo não seja adotado pelos seus fundadores nem seja comum na literatura. A identificação objetiva do potencial da forma-espaço para receber ou restringir movimento, para propiciar encontros ou esquivanças, refere diretamente a possibilidade dos indivíduos de permanecer ou se deslocar no espaço.

Sem embargo, a abordagem da TSE propõe exclusivamente registrar os efeitos do lugar, sem maiores considerações sobre as formas de apropriação para além do seu potencial e da sua tendência genérica, a despeito de variáveis sociais. Não registra, portanto, que indivíduos ou classes sociais em áreas igualmente segregadas, considerando mapas axiais ou de segmentos, possam efetivamente possuir domínio de deslocamento diferente de acordo com outros recursos disponíveis, como a propriedade de automóveis, a presença de linhas de ônibus ou mesmo a

disponibilidade orçamentária para o pagamento da tarifa do transporte público<sup>45</sup>. A Teoria da Sintaxe Espacial presume o sistema de ações – pois a avaliação da configuração espacial é feita a partir de recortes específicos da ação humana, como o modo de deslocamento ou a escala da análise. Mas o considera a partir de uma perspectiva potencial de apropriação, não da apropriação efetiva.

Embora a Teoria da Sintaxe Espacial esteja incorporada na noção de capital espacial, ela não o encerra e não é suficiente para captura do domínio real de deslocamento e permanência de indivíduos e classes sociais. Não apenas a forma-espaco conforma o capital espacial disponível. Por exemplo, o status de proprietário de imóvel implica a possibilidade de posse de recurso espacial – a moradia – sem, contudo, poder ser observado pelas técnicas da SE. Isso porque a SE avalia, sobretudo, os elementos fixos do espaço. Mas, para além destes, o capital espacial depende também dos elementos fluxos e dos elementos simbólicos.

A TSE, no exemplo dado, pouco tem a dizer sobre a segurança ou insegurança da posse de moradia. Ora, se o capital espacial refere relações espaciais de poder, não é possível pensá-lo sem considerar um dos principais conflitos espaciais existentes no contexto contemporâneo: a segurança de viver sem risco de despejo, remoção ou expulsão da casa que se ocupa. Essa condição refere a articulação entre os elementos fixos e fluxos do espaço.

### *2.7.1. Capital Espacial Fixo, Capital Espacial Fluxo*

O capital espacial pode ser subdividido entre elementos fixos e fluxos, a partir das categorias de Milton Santos. Os capitais espaciais fixos correspondem, assim, às implicações próprias da forma-espaco, aos cheios e vazios, ao âmbito da arquitetura em seu sentido mais estrito. Esse âmbito tem escalas: a posse de moradia individual,

---

<sup>45</sup> A SE, contudo, fornece insumos para análise destas formas de apropriação. Embora sua leitura não observe diretamente os fluxos, o faz indiretamente na medida em que as análises espaciais pressupõem estabelecer sob quais parâmetros de deslocamento a leitura espacial será feita. Um mapa de segmentos, portanto, é precedido da escolha sob quais fluxos se quer registrar os efeitos da configuração: se de automóveis, bicicletas, pedestres ou quaisquer outros que se possa considerar.

a forma de propriedade imobiliária, os móveis disponíveis em casa, os metros disponíveis por cada residente da habitação, o número de banheiros disponíveis por cada residente, entre outras variáveis referem análises do capital espacial fixo em escala residencial. Já a disponibilidade de infraestrutura de energia, abastecimento, esgoto e internet, o mobiliário urbano, a presença de comércios e serviços, opções de lazer, padrões de uso, arborização, a porcentagem de fachadas cegas, a porcentagem de áreas abertas, entre outros, podem ser consideradas variáveis do capital espacial fixo na escala da vizinhança, do bairro ou eventualmente do município. Por fim, a acessibilidade e integração axial são aplicáveis a diferentes escalas, mas frequentemente utilizadas para análise em escala municipal ou metropolitana. Assim, também, são as noções de fragmentação e coesão, dispersão e compacidade, entre outras.

Holanda, na série de vídeos “Carne e Pedra” (2021), decompõe a noção de fixos de Santos em um par conceitual: os fixos abertos e os fixos fechados. Os fixos abertos estão relacionados ao espaço exterior, definidos a partir do livre acesso. Ruas, praças, parques. Por sua natureza acessível, carregam imprevisibilidade, contato com o diverso, possibilidade de apropriações tão plurais quanto a pluralidade da sociedade que os ocupam. Já os fixos fechados estão relacionados ao espaço interior, definidos a partir da restrição ao acesso. Nos fixos fechados a restrição implica delimitação mais estrita de práticas e condutas. Há propostas e propósitos definidos para o espaço, com coerção a práticas e usos que fujam aos ditames estabelecidos. Shoppings, residências, clubes ou restaurantes são alguns exemplos de fixos fechados.

Essa distinção é particularmente pertinente para o presente estudo, na medida em que as possibilidades de permanência ou deslocamento são diretamente afetadas pela forma como os fixos abertos e os fixos fechados são organizados em uma determinada sociedade. A proporção de fixos abertos ante fechados, a articulação entre ambos, o nível de restrição dos fixos fechados ou de abertura dos fixos abertos afetam efetivamente as relações de poder espacial e as possibilidades de apropriação do espaço por diferentes sujeitos. Quando Bourdieu cita os “lugares reservados” ou os “lugares em que é preciso ser visto”, efetivamente ele está a apontar que existem diferenças substanciais entre espaços. Ora, essas diferenças não são possíveis sem a conformação de fixos fechados a definir fronteiras não apenas físicas, mas

imagéticas, sociais, simbólicas. Assim, a decomposição entre fixos abertos e fixos fechados de Holanda representa importante recurso analítico para os objetivos deste estudo.

O capital espacial fluxo corresponde a todos os elementos espaciais que circulam, que são dinâmicos, não estanques. Inclui os automóveis, as linhas de transporte público, condições individuais como disponibilidade de tempo em função do trabalho, de demandas domésticas, da condição de ser pessoa com deficiência, da condição de gênero, de raça, de renda, entre outros. Além das práticas que atribuem sentido ao espaço. Todo tipo de variável que afeta de maneira flexível, circulante, o domínio de deslocamento ou permanência no espaço representa um elemento espacial fluxo que, quando a serviço da acumulação de valor, podem ser entendidos enquanto capital. As formas de medir ou captar esse tipo de capital vai depender do objeto de estudo. Se o objeto refere a relação entre gênero, espaço e poder, poder exemplo, será pertinente levantar dados quantitativos e qualitativos sobre recursos que podem afetar assimetricamente a posse de capital espacial em função do gênero. A Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar de 2018 (PNAD/2018) traz o registro de que o índice de evasão escolar entre mães adolescentes de 15 a 17 anos é de 68%, enquanto o de adolescentes na mesma faixa etária que não são mães é de 22%. É pertinente considerar que existe uma restrição de capital espacial<sup>46</sup> às adolescentes mães, o que, por sua vez, implica uma restrição de acesso e permanência no lugar da escola. Sem deixar de considerar as inúmeras variáveis não espaciais envolvidas nesse exemplo, pode-se afirmar que a noção de capital espacial pode ser útil a quem pesquise o fenômeno da evasão escolar feminina. E pensar formas de neutralizar ou compensar essa variável espacial, caso exista o objetivo de combater o fenômeno em discussão.

O próprio corpo compõe o capital espacial fluxo. Pessoas com comorbidades ou com deficiência representam um exemplo evidente dessa afirmação. A condição corporal efetivamente afeta as possibilidades e as formas de deslocamento ou

---

<sup>46</sup> Restrição que pode estar associada à necessidade de permanecer em casa com bebê ou necessidade de trabalhar, de modo que a presença escolar é inviável.

permanência em situações em que os fixos não asseguram acessibilidade. Mas há outros exemplos possíveis. É o caso da condição racial. Regimes de segregação racial institucionalizada, por exemplo, atribuem lugares específicos para indivíduos a partir da sua raça. Mas mesmo em países em que legalmente há tratamento indiscriminado em função da raça, estruturas sociais e capitais simbólicos podem resultar em restrições aos deslocamentos ou permanência de indivíduos a partir de uma variável étnico racial<sup>47</sup>. A exposição pública e sistemática à violência policial impacta o domínio de deslocamento e de permanência no espaço público da população negra<sup>48</sup>, sendo, portanto, a cor uma variável possível de ser considerada para a avaliação do capital espacial disponível a um indivíduo ou grupo. A existência de grande variedade de capitais espaciais, tanto fixos quanto fluxos, estabelece a necessidade do pesquisador ou da pesquisadora identificar com precisão quais variáveis melhor correspondem aos seus propósitos de pesquisa.

A interação entre os elementos fixos e fluxos estabelece o estoque total de capital espacial disponível. Assume-se que o capital é tão maior quanto maior é o domínio de deslocamento ou permanência no espaço, visto que o domínio do espaço se associa diretamente à apropriação de valor por meio do espaço. Assim, as populações que Rolnik refere como em situação de permanente transitoriedade têm, no que tange à moradia, baixo capital espacial na medida em que a permanência é ameaçada constantemente em função da insegurança da posse que dispõem. Além disso, o deslocamento que colocam em ação em casa de remoção não deve ser interpretado como um ativo potencial, e sim como a consequência da impossibilidade de permanência. Ao ser imposto, o deslocamento não é uma possibilidade, uma capacidade, mas uma necessidade, a consequência da falta de capacidade de permanecer. Portanto, não é domínio.

---

<sup>47</sup> A questão racial foi citada como capital simbólico e, aqui, como elemento definidor do capital espacial materialmente considerado. Não se trata de contradição: a noção de capital simbólico é dada por Bourdieu como forma pela qual se revestem os diferentes tipos de capitais.

<sup>48</sup> Abordagens policiais frequentes e risco objetivo de sofrer violência física restringem aos jovens negros o acesso e permanência em lugares públicos, como praças ou ruas.

Além de ser interpretado a partir da possibilidade de deslocar-se ou permanecer, o capital espacial também deve ser considerado pelo oposto da possibilidade: pela exigência de se deslocar ou permanecer. A posse máxima de capital espacial é acompanhada pela liberdade total frente ao espaço: nenhuma necessidade de permanecer ou deslocar-se, toda possibilidade de permanecer ou deslocar-se<sup>49</sup>.

Outra consideração importante é a de que o capital espacial não pode ser apreendido sem se considerar a dimensão temporal e circunstancial de sua realização. O domínio do deslocamento ou permanência não é apenas uma questão de eficácia, de efetivamente poder alcançar um objetivo (seja ficar, seja partir), mas também de eficiência: de em quanto tempo, de qual forma, com quais contratempos ou sacrifícios este objetivo é alcançado. Assim, ainda que um usuário do transporte público possa efetivamente chegar ao mesmo ponto que um usuário de transporte individual, se o tempo de espera é muito maior para chegar a este ponto seu domínio de deslocamento é prejudicado. Ou se o tempo for o mesmo para dois agentes, mas o conforto não, o domínio de deslocamento pelo meio mais confortável é maior na medida em que implica menores sacrifícios ou contratempos. Como exemplo, dois vizinhos que possuem o mesmo automóvel e trabalham no mesmo local e no mesmo horário podem possuir potencial de deslocamento diferente se um deles dispor de motorista particular e o outro não. Apesar do tempo de deslocamento ser o mesmo, um poderá deslocar-se falando ao celular ou simplesmente descansando, de modo que o deslocamento lhe acarreta menos ônus, está mais sob seu domínio.

Nas sociedades contemporâneas existem extremos opostos no que refere a posse de capital espacial. No polo inferior pode-se citar a população carcerária ou a população em situação de rua. Já no polo superior, as grandes corporações<sup>50</sup> que, em

---

<sup>49</sup> Capacidade que tem como elemento a possibilidade de impor restrições à permanência ou deslocamento de outrem.

<sup>50</sup> Como em outros capitais, o capital espacial pode ser atribuído a indivíduos ou instituições.

busca do ajuste espacial apresentado por Harvey, se estabelecem e migram com um desprendimento quase completo de quaisquer restrições espaciais.

Como síntese, o capital espacial pode ser considerado como o domínio da permanência ou do deslocamento no espaço a implicar acúmulo de valor. Este domínio consiste em três aspectos fundamentais:

- 1) controle de deslocamentos ou permanências,
- 2) controles de práticas ou dinâmicas estimuladas ou cerceadas nos deslocamentos e permanências,
- 3) Custos e ganhos envolvidos no deslocamento ou permanência.

#### *2.7.2. Espaço e a Violência Física*

Toda forma de restrição física ao deslocamento ou permanência é uma violência infringida por meio do espaço. Consequentemente, a violência espacial pode ser entendida como o processo ou o instrumento pelo qual subtrai-se domínio de deslocamento ou permanência de outrem. Essa subtração pode assumir a forma, também, de violência simbólica. Assim, o Capital Espacial consiste no domínio do espaço como instrumento de acúmulo de valor. Acúmulo que pode ser por meio do acesso ao valor comum contido no espaço ou na extração de domínio espacial de outrem. Para levar adiante a extração de domínio espacial, agentes hegemônicos podem lançar mão de instrumentos de violência espacial.

A ordem social impõe-se ao indivíduo material e simbolicamente. Nas relações espaciais não é diferente. Quando os constrangimentos simbólicos não são suficientes para coibir comportamentos indesejados, as classes dominantes podem lançar mão de instrumentos de imposição física da sua ordem. Na literatura sobre o desenvolvimento das cidades esses mecanismos de imposição física de comportamentos espaciais têm sido referidos como arquitetura hostil (DIAS, 2019; RAMPASI e OLDONI, 2020; COX e COX, 2015).

A violência espacial pode ser empreendida em diferentes escalas. Em nível global as fronteiras nacionais e as restrições entre povos conformam um bom

exemplo. É sintomático da importância desse tipo de violência que uma das promessas mais marcantes da campanha eleitoral vitoriosa de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos em 2016 tenha sido a construção de um muro na fronteira com o México (Figura 2). A narrativa armamentista e de exaltação da violência como instrumento político encontrou ressonância no imaginário que se tem de um grande muro: a imposição física de restrições ao deslocamento de outros. Manifestação de poder, de controle e de domínio, os enclaves não referem apenas a proteção dos que nele estão imersos, mas também a fragilidade e impotência dos que não o podem atravessar.

**Figura 2.** Muro que separa os EUA do México.



Foto: Alejandro Prieto

No meio urbano os enclaves assumem diversas formas: condomínios, *shoppings* e outros espaços restritos – ou fixos fechados – que lançam mão de muros, cancelas, guaritas, câmeras e segurança privada. Entretanto, a violência espacial não se resume aos enclaves: o projeto de espaços – mesmo públicos – pode estar a

serviço da não permanência de indivíduos tidos por indesejados. A arquitetura hostil é evocada para referir mecanismos físicos que cumprem esse papel restritivo, tal qual a presença de pedras sob viadutos que impedem famílias de ali se alojarem, o projeto de bancos que não comportam uma pessoa deitada, a interposição de espinhos ou objetos cortantes em determinados lugares que poderiam servir como passagem ou como ponto de permanência, entre outros (Figura 3).

**Figura 3.** Pedras sob passarela para impedir a permanência de pessoas.



Foto: Rafaela Felicciano

Por fim, a distância e disposição espacial de indivíduos no meio urbano raramente são apontados como instrumento violento. A violência, quando abordada espacialmente, costuma consistir na análise da distribuição de ocorrências violentas, nos territórios violentos ou nos lugares como cenário ou contexto da violência. No entanto, o espaço não é apenas elemento relacionado à violência, mas instrumento

de violência. Por isso a necessidade de referir violência espacial e não apenas arquitetura hostil, segregação socioespacial ou distribuição espacial de bens, serviços e processos sociais (inclusive ocorrências violentas).

Adoto aqui a noção de violência espacial como um instrumento relacionado ao capital espacial: efetivamente há um processo de acumulação espacial que se impõe na medida em que classes detentoras de capital espacial lançam mão do seu domínio como forma de imposição de práticas, dinâmicas, deslocamentos ou permanências. A violência espacial, ao implicar subtração de domínio espacial de quem a ela está submetido, tende a aumentar a distância entre as classes dominantes e as classes dominadas. Tanto no espaço físico quanto no espaço social. Isso porque os recursos para impor a violência espacial são mais fartos entre os dominantes, de modo que há tendência de acumulação de capital espacial.

A violência espacial tem relação com a ampliação do escopo privado do espaço, no sentido de responder à satisfação dos interesses de quem detém poder para o impor. Mas também implica mudanças no entendimento do espaço público. Zygmunt Bauman, em “Confiança e Medo Na Cidade” (BAUMAN, 2009), argumenta que a modernidade é marcada pela ânsia de controle e domínio. O avanço de processos técnicos e a crença na capacidade ilimitada da racionalidade impõe a busca pela eliminação de riscos e pela conformação de ampla segurança. Há, assim, uma permanente pressão sobre os indivíduos para que não falhem. Essa pressão é reforçada pela estrutura de classes nas sociedades capitalistas: qualquer deslize pode significar a perda de posições sociais. O indivíduo é integralmente responsabilizado pelo seu sucesso e pelo seu fracasso em um processo ideológico que reforça o mérito e as noções liberais de sucesso individual. Todavia, a complexidade, imprevisibilidade e diversidade existente nas cidades entra em choque com o paradigma moderno de controle, na medida em que a estrutura cognitiva que preconiza a necessidade de

controle absoluto entra em choque com a condição objetiva de uma realidade não passível de ser completamente controlada<sup>51</sup>.

Bauman entende que o choque entre a natureza imprevisível do meio urbano e a pretensão de controle da modernidade gera uma sensação profunda de angústia nas sociedades modernas. E vai além, ao identificar o contato com o diverso como o maior elemento de imprevisibilidade nas relações humanas. O diferente, para esse autor, é fonte de medo por não corresponder aos seus modos, costumes, códigos. Portanto, por não estar sob escopo de interações que você domina. A xenofobia derivaria deste processo: o imigrante é alguém que o nativo não sabe como se comporta, quais reações pode ter, com o que pode se sentir ofendido ou quando pode adotar uma reação agressiva.

Bauman não utiliza o termo *habitus*, de Bourdieu, mas poderia. Em última instância Bauman argumenta que a modernidade impõe a dificuldade de interação entre indivíduos ou grupos sociais que carregam outros *habitus* e chega a cunhar o termo mixofobia, ou o medo de misturar-se, para referir este fenômeno.

A mixofobia é profundamente relacionada com a violência espacial: é o desejo de evitar todo tipo de contato imprevisível, conformando espaços de iguais: pessoas de mesmo nível de renda, mesma etnia, mesmos costumes, mesma percepção artística, cujos filhos estudam nos mesmos lugares, onde as férias são passadas das mesmas formas, como se vê no seguinte trecho do livro “Confiança e Medo na Cidade”:

[...] talvez seja impossível fazer algo para modificar as diferenças desconcertantes e embaraçosas. Mas talvez se possa tornar a situação menos nociva atribuindo a cada forma de vida particular um espaço físico separado, inclusivo e exclusivo ao mesmo tempo, bem delimitado e defendido. À parte essa solução radical, talvez pudéssemos ao menos assegurar para nós mesmos, nossos amigos, parentes e outros “como nós”, um território isento da mistura e da desordem que atormentam irremediavelmente as outras áreas urbanas. A mixofobia se manifesta como

---

<sup>51</sup> Bauman não menciona a dissonância cognitiva, desenvolvida por Leon Festinger, como dispositivo psicológico que fundamenta este mal-estar entre estrutura cognitiva e realidade objetiva, mas poderia perfeitamente tê-lo feito.

impulso em direção a ilhas de identidade e de semelhança espalhadas no grande mar da variedade e da diferença. (BAUMAN, 2009)<sup>52</sup>

A fuga do diverso corresponde a uma estratégia de classe bem estabelecida de manutenção de relações hierárquicas, assimétricas e distanciadas. Quanto mais esse processo é aprofundado, mais estranho ao lugar e seus ocupantes são aqueles “de fora”. Retroalimenta-se, assim, a mixofobia sempre que uma medida é adotada em sua função: quanto mais se distanciam, mais há desejo de distanciamento. Assim, há uma tendência permanente de expansão da violência espacial e conseqüente acúmulo de capital espacial.

Como síntese conceitual, a violência espacial consiste na subtração ou restrição de domínio espacial interposto entre indivíduos assimetricamente posicionados em um sistema de relações socioespaciais.

A violência espacial pode assumir forma manifesta, como acontece com a arquitetura hostil, a interposição de muros ou de restrições diretas. É a forma mais evidente de uso instrumental do espaço como recurso violento. Por outro lado, a violência espacial pode apresentar-se de forma latente, justificada não como violência, mas como consequência de interesses não violentos. É o caso da precariedade no sistema de transporte público coletivo, da restrição de horários de linhas de ônibus ou da imposição de tarifas impeditivas. A superlotação representa efetiva violência física e espacial. Ao submeter o indivíduo a condições extenuantes de deslocamento, retira dele domínio sob a forma de deslocar-se e exige sacrifícios não exigidos de outros. Já a restrição de horários e o custo da tarifa usurpam diretamente a possibilidade de deslocamento de determinados indivíduos e grupos sociais. Contudo, nem a lotação, nem a restrição de horários ou a cobrança tarifária são anunciadas como instrumento de sequestro de capital espacial: suas justificativas assentam-se em razões outras, desconectadas do seu efeito mais concreto: a violência espacial infringida sobre

---

<sup>52</sup> Paginação irregular. Livro *Confiança e Medo na Cidade* lido em formato digital. Posição mobi número 400.

determinados indivíduos, que tem seu domínio do espaço prejudicado quando dependem do transporte público.

Como esse prejuízo no domínio espacial afeta sua possibilidade de acesso ou disputa por valores de todo tipo – espaciais ou não – aqueles que não necessitam do transporte público tem maiores possibilidades de acúmulo de valor a partir do domínio espacial que possuem. Há, portanto, a operação do capital espacial.

Assim, a violência espacial pode ser:

- 1) Manifesta, quando seu efeito é anunciado (e assumidamente desejado, intencional)
- 2) Latente, quando seu efeito é diluído, invisibilizado (e comumente não anunciado como objeto de intencionalidade)

## 2.8. O Capital Arquitetônico de Frederico Holanda

Frederico Holanda propôs em vídeos, aulas e palestras – com registro nos anais do *12th International Symposium Space Syntax (2019)* – uma taxonomia para captar as relações entre espaço e sociedade, também inspirada em Bourdieu (formulação de campos sociais e tipos diferentes de capitais), Milton Santos (formulação dos fixos e fluxos), e Marx (discussão sobre as dimensões superestruturais e estruturais da sociedade). Sua proposição influenciou o presente estudo, mas possui diferenças em relação à proposição aqui apresentada por duas razões. Primeiro, porque parte importante das reflexões de Holanda foram acessadas quando o presente estudo já estava em estágio avançado de desenvolvimento, de modo que uma incorporação mais profunda ou a discussão sistemática das aproximações e afastamentos entre as duas propostas seria inviável. Segundo, porque – ao menos com base nos materiais disponíveis – identifiquei uma diferença conceitual importante entre as duas proposições: Holanda focaliza o espaço enquanto variável independente, sendo mais rigoroso no enquadramento do seu estudo enquanto arquitetura sociológica. Já a minha proposição almeja identificar as relações sociais de poder em sua dimensão espacial, de modo que o aspecto sociológico adquira maior relevo.

Holanda advoga a existência do Capital Arquitetônico, composto por Capital Edifício e Capital Espacial. O Capital Edifício refere os fixos fechados e seus componentes construtivos, o que corresponderia a parte do que conceituo como Capital Espacial Fixo. Já o Capital Espacial para Holanda refere, em escala global, os potenciais de fluxos medidos por mapa axial. E, em escala local, os fixos abertos, possíveis de serem ocupados transitados, medidos pela convexidade. Na minha abordagem, esses elementos também constituem o Capital Espacial Fixo, mais precisamente, seus componentes abertos<sup>53</sup>.

A proposta de Holanda capta com precisão e rigor os aspectos determinantes do espaço, a arquitetura enquanto variável independente. Ademais, possui concisão e nitidez, características fundamentais para que uma proposta teórica seja efetiva e capaz de desvelar aspectos da realidade antes ocultos. No que refere a leitura do sistema de fixos (cheios e vazios), a formulação de Holanda apresenta forte precisão.

Em relação aos fluxos, embora considere os potenciais de fluxos a partir da configuração dos fixos, não considera diretamente os elementos que realizam o fluxo em si e sua influência no próprio potencial de fluxos, como as condições dos indivíduos ou grupos sociais que transitam – ou encontram barreiras – no espaço. Variações culturais, étnicas ou econômicas, por exemplo, aparecem apenas de forma indireta na formulação proposta por Holanda.

A TSE e o Capital Arquitetônico de Holanda consideram os fluxos apenas potenciais e derivados dos fixos pois presumem um modo de deslocamento, uma premissa condicionante, mas o elemento objetivo de análise são os fixos (barreiras e permeabilidades). Embora essa abordagem indireta seja suficiente para determinadas análises, ela limita as possibilidades de identificar as formas diversas pelas quais uma mesma configuração espacial é assimetricamente apropriada a partir das condições de indivíduos ou grupos sociais.

---

<sup>53</sup> Definição inspirada no próprio Holanda.

Holanda concorda que para além dos fixos e dos potenciais fluxos, o espaço é constituído por fluxos efetivos que afetam sua natureza. Não apenas o sistema de cheios e vazios fixos incorpora valor espacial, mas também aspectos simbólicos e transitórios – como a presença de pessoas, atividades, objetos em deslocamento, fluxos em geral. Uma mesma localidade, sem alteração de fixos, pode ser um lugar durante o dia e outro lugar totalmente diferente durante a noite, em função desses elementos em fluxo que o definem. Mas sua escolha teórica e de método não destaca essa característica dos lugares e do espaço.

Deriva daí a escolha adotada no presente estudo pela adoção de Capital Espacial Fluxo, a fim de referir os ativos que possibilitam a apropriação de valor espacial de maneira não fixa e, portanto, com alto potencial distintivo, acumulativo, hierárquico e estruturante, bem como a adoção de noções importantes como violência espacial e capital espacial simbólico.

### 3. SÍNTESE TEÓRICA.

#### 3.1. As Noções Fundamentais

A essa altura é possível propor uma taxonomia capaz de classificar analiticamente o capital espacial. O primeiro passo, para tanto, é resgatar o entendimento da própria noção de espaço. O espaço, aqui, não deve ser considerado apenas pelos fixos que o compõem, mas, também, pelos fluxos – inclusive, mas não apenas, as ações – que o qualificam e atribuem sentido, dinâmica (SANTOS, 1997).

Essa definição é particularmente importante na medida em que o estudo em discussão lança mão de instrumentos que analisam o espaço morfologicamente, ou seja, a partir dos seus elementos fixos. Esses instrumentos consideram, de maneira secundária, os fluxos, uma vez que a análise dos fixos é precedida de uma escolha em relação a quais usos se quer analisar os efeitos dos lugares (HOLANDA, 1997).

A análise tem como objeto central os elementos espaciais, tanto os cheios quanto os vazios. Mas lança mão, também, de instrumentos analíticos de teorias sociais, orientadas para captura de fluxos específicos: os fenômenos sociais, as interações, articulações e ações humanas. Esses instrumentos também podem passar pela consideração dos fixos, mas tem como centro de análise elementos que transitam materialmente – como o corpo e os objetos que se revestem de significação social – e imaterialmente, como os comportamentos, os significados ou, em sentido amplo, a cultura.

Pensar o espaço enquanto sistema de objetos e sistema de ações presume um entendimento do espaço enquanto elemento necessariamente apropriado. Não é possível, segundo abordagem que adotamos, pensar o espaço sem algum tipo de apropriação. No presente estudo, a apropriação de interesse é a apropriação humana<sup>54</sup>.

Mas a apropriação envolve diferentes momentos na relação entre os fixos e os fluxos no espaço. Os fixos definem as possibilidades e as restrições aos fluxos. Mas os fluxos, ao se realizarem, redefinem os fixos necessariamente quanto aos seus significados e potencialmente quanto a sua configuração física, propriamente dita. Além disso, os fixos que decorrem da ação humana – como empreendimentos de construção civil, caminhos abertos em uma mata ou valas que servem como depósito de resíduos – são consequências da apropriação de fixos anteriores. O espaço, nesse sentido, é consequência de uma determinada apropriação. Mas toda apropriação espacial é, simultaneamente, consequência de uma configuração espacial (LÖW, 2013).

Essa dupla natureza do espaço – enquanto determinado e determinante social – que encontra síntese na apropriação é fonte permanente de conflitos. Ora, se o espaço pode determinar interações e processo sociais, então a configuração espacial passa a ser objeto direto de interesses e de relações do poder. O duplo aspecto do espaço implica uma contradição, um tensionamento entre forças opostas que, em

---

<sup>54</sup> Analiticamente é possível pensar o espaço a partir da apropriação de outras espécies.

última instância, se manifesta nas questões: quem determinará o espaço? Quem está mais sujeito à determinação espacial?

A disputa pela determinação do espaço é a disputa pelas determinações que se quer do espaço: de encontro, de esquivança, de compartilhamento, de concentração. Se o desejo é de usufruto direto do espaço, ou sua instrumentalização como meio de obtenção de elementos não espaciais. Nas sociedades contemporâneas, sujeitas a um sistema global de produção e circulação de mercadorias que tende à totalização do espaço (SANTOS, 1997), é possível afirmar que há tendências permanentes de disputa espacial, que tendem a se reproduzir de maneira mais ou menos homogênea em diferentes partes do mundo (ROLNIK, 2015).

Essa homogeneidade se manifesta em uma tensão permanente entre a apropriação do espaço orientado para o uso ou para a troca. O espaço pensado como valor de uso implica que sua abordagem prioritária não refere sua mercantilização ou o papel que desempenha para a acumulação global do capital. A esfera de abrangência desse tipo de apropriação tende a ser local, ainda que conectada com fenômenos globais. Subjaz a noção de que o espaço operado enquanto uso está intimamente relacionado com as vontades e os interesses daqueles que ocupam e compõem diretamente lugar. Ainda que esses usos possam se inserir em uma dinâmica global de acumulação do capital, o princípio orientador da sua apropriação é conformação social particular, específica, que envolve cada indivíduo presente<sup>55</sup>.

O espaço enquanto valor de uso é incomensurável, incomparável com qualquer outro elemento ou recurso apropriado humanamente. Assim como qualquer outro elemento é incomparável com qualquer outro que não possua a mesma natureza. Não é possível comparar, em termos de uso, um rio com uma usina mineradora ou um pequizeiro com cimento. Cada elemento é único, incomparável e possui potenciais de uso imensuráveis uns em relação aos outros. Preterir a manutenção de um pequizeiro para viabilizar a instalação de uma estrutura de concreto só é possível a partir de uma

---

<sup>55</sup> Esse envolvimento não é, necessariamente, inclusivo. É possível existir conflito e exclusão, mas há a efetiva presença de cada agente que passa, portanto, a não poder ser completamente ignorado. Mesmo a desconsideração envolve a consciência e a manifestação da exclusão.

abstração que atribui critérios alheios à natureza desses elementos: em essência, pequi e concreto não são equiparáveis sob nenhum aspecto.

Assim, também, qualquer decisão que envolva o sacrifício de um habitat natural – como o equilíbrio do ecossistema de um rio para viabilizar a instalação de uma usina mineradora – só pode ser justificada por parâmetros que atribuem pesos e valoração socialmente definidos aos elementos em discussão. Não é um processo irreversível, natural, necessário: é um determinado tipo de apreensão humana e organização social que permite atribuir um sistema comum de valoração entre elementos tão distintos quanto um pequizeiro e um carro.

As sociedades contemporâneas sujeitas ao sistema capitalista se organizam de modo a possibilitar a troca entre quaisquer elementos, ignorando a diferença substancial que há entre eles. Em qualquer mercado popular goiano é possível chegar com pequi e sair com dinheiro que pode ser trocado pelos objetos mais diversos possíveis, reduzindo as diferenças substanciais a diferenças quantitativas: a questão não é a comparação entre pequi e um carro, mas quantos pequis valem um carro.

Assim, também, o espaço socialmente apropriado pode ser considerado não enquanto elemento único e incomparável com qualquer outro enquanto depositário e fonte de relações sociais, mas enquanto elemento genérico inserido na dinâmica de trocas capitalistas. O espaço, nessa apreensão, é considerado a partir do seu valor de troca, não do seu valor de uso (LEFEBVRE, 2009).

O valor de uso e o valor de troca do espaço constituem, juntos, o valor espacial. Esse valor deriva do trabalho humano<sup>56</sup>, dos recursos naturais e, em termos potenciais, das apropriações que podem ser feitas do espaço. O valor espacial é material e simbólico: a noção de valor é uma noção social dependente de uma base material. Assim, o espaço pode ser pensado enquanto recurso material ou enquanto recurso simbólico.

---

<sup>56</sup> Trabalho humano socialmente considerado: quanto, em média, considerando os recursos disponíveis em um contexto espaço-temporal, se requer de trabalho para apropriação ou produção daquele espaço.

## 3.2. O Capital Espacial Simbólico

O espaço considerado simbolicamente pode ser sintetizado em dois tipos ideais: os lugares de prestígio e os lugares de estigma. Ao conferir honra, respeito, admiração, *status*, o espaço agrega prestígio àqueles que dele se apropriam. Bourdieu chamou essa condição de capital simbólico, na medida em que o domínio desses recursos atribui, por meios simbólicos, acúmulo de valor aos indivíduos. Não obstante, o prestígio só é possível em face da margem: do não prestígio, dos não distintivos ou, no extremo, dos negativamente distinguidos.

Esse polo oposto conforma lugares de estigma, que impõe àqueles a ele associados carga simbólica negativa: desprezo, ojeriza, rejeição. Os agentes desses lugares convivem com cargas que extrapolam sua condição individual, incorporando posições na hierarquia social que são estruturais.

Cabe destacar que as apropriações desses espaços dependem da presença ou da ausência, mas não se resumem a isso. O caráter simbólico do espaço depende, sempre, da forma como se está ou como não se está em um determinado lugar.

Como o capital é um processo no qual valor é acumulado tendo por base um estoque anterior de valor, é possível falar em capital espacial simbólico na medida em que os acessos viabilizados pela detenção de valor espacial simbólico permitem acumular ainda mais valor – tanto espacial quanto a-espacial, tanto simbólico quanto material – por meio de processos de homologia entre campos sociais.

Ora, estar em um lugar de prestígio implica se relacionar com outras pessoas que estão nesse mesmo lugar. A presença – se acompanhada dos modos e signos pertinentes ao lugar de prestígio – permitem acumular capital social a partir do enriquecimento da rede de relações e contatos que se tem. Ademais, um lugar de prestígio serve como um fiduciário do valor do que ali se apresenta, se oferece e se negocia. O caráter distintivo do lugar é acompanhado da distinção que se obtém a partir dos demais objetos que, ali, são possíveis de se acessar. Por fim, e mais importante, os lugares de prestígio e de estigma derivam de estruturas materiais: é

prestigiado o lugar associado às classes hegemônicas e estigmatizado os lugares associados às classes dominadas.

Esse último aspecto é central para compreender o papel que o capital espacial simbólico desempenha na reprodução social, ou seja, na reprodução de estruturas de classes e hierarquias sociais. Como essas estruturas têm aspectos superestruturais, inserem-se no campo da ideologia e da cultura, sua manutenção depende do reconhecimento social de sua legitimidade. Não há lei natural ou exigência material que imponha a estruturação de sociedades de maneira assimétrica, hierárquica, com grande acúmulo tanto dos ônus quanto dos bônus produzidos coletivamente. Mas, ainda assim, essas estruturas existem, permanecem e são reproduzidas cotidianamente e entre gerações.

A reprodução social encontra síntese no espaço: ao atribuir lugares de estigma e lugares de prestígio, a sociedade atribui, simultaneamente, a noção de que há pessoas prestigiadas e estigmatizadas. A transformação de hierarquias sociais presume uma alteração de disposições espaciais, de transformações em um sistema amplo de objetos e ações. Como a transformação espacial encontra dificuldades de diversas ordens, inclusive materiais, a conservação de estruturas sociais é blindada pela estrutura espacial. Os indivíduos que lidam com estigmas são os mesmos indivíduos que acessam apenas residualmente os bens e serviços produzidos coletivamente (e majoritariamente por eles mesmos). Assim, a não adequação aos lugares de prestígio gera tanto nos agentes hegemônicos quanto nos dominados a percepção de que aquele indivíduo não tem preparo ou não reúne características que são tidas como naturalmente desejáveis, certas, prestigiadas. Logo, não “merece” estar na condição, nos lugares e acessando o que só é acessível aos prestigiados.

### 3.3. O Capital Espacial Material

Além de elemento superestrutural, o espaço é também elemento infraestrutural, ou seja, elemento que dá base material às relações sociais. Nessa condição, o espaço pode ser considerado como sistema de objetos e, mais detalhadamente, entre objetos

fixos – abertos ou fechados – e objetos fluxos. Doravante, quando mencionar os fixos sem distinguir se são abertos ou fechados estarei a considerar os dois tipos.

O domínio dos fixos envolve o primeiro aspecto do domínio espacial. É a capacidade de estabelecer ou se apropriar de um sistema de volumes que configure vazios propícios aos desejos de quem assume o controle espacial. Esse domínio implica delimitar quais tipos de fluxos e quais tipos de ações poderão ser levadas à cabo no espaço em questão, além do poder de definir se o espaço estará à serviço da dinâmica global do capital, de interesses locais do capital ou em contraponto ao capital.

Os fixos são esvaziados de sentido se não se considera os fluxos que lhe acompanham. Um mesmo lugar pode configurar espaços diferentes a depender dos fluxos colocados em exercício. Por exemplo, o Eixão é um dos eixos viários fundacionais de Brasília. De segunda a sábado é orientado para os fluxos de automóveis. Aos domingos, é apropriado pelo fluxo – de deslocamento e de permanência – de pedestres, ciclistas, skatistas, pessoas adeptas do piquenique, comerciantes e consumidores da economia local. O espaço se transforma, os fixos recebem outros sentidos, de acordo com o dia da semana e os fluxos nele contidos.

Em nível global, há uma tendência de fluxo do capital que é acompanhada de investimento em infraestrutura fixa que o possibilite. Essas duas demandas – a possibilidade de fluxo e o investimento em fixos – são, por vezes, contraditórias. Principalmente quando os investimentos nos fixos assumem grande volume, o que requer – para sua quitação – a permanência do capital circulando por aquele lugar. Ora, se o objetivo do investimento é viabilizar fluxos, mas a consequência é a necessidade de permanência, há a operação de forças contraditórias nesse processo (HARVEY, 2013). Outras contradições desse processo surgem quanto aos ônus decorrentes das apropriações orientadas para acumulação do capital. Enquanto a acumulação tem tendência global, os ônus são locais: os fluxos de riqueza e valores deixam legados fixos, que são arcados pelas comunidades locais. Esse processo é notório em situações envolvendo a degradação ambiental, mas podem ser referidas nos mais diversos processos sociais: circuitos econômicos locais sacrificados pela chegada de grandes cadeias que tão logo identificam melhores oportunidades migram

sem, contudo, haver condições para restauração do circuito econômico anterior, por exemplo.

Todos esses exemplos citados conformam consequências espaciais do processo global do capital, mas não são necessariamente suficientes para a adoção de uma noção particular de capital espacial. Para tanto, é preciso pensar as formas pelas quais o espaço opera, diretamente, enquanto instrumento de acúmulo de valor. Essas formas já estão contidas nos exemplos dados, mas é preciso extrair analiticamente as componentes do que pode ser entendido como capital espacial. A pertinência de levar adiante esse esforço teórico é a busca pelo diagnóstico mais preciso do espaço apreendido tanto morfológicamente quanto socialmente enquanto instrumento de poder e reprodução social.

A definição mais abstrata de capital é aquela que identifica o valor como instrumento de produção de mais valor. No capital espacial, o objeto central é o domínio do espaço, entendido enquanto detenção de valor espacial, a configurar mais valor. O primeiro passo para entender esse processo, portanto, é entender como valores são incorporados ao espaço.

A primeira noção a ser resgatada, aqui, é a de que qualquer espaço tem um valor intrínseco qualitativo e incomparável. Mas o espaço passa a ser tratado como mercadoria – ou seja, como elemento dotado de valor quantitativamente dimensionável e passível de troca – tão logo a apropriação humana assim o percebe. Essa percepção não é necessária ou natural, mas corresponde precisamente à forma como em um dado contexto histórico a hegemonia global percebe não apenas o espaço, mas todos os elementos com que as sociedades humanas se relacionam. Mas existem outras formas de perceber o espaço – seus elementos fixos e fluxos – para além da perspectiva capitalista que atribui a tudo a condição de mercadoria (KRENAK, 2019).

Na cosmovisão hegemônica, a igualdade entre elementos distintos é dada pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produção do referido elemento, trabalho que lança mão dos recursos naturais que o compõem. Além da sua utilidade, sem a qual nenhum trabalho pode ser considerado socialmente necessário. No aspecto espacial, é precisamente o trabalho que incorpora valor a um determinado

lugar. Não obstante, o valor de troca – ou o preço – de um lugar pode antecipar valores futuros, preditivos, previstos, especulados. Por isso, mesmo lugares que não foram objeto de trabalho podem passar por processos de valorização.

O trabalho pode chegar ao espaço sob diferentes formas. A mais evidente é o fluxo efetivo de mão de obra capaz de produzir riqueza. Assim, há cotidianamente em grandes centros urbanos o deslocamento de trabalhadores e trabalhadoras para lugares em que o processo produtivo é levado à cabo. Essa primeira forma de produção de valor no espaço é notória, pois – assim como no processo global do capital – não basta que os trabalhadores e trabalhadoras atuem na produção da riqueza: é preciso que essa riqueza lhes seja negada para que a acumulação seja possível. A negação do acesso à riqueza passa por uma dimensão espacial: feito o trabalho, a mão de obra é empurrada para fora do lugar que recebe os valores produzidos. Assim, há um fluxo de pessoas que incorpora valor a um determinado lugar e, depois, é empurrada para fora desse lugar.

Esse processo de atração-repulsão é cotidiano, mas é, também, histórico: em determinados momentos, massas de trabalhadores e trabalhadoras podem ser fixadas em um determinado lugar e exercer o papel de efetivamente o valorizar. Essa fixação perdura o tempo necessário para a valorização espacial, passando por um processo de remoção tão logo o valor espacial ali contido seja conveniente à acumulação do capital.

Embora o deslocamento de mão de obra como forma de valorizar um espaço seja intuitivo, há outras maneiras pelas quais um espaço é valorizado. Uma segunda maneira é pelo fluxo não de pessoas, mas de objetos. A revenda na cidade do alimento do campo, por exemplo, implica o deslocamento de valores do meio rural para o urbano: são os recursos naturais e o trabalho empenhado no campo que na forma de mercadorias alimentares são deslocados à cidade. Essas mercadorias são intercambiadas por valores na forma dinheiro, que não necessariamente correspondem a todo valor extraído do meio rural. Ainda assim, é possível que proprietários fundiários ou grandes corporações agrárias participem do processo de acumulação, na medida em que parte do valor extraído nas mercadorias alimentares é tirado diretamente do espaço, como os recursos naturais ou o trabalho local. Embora

os grandes proprietários recebam a contrapartida fiduciária pela produção, repassando apenas o mínimo necessário a eventuais trabalhadores locais, o custo produtivo está para além do investimento em matéria prima, maquinário e salários empenhados.

Esses custos, cedo ou tarde, aparecem na compactação e alteração do solo a afetar o equilíbrio de biomas, a alimentação de bacias e nascentes, a biodiversidade, além das dinâmicas sociais a sacrificar formas econômicas, tradições e culturas em geral do local de extração de valor.

O deslocamento de valor entre lugares que pode ser apreendido enquanto capital espacial: o domínio do espaço permite a acumulação de valor por parte de corporações agrárias e grandes proprietários fundiários – em geral sediadas (no caso das corporações) ou residentes (no caso dos proprietários) em meio urbano – e de do próprio espaço urbano, que recebe os valores produzidos ou oriundos do meio rural.

Esse procedimento também pode ser percebido não apenas na relação entre meio urbano e rural, mas entre bairros, entre cidades, entre regiões, entre países e entre localidades diversas em qualquer escala. Assim, é possível perceber um deslocamento de valores que se dá por meio do deslocamento de mercadorias enquanto bens ou serviços.

Por fim, o capital espacial pode operar, ainda, por fluxos puramente financeiros. Essa dinâmica é particularmente importante no capitalismo contemporâneo, quando a forma do trabalho humano concreto é por vezes descartada ou muito reduzida no processo de acumulação de valor. Para além do avanço tecnológico e da automação que levam o trabalho concreto a ser desvalorizado, ou seja, o trabalho socialmente necessário para uma tarefa passa a depender de cada vez menos tempo de trabalho concreto – o que, em um limite extremo, gera uma situação de extremo desocupação – existe a possibilidade de trocas puramente prospectivas, especulativas, que antecipem valores futuros que se tem expectativa de existirem. Assim, é possível que um determinado lugar receba uma injeção financeira – valorizando seu espaço – sem se inserir, efetivamente, no processo global de produção. O dinheiro é, também representação de valor que flui tendo como origem diferentes lugares e tempos para

aterrissar em um lugar específico, em um dado momento, com a intenção de ali obter meios de se reproduzir.

Essa última forma pode implicar a reprodução do valor a partir da extração de valores do lugar, em um processo análogo ao referido na relação meio urbano – rural. Nesses casos, assim como o fluxo financeiro chega, parte tão logo encontre novas bases para sua reprodução. Leva os valores que puder e deixa os custos – ou os dejetos – que for possível. Assim, a valorização espacial pode ser seguida de súbita desvalorização em um processo que envolve, necessariamente, o domínio espacial entendido enquanto capacidade de deslocamento e permanência.

### 3.4. Conflito e Violência Espacial

Entre o final de 2013 e o início de 2014 os noticiários e as redes sociais brasileiras se ocuparam de um fenômeno urbano peculiar: os “rolezinhos”. Jovens periféricos orquestravam encontros massificados em shoppings centers onde paqueravam, ouviam música, transitavam e consumiam. Nenhuma dessas práticas deveria parecer estranha a um shopping, mas efetivamente a presença desses jovens causava grande estranhamento por parte de lojistas, seguranças e demais consumidores. Os encontros foram recebidos com desconfiança e medo, não sendo raro o recurso à força da segurança ou até da Polícia Militar para reprimir e impedir a presença desses jovens nos shoppings.

As práticas adotadas no rolezinho, consideradas de forma genérica, são esperadas no espaço privado conformado por um shopping. Enquanto fixo fechado, as normas que coloca em exercício e as práticas que se deseja encenar são justamente as do lazer a partir do consumo e dos encontros mediados pelo centro de consumo com grande potencial de atração. Não obstante, para além da consideração genérica, a existência concreta de jovens estigmatizados – e suas práticas – entram em conflito com um elemento central desse tipo específico de lugar: a padronização de condutas e comportamentos a partir dos parâmetros hegemônicos.

As barreiras que conformam o ambiente do shopping center afastam qualquer tipo de espontaneidade e imprevisibilidade comuns aos espaços públicos. Contra as oscilações e intempéries naturais, o invólucro estabelece um fixo fechado opaco, sem vazão de luz, ar, calor ou frio, abastecido por dutos de ventilação e sistemas de iluminação artificial que mantêm a permanência sempre em uma condição estável, previsível, controlada. As portas que se abrem e fecham automaticamente asseguram a permanente distinção entre o espaço interno e o espaço externo, sem dubiedades: a permeabilidade é assegurada apenas pelos segundos necessários à entrada e saída de corpos, mas quaisquer outras remissões sensoriais ao espaço externo são evitadas. Um contingente grande de seguranças e sistema de câmeras oportunamente anunciados expandem a noção de estabilidade, previsibilidade e controle para as relações entre indivíduos: quaisquer condutas “estranhas” são monitoradas e, se necessário, coibidas. A disposição de corredores, lojas, praças e assentos – orientadas por placas de sinalização e por fluxos naturais – impõem ritmos, movimentos e permanências rigidamente previsíveis, esperadas, planejadas, encenadas.

O contexto que se apresenta não é um contexto de pleno conforto a todos os indivíduos, mas de plena expectativa de como proceder e do que se espera ver. A mixofobia, ou seja, o pavor ao diverso, é neutralizado mesmo diante de pessoas desconhecidas e constituídas das mais diversas marcas sociais e culturais: a convivência de massa nesses centros de consumo é domada por um rígido controle de práticas.

Os rolezinhos, nesse contexto, impõem uma ruptura à expectativa estabelecida. Não pela existência de jovens com sede de encontro, troca e consumo, mas pelas formas com que se encontram, trocam e consomem. Os *habitus* associados a essa juventude periférica e estigmatizada entram em choque os *habitus* hegemônicos para os quais o shopping foi pensado. A subversão espacial – das dinâmicas daquele espaço definido por fixos fechados e fluxos restritos – é entendida como subversão social, como ameaçador, como risco.

Em uma escala maior, a subversão espacial pode assumir ares de transformação estrutural e completa da sociedade. A subversão espacial em âmbito

urbano, como a quebra de expectativa de comportamento ou a ruptura de estruturas de controle em comunidades periféricas, por exemplo, implica necessariamente uma revisão completa das relações sociais mediadas por uma determinada configuração espacial (e o sistema de ações a ela associado).

O processo de dominação espacial não se desenvolve sem fissuras, contratendências, resistências e disputas. Pelo contrário, a regra é a particularidade nos arranjos de interesses globais, regionais e locais que se manifestam em um dado lugar, ainda que em todos os lugares seja possível extrair expressões universais (SANTOS, 1997).

Os conflitos espaciais são decorrentes da tensão fundamental entre a função definida e a função definidora do espaço. O reconhecimento desse duplo aspecto coloca os indivíduos e grupos sociais em situação de permanente atenção ao domínio espacial. Primeiro, porque a configuração e dinâmica espacial afetam cotidianamente a vida social, de modo que seus efeitos são percebidos e sentidos amplamente. Depois, porque percebendo que esses efeitos podem ser alterados a partir da ação social, há pulsão por construir espaços que melhor se adequem aos próprios interesses. Por fim, porque o domínio espacial de uns implica efeitos espaciais para outros.

Esse último aspecto torna-se um ponto ainda maior de tensão no contexto das sociedades modernas, sujeitas à razão instrumental que carrega os princípios da competitividade, da concorrência, da disputa, da dominação e do poder (ADORNO e HORKHEIMER, 1985).

Urge lembrar que a gênese do sistema capitalista envolve o domínio espacial tanto em âmbito global quanto em âmbito local naquele que foi seu país originário: a Inglaterra. Em âmbito local, a Lei dos Cercamentos – que permitiu a indivíduos cercar terras antes comuns e delas se apropriar enquanto proprietários privados – foi instrumento indispensável para a formação de excedente de mão de obra a ser negociada no mercado de trabalho nascente. Ademais, a colonização e o período mercantil são operações essencialmente espaciais, de extração de valor espacial nos termos que temos adotado nesse estudo.

Feita a remissão à origem do capitalismo, podemos destacar que em sua forma contemporânea o processo do capital também tem no domínio espacial um elemento central para sua reprodução. Essa observação não é original, mas parte central da teoria do desenvolvimento geográfico desigual de Harvey, que extrapola a noção de acumulação primitiva para uma noção de permanente ajuste espacial do sistema capitalista. Como o processo do capital é cumulativo, sendo necessário o permanente reinvestimento e expansão, o sistema extrapola limites geográficos sempre que a capacidade de expansão em um dado lugar encontra seu limite<sup>57</sup>.

Não obstante, no contrafluxo da necessidade de expansão do capital há comunidades e lugares que carregam história, cultura e relações de produção diversas, com maior ou menor inserção na dinâmica global de acumulação capitalista. As contratendências à dinâmica global do capital podem se dar em função de processos locais de acumulação do capital que eventualmente podem representar alianças regionais temporárias entre diferentes classes de uma região (HARVEY, 2013). Nesses casos, interesses territoriais – nacionais ou regionais – são articulados de modo conflitante com a expansão do capital internacional. Há, contudo, um nítido limite nessas alianças territoriais quando orientadas à reprodução do capital em âmbito local: o limite próprio à reprodução do capital em geral, qual seja, sua permanente necessidade de expansão.

Para efeitos de análise de conflito espacial, contudo, é pertinente se ater, primeiro, ao papel desempenhado por essas alianças locais em termos do processo do capital espacial em âmbito global. Um primeiro ponto a destacar é que essas interrupções do fluxo global do capital em função de capitais locais geram tensionamentos de natureza geopolítica e, no extremo, podem levar à deflagração de guerras ou de instrumentos de pressão econômica, como o embargo. Contudo, no atual estágio do capitalismo – marcado pela hegemonia do mercado financeiro – o

---

<sup>57</sup> Seja por esgotamento de recursos naturais, seja por incapacidade de consumo interno ou de abastecimento de mão de obra e mercadorias.

mais comum é que os Estados nacionais se submetam às imposições do capital internacional sem que este tipo de instrumento mais drástico seja levado à cabo<sup>58</sup>.

A alta dependência do mercado externo leva os Estados nacionais a mergulharem em uma busca profunda pela melhor inserção no fluxo internacional do capital. No Brasil, e na maior parte dos países, a busca por investimentos internacionais e a reticência em adotar medidas que possam afugentar investidores assume feições de dogma. Amparado nos parâmetros do livre fluxo do capital, o custo de enfrentar esse dogma é a evasão de divisas e subvalorização da moeda nacional, a implicar perda de capacidade de importação, perda de capacidade de investimentos que poderiam valorizar o capital local e inflação generalizada, visto que os produtos básicos internos operam enquanto commodities internacionais e a desvalorização do real leva os produtores a auferirem maiores ganhos com a exportação ou aumentarem os preços no mercado interno.

As formas pelas quais o capital financeiro internacional sujeita cada país é particular, mas há padrões gerais. O principal deles é a pressão por maior possibilidade de fluxo do capital, reforçada por Estados nacionais hegemônicos com poder bélico ou por mecanismos multilaterais. Quaisquer barreiras ao livre fluxo do capital são encaradas como afronta ao dogma das finanças e implica retaliações diversas, conforme demonstra em detalhes o livro “A Guerra dos Lugares”, de Rolnik (2015), no que tange aos padrões de tratamento dado por diferentes Estados à questão da moradia. A desregulamentação e a incorporação de tudo à dinâmica ultra flexível, concorrencial e mercadológica que se impõe aos lugares – com alianças de elites locais indispensáveis para sua realização – implica, por um lado, garantia da reprodução global do capital, lucros, ganhos e acumulação para seus detentores e, por outro, perda de valor, insegurança e vulnerabilidade para as comunidades locais.

---

<sup>58</sup> Nesses casos, a possibilidade de incursão armada ou de declarada sabotagem cumpre um papel oculto, mas sempre presente, de intimidação e imposição de força.

Na ânsia de assegurar a melhor inserção no sistema global do capital<sup>59</sup>, elites locais levam adiante uma corrida para assegurar as melhores condições para o fluxo do capital. Melhorias de natureza técnica, como aporte em infraestrutura e planejamento orientado à produção, são articulados com melhorias organizacionais, como a desregulamentação de relações trabalhistas, de tributações ou, no caso da moradia, de limite de endividamento ou garantias contra despejos.

As guerras ente lugares pela melhor posição no sistema global do capital implica contradições manifestas em âmbito local. Uma delas é a necessidade de investir em fixos que suportem o fluxo do capital, como grandes aportes em infraestrutura, que por vezes demandam investimentos altos cuja viabilização depende de um longo período de utilização para obtenção de retorno. No entanto, a demanda de permanência do capital a fim de assegurar o retorno entra em conflito com a necessidade de manter livre a possibilidade de evasão do capital, de modo que, por vezes, altos investimentos são realizados sem que efetivamente sejam extraídos retornos em termos de reprodução do capital no âmbito local (HARVEY, 2013).

Mas a contradição mais marcante refere o despejo dos custos no local e a fuga global dos ganhos. A operação de retirada de valor espacial – manifesta pela extração de recursos naturais e pela exploração da força de trabalho local – implica tragédias de diferentes tipos para as comunidades atingidas pela expansão global do capital. Tragédias climáticas ou ambientais, como as assistidas nas quebras de barragens da Vale do Rio Doce em Minas Gerais (Brasil), tragédias sociais, como a expansão do desemprego ou a inflação galopante que leva famílias à fome, tragédias econômicas, como a desindustrialização e perda de soberania produtiva, tragédia cultural, como a imposição de verticalidades concorrenciais, instrumentais, destituídas de significado ou de conexão com as tradições locais<sup>60</sup>.

Esses custos, contudo, não são impostos sem resistências ou fissuras. Santos arguiu que ante a verticalidade do capital e do espaço total, há horizontalidades que

---

<sup>59</sup> Ou de minorar os riscos de retaliações e perda de posição.

<sup>60</sup> Processo relacionado a racismo ambiental.

guardam particularidades espaciais manifestas em corpos, costumes, interações, enfim, no que Bourdieu poderia chamar de *habitus*. Os conflitos decorrentes das horizontalidades ante as verticalidades são diversos e se resolvem com mecanismos de violência ou subversão espacial em diferentes escalas.

Cada lugar, assim, é constituído dos signos e dos processos globais ao mesmo tempo que é guardião de particularidades locais, incorporadas pela globalização. Em termos analíticos, é no âmbito local que recaem as manifestações materiais das contradições de todo sistema e, portanto, é de análise local que é possível desvelar empiricamente a existência do capital espacial. O domínio do espaço a implicar dominação de indivíduos se manifesta de maneira mais direta e verificável nos conflitos concretos em determinados lugares, atingindo determinados indivíduos em determinado tempo.

Simbolicamente, a subversão e a violência espacial significam plena articulação entre fixos e fluxos – pessoas, objetos, edificações, práticas – a conformar um sentido legitimado às assimetrias e hierarquias sociais. A marca racial, assim, assume função central no debate sobre o capital espacial: o signo de um espaço, como ele é apreendido, tem a ver com os indivíduos que dele tomam posse, das posições que ocupam no processo de produção e reprodução do capital, no que tem a oferecer (ou ser subtraído) e receber (ou se apropriar) em termos de produção coletiva de riqueza e valor. Manter fronteiras e hierarquias simbólicas torna natural, aceitável, reifica relações sociais essencialmente arbitrárias, decorrentes de formas de organizar a sociedade e a vida coletiva nada inevitáveis ou derivadas de qualquer obrigação cósmica<sup>61</sup>. A distinção racial – ou de gênero, ou de qualquer outra natureza – implica manifestar simbolicamente a diferença e, por isso, a segregação espacial é uma marca de hierarquias sociais.

---

<sup>61</sup> Noção de visão cósmica derivada da filosofia clássica, como no pensamento de Aristóteles e de Platão, que atribuíam aos seres funções definidas, invariáveis, necessárias, cósmicas. Assim, haveria os que nascem para mandar, governar, pensar: os sábios. E os que nascem para obedecer, servir: os não sábios, potencialmente escravos. Na visão cósmica, não apenas as coisas precisam ser como são, como é melhor para todos – mesmo para os dominados – que elas sejam como são.

Mas a violência espacial – e a segregação – possui natureza material, para além do seu aspecto simbólico. Permite concentrar ônus e bônus sociais em determinados lugares – e ocupar esses lugares com determinados indivíduos – de modo que a ordem social não apenas mantém-se resguardada, como a mudança social seja dificultada. Afinal, para a subversão social não basta apenas a subversão de ideais, princípios, entendimentos: é preciso subverter todo o sistema de objetos e ações que conformam o espaço e servem como elemento central de operação da sociedade, é preciso haver subversão espacial.

Daí ser possível dizer que o capital espacial é não apenas uma forma particular de acumulação de valor a partir do espaço, mas um elemento intermediário para a reprodução do valor em geral, para os diferentes tipos ou fases do capital. E mais: pelo espaço ser constituído pelo conjunto de agentes que dele se apropria diretamente e daqueles que indiretamente o compõem – por serem parte do seu processo de produção ou dos objetos que o compõem – seu valor aparece como um valor comum, capaz de produzir mais valor comum. Pode ser entendido, assim, enquanto capital comum.

Esse último aspecto guarda em si um elemento central da disputa espacial. O caráter comum do capital espacial abre flanco para duas possíveis formas de relação entre indivíduos, espaço e poder. As duas formas podem coexistir – e na manifestação material dos fenômenos sociais tendem a coexistir – em graus variados.

A primeira forma é a disputa pelo capital comum na tentativa de instrumentalizá-lo enquanto capital privado. Assim, agentes ou grupos entram em choque pela extração de valor espacial. Essa disputa não se dá, necessariamente, a partir de uma relação de exploração entre classes: grupos sociais simetricamente posicionados podem efetivamente disputar o capital espacial e, em alguns casos, a própria simetria de posições pode tornar-se o elemento dinâmico da disputa. Assim, frações das elites locais podem entrar em disputa territorial ou, pelo polo oposto, trabalhadores podem procurar afastar uns aos outros de determinados lugares constituídos de valor. A busca pela instrumentalização do espaço enquanto capital privado pode assumir, ainda, a forma de disputa entre classes, quando interesses comuns contrapõem agentes assimetricamente distribuídos nos diversos campos sociais, maneira pela

qual as maiores e mais determinantes disputas espaciais se manifestam na medida em que as hierarquias sociais tendem a se reproduzir com forte homologia nos diferentes campos da vida social, inclusive o espacial.

A segunda forma é a do reconhecimento do caráter comum do espaço, do seu valor e da sua capacidade de produzir mais valor. Esse reconhecimento entra em choque com as perspectivas privatistas citadas no parágrafo anterior e, no âmbito das cidades contemporâneas, pode ser associado às diversas mobilizações políticas que reivindicam a manutenção e o caráter público dos espaços urbanos – além da reivindicação do próprio direito à cidade. Essa perspectiva, portanto, não é livre de conflitos. Mas, antes, tem como conflito fundamental a disputa da própria ordem social – manifesta por meio da ordem espacial. Essa conexão entre a perspectiva do espaço enquanto capital comum e dos conflitos entre classes em sentido amplo é um imperativo, pois não é possível prospectar dinâmicas espaciais de partilha e comunhão sem entrar em choque com estruturas sociais hierárquicas, dependentes da assimetria, da marginalidade, da exclusão, enfim, das relações de poder privadamente acumulativas e baseadas na exploração.

Assim, a primeira forma de disputa espacial – aquela que se impõe na tentativa de tornar privado o capital comum do espaço – é a arena preferencial das classes hegemônicas, jogo pelo qual sua reprodução e condição de poder é assegurada na medida em que os critérios de justiça, de ocupação legítima, de legalidade e de apropriação são estabelecidos por seus representantes, seja no âmbito formal-institucional, seja no âmbito cotidiano-cultural. Ainda assim, agentes não hegemônicos podem embarcar nesse tipo de disputa quando a violência simbólica é plenamente empenhada, ao ponto dos parâmetros hegemônicos serem reconhecidos e legitimados por aqueles a quem a hegemonia é imposta.

Já a segunda, interessa sobretudo a quem se beneficia da subversão da ordem hierárquica existente entre classes, do processo de totalização do espaço que suprime e massacra as particularidades e os indivíduos em função da acumulação global do capital, de quem não ocupa posições privilegiadas nas relações de reprodução do capital privado e que, portanto, pode encontrar no capital comum do espaço a chave para consolidação de condições de vida mais dignas e livres.

Em última instância, a perspectiva da privatização do espaço é baseada no individualismo – na medida em que o horizonte de ação é individualmente orientado – mas é massacrante da individualidade – na medida em que impõe parâmetros de subjetividade e relações materiais estruturalmente impostas, de modo a massacrar existências dissonantes. Já a perspectiva da comunhão do espaço exalta as existências locais material e subjetivamente tal qual elas se manifestam, na medida em que a dimensão do poder emerge de baixo para cima. É, assim, uma relação de plena existência da individualidade, assegurada por uma noção de partilha referida de distintas maneiras: para Lefebvre, trata-se do Direito à Cidade. Para Santos, da Era da Generosidade. Seja qual for a alcunha adotada, interessa, sobretudo, o apontamento de que espaço e sociedade não são esferas desconectadas, mas, antes, intimamente relacionadas e que, portanto, subverter, transformar ou revolucionar as formas com que o espaço é organizado e ocupado é subverter, transformar ou revolucionar a própria vida em sociedade.

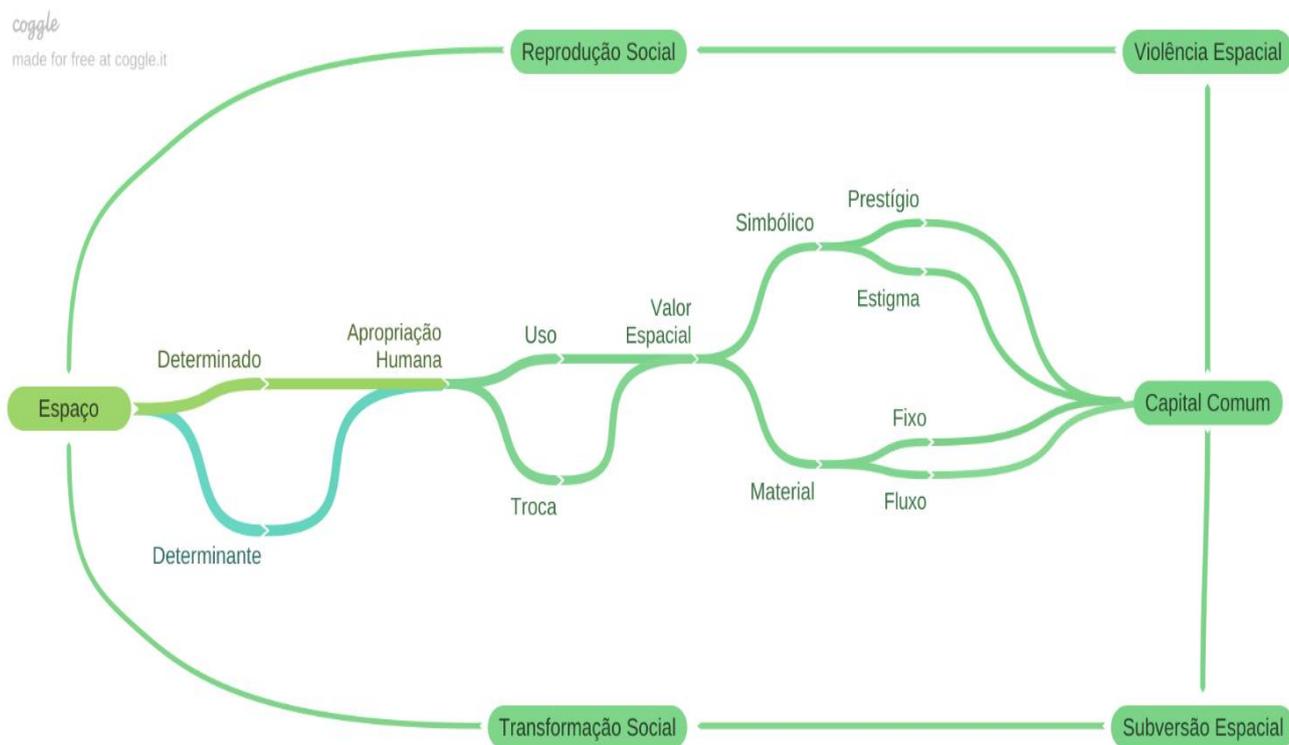
### 3.5. Quadro e Fluxograma do Capital Espacial

O resultado teórico pode ser sintetizado na Figura 4. Fluxograma Capital Espacial. que apresenta o caminho dialético e o processo do capital espacial<sup>62</sup> e na **Erro! Fonte de referência não encontrada.** que apresenta um quadro com os s ubtipos ou segmentos do capital espacial.

---

<sup>62</sup> Cada item da síntese apresentada no fluxograma pode ser destrinchado e discutido com maior minúcia. Ao falar do valor espacial simbólico – lugares de estigma e prestígio – pode-se derivar a discussão sobre *habitus* espaciais, por exemplo. A própria noção de capital comum pressupõe debate sobre o espaço como acúmulo de tempos e de trabalho e sobre a teoria valor trabalho. A representação gráfica de todos os conceitos discutidos ficaria extensa e pouco elucidativa, por isso apresento uma síntese com os marcos mais fundamentais da discussão.

**Figura 4. Fluxograma Capital Espacial.**



Fonte: elaboração do autor.

<b>Tabela 1. Quadro Resumo Capital Espacial</b>			
<b>Tipo de Capital</b>	<b>Subtipo</b>	<b>Elementos</b>	<b>Instrumentos de Violência</b>
<b>Capital Espacial</b> Domínio do espaço que acumula valor	<b>Capital Espacial Fixo</b> Acesso a valores espaciais a partir de elementos fixos.	<b>Fixos Abertos.</b> Exemplos: ruas, parques, avenidas, praças <b>Fixos Fechados.</b> Exemplos: casas, shoppings, escolas, restaurantes	<b>Meios fixos pelos quais se impõem ou impedem deslocamentos ou permanências.</b> Exemplos:  Pedras para coagir população de rua Muros Distância Desconforto bioclimático Falta de acessibilidade para pessoas com deficiência
	<b>Capital Espacial Fluxo</b> Acesso a valores espaciais a partir de elementos fluxos.	<b>Quaisquer elementos que transitam, não permanentes no espaço.</b> Exemplos:  Meios de deslocamento, como veículos ou acesso ao transporte público.  Condição Étnica, Econômica, de gênero, motora e corpórea em geral.	<b>Meios fluxos pelos quais se impõem ou impedem deslocamentos ou permanências.</b> Exemplos:  Tarifa impeditiva Horário restrito de operação do transporte público Ausência de automóvel Congestionamento
<b>Capital Simbólico</b> Qualquer tipo de capital, quando imbuído de função simbólica	<b>Capital Espacial enquanto Capital Simbólico (ou Capital Espacial Simbólico)</b> Capital espacial apropriado simbolicamente, servindo como instrumento de distinção e marcação de hierarquias sociais.	<b>Adornos</b>  <b>Padrões arquitetônicos</b>  <b>Paradigmas sociais</b> (muitas vezes associados a padrões de gênero, étnicos, de orientação sexual etc.)  <b>Códigos de condutas associados aos lugares</b> (e aos grupos sociais que "cabem" nestes lugares)	<b>Reafirmação de hierarquias sociais por meio do espaço.</b> Exemplo:  Julgamento social de indivíduos em função do lugar de moradia.  Restrições de acesso a partir de vestimentas  Variação na percepção coletiva de situações a partir do lugar de ocorrência

Fonte: elaboração do autor

## NÚCLEO EMPÍRICO

### 4. OS CONFLITOS ESPACIAIS NO DF

#### 4.1. Expansão do Capital, Capital da Esperança.

A transferência da Capital para o interior – materializada com a construção de Brasília em 1960 – respondia a duas pulsões diferentes (HOLANDA, 1997). Uma de natureza estrutural, material, que corresponde ao processo de ampliação da fronteira do capital e da consolidação das relações de produção do capitalismo em território nacional. E outra de natureza superestrutural, simbólica, que se manifesta no desejo de estabelecer um marco ideológico de consolidação do Estado e da unidade brasileira.

A partir da crise de 1929 e do início da Era Vargas o país passa por fortes mudanças estruturais em sua matriz produtiva. As oligarquias locais vinculadas à produção agrária ainda mantêm forte importância na economia nacional. Não obstante, perdem importância relativa e veem a ascensão de uma burguesia nacional industrial estimulada pela substituição de importações que se sucedeu à crise de 29. Essa fração ascendente da elite nacional se concentrou sobremaneira no Estado de São Paulo, mas operava seu processo produtivo com vistas à inclusão de todo território nacional tanto em termos de fornecimento de matéria prima quanto em termos de consumo.

A estrutura estabelecida até então – de baixa integração nacional e infraestrutura pensada para produção interna de bens primários para comercialização internacional por meio de rota marítima – impunha limites à efetiva expansão do capital com vistas à produção e realização do valor em território nacional. Ainda que seu excedente fosse repassado ao exterior como retorno dos investimentos internacionais

que davam sustentação a esse processo produtivo, o ciclo do capital em território nacional era um imperativo para o sucesso da acumulação brasileira naquele momento (OLIVEIRA, 2003).

A integração nacional almejada pretendia estabelecer uma via de mão dupla: de um lado as regiões até então segregadas passariam a fornecer com menor custo insumos e mão de obra para produção no Sudeste. Por outro lado, serviriam como destino de produtos a serem consumidos para além da capacidade de consumo das regiões litorâneas. Essa via de mão dupla possibilitava a expansão da acumulação do capital a partir de um ajuste espacial (HARVEY, 2013) que passava pela interiorização do país.

Brasília torna-se viável nesse contexto, embora sua fundação já fosse pauta de discussão política há cerca de um século e meio e já estivesse prevista na primeira Constituição da República, em 1891. Não obstante, as condições materiais para romper com o padrão litorânea de instalação do poder no Brasil ainda não estavam colocadas, de modo que a transferência só foi efetivamente realizada na década de 1950. O argumento da integração nacional teve grande apelo nesse contexto pois respondia aos desafios objetivos que o desenvolvimento do capitalismo no país enfrentava. A nova capital era anunciada como um centro integrador articulador, conectado às obras de infraestrutura que eram implementadas nesse período. A tomada do território – tendo Brasília como base principal – não apenas reafirmava a consolidação do Brasil enquanto país, como anunciava o potencial desenvolvimento<sup>63</sup> de regiões até então pouco ocupadas e trabalhadas, conforme se nota nesse trecho do discurso de JK no contexto da inauguração da nova capital:

Deste Planalto Central, Brasília estende aos quatro ventos as estradas da definitiva integração nacional: Belém, Fortaleza, Porto Alegre, dentro em breve o Acre. E por onde passam as rodovias vão nascendo os povoados, vão ressuscitando as cidades mortas, vai circulando, vigorosa, a seiva do

---

<sup>63</sup> Desenvolvimento entendido nos termos capitalistas, qual seja, de integração de regiões ao processo de acumulação global do capital.

crescimento nacional. (Kubitschek. Discurso Inauguração de Brasília. 1960)<sup>64</sup>

Em que pese o discurso apologético, o ajuste espacial não tinha como propósito a distribuição do valor que estava acumulado no litoral, de modo a ser acessado pelo conjunto do território nacional. Pelo contrário, sua função precípua era a reprodução do valor que, de outra maneira, passaria por uma crise de superacumulação<sup>65</sup>, quando já não há investimentos possíveis para sua reprodução em função de limites estruturais como os de natureza geográfica.

Feita a contextualização da condição material para a instalação da nova capital, cabe destacar os fatores superestruturais – simbólicos – sem os quais a empreitada política dificilmente seria possível. Para tanto, é pertinente resgatar mais trechos do discurso fundacional de Brasília. Primeiro pela importância simbólica das palavras proferidas em contexto cerimonial de tamanha relevância. Depois, por serem proferidas pelo principal vocalizador e líder da transferência, o presidente JK.

Dentre os sentidos aflorados com a fundação de Brasília, dois parecem ter especial relevância: primeiro, a suposta descontaminação de interesses particulares. Ao estabelecer a cidade em um terreno neutro e central, a ideia de uma condução política atenta aos interesses nacionais – e não a quaisquer oligarquias regionais ou classes sociais – era reforçada. Subjaz a noção de que caberia a Brasília encarnar a síntese nacional, o ponto de encontro entre as diferentes regiões, culturas, classes e grupos políticos.

Brasileiros! Daqui, do centro da Pátria, levo o meu pensamento a vossos lares e vos dirijo a minha saudação. Explicai a vossos filhos o que está sendo feito agora. É sobretudo para eles que se ergue esta cidade síntese, prenúncio de

---

<sup>64</sup> Disponível em [Discursos JK.pmd \(funag.gov.br\)](https://www.funag.gov.br/discursos-jk)

<sup>65</sup> Nos termos de Marx, a superacumulação acontece quando valores são acumulados sem serem reinvestidos – colocados em movimento – gerando a interrupção do processo do capital.

uma revolução fecunda em prosperidade. (Kubitschek. Discurso Inauguração de Brasília. 1960)<sup>66</sup>

A neutralidade do poder não era almejada apenas em termos regionais. A não interferência da vida cotidiana, urbana e comum nos assuntos do governo era encarada como uma necessidade para a afirmação dessa “cidade síntese”, na medida em que a contaminação de interesses particulares abalaria o equilíbrio da representação unitária do país.

Esse aspecto tem relação objetiva com a configuração espacial de Brasília e na conformação da esplanada como grande espaço de exceção (HOLANDA, 1997). Os conflitos entre classes e os grupos de interesse encontram muito mais condições de se manifestar em uma configuração espacial que mantém forte acessibilidade da população aos espaços de poder. Brasília é um empreendimento de aversão popular, de demofobia, na medida em que sua fundação tem como um dos objetivos a separação da operação do poder – e do Estado – das realizações materiais e do povo que as realiza.

O segundo grande elemento narrativo é a reafirmação da condição estrutural: a suposta integração democratizante de regiões até então alijadas do processo de desenvolvimento nacional e, com isso, a formação de um novo Brasil. Novo porque envolvendo regiões até então “esquecidas” e novo, também, porque capaz de empreender feito tão notório quanto a construção de uma cidade vanguarda, referência global da arquitetura moderna<sup>67</sup>.

Olhai agora para a Capital da Esperança do Brasil. Ela foi fundada, esta cidade, porque sabíamos estar forjada em nós a resolução de não mais conter o Brasil civilizado numa fímbria ao longo do oceano, de não mais vivermos esquecidos da existência de todo um mundo deserto, a reclamar posse e conquista.

Esta cidade, recém-nascida, já se enraizou na alma dos brasileiros; já elevou o prestígio nacional em todos os continentes; já vem sendo apontada como demonstração pujante da nossa vontade de progresso, como índice do alto grau de nossa civilização; já a envolve a certeza de uma época de maior dinamismo, de maior dedicação ao trabalho e à Pátria, despertada, enfim,

---

<sup>66</sup> Disponível em [Discursos JK.pmd \(funag.gov.br\)](https://www.funag.gov.br/discursos-jk)

<sup>67</sup> Feito ainda mais notório quando se considera o tempo de sua realização.

para o seu irresistível destino de criação e de força construtiva. (Kubitschek. Discurso Inauguração de Brasília. 1960)<sup>68</sup>

O mote “capital da esperança”, citado no discurso de JK e ainda hoje lembrado por parte da população distrital, se conecta inteiramente com esse aspecto apologético de Brasília como marco de um novo Brasil. Brasília se conectava com o imaginário de progresso e desenvolvimento. Essa noção de progresso era percebida tanto em termos de uma identidade nacional, de um progresso da pátria, quanto individualmente, na própria expectativa individual de sucesso, crescimento e oportunidade que tornou o DF um dos principais polos de atração nos fluxos de migração interna durante a segunda metade do século XX. Sem esse elemento da expectativa de dias melhores – tanto em relação aos indivíduos, quanto em relação à pátria – não é possível contar a história de Brasília.

## 4.2. Morfologia Urbana: dispersa e fragmentada.

A articulação entre as funções estruturais e superestruturais de Brasília resultou em uma formação urbana que simultaneamente atrai e repele pessoas. O Distrito Federal, desde a sua fundação, convive com o conflito entre a expectativa popular de acesso ao capital contido na nova capital e a expectativa de isolamento do poder por parte dos seus fundamentos ideológicos. Ou, entre a necessidade material de empenhar trabalho para a construção e o propósito ideológico de apartar as instituições do Estado e a sociedade.

A característica mais marcante desse processo é um rápido crescimento populacional estabelecido de forma fragmentada, dispersa e socialmente segregada (HOLANDA, MEDEIROS, *et al.*, 2015). Rápido crescimento porque o fluxo do capital

---

<sup>68</sup> Disponível em [Discursos JK.pmd \(funag.gov.br\)](https://www.funag.gov.br/discursos-jk)

foi intenso e repentino<sup>69</sup>, assim como o fluxo de pessoas atraídas – e necessárias – para a reprodução capitalista e para construção da nova capital.

Esse crescimento populacional foi correspondido por um padrão morfológico disperso por três razões principais: primeiro, porque assim preconizava o ideário modernista que marca o projeto de Lúcio Costa<sup>70</sup> e a execução da cidade real, inclusive nas primeiras cidades satélites<sup>71</sup>, instaladas para a acomodação da massa de trabalhadores e trabalhadoras que não “cabiam”<sup>72</sup> no Plano Piloto<sup>73</sup>. Segundo, porque o aspecto superestrutural de isolamento do poder impôs uma gestão pública do solo e do desenvolvimento urbano no DF que empurra sistematicamente e de maneira planejada para longe do centro funcional os assentamentos de baixa renda (COELHO, 2017) (HOLANDA, 1997). Terceiro, porque o ajuste espacial (HARVEY, 2013) no DF teve na construção civil e na especulação imobiliária formas centrais para sua viabilização, visto que existiam limites à reprodução do capital a partir da construção civil no Plano Piloto em função da sua função ideológica e simbólica, coroada com o tombamento. Ainda que os aspectos superestruturais tendam a responder aos aspectos estruturais da sociedade, neste caso particular interessava à estrutura material do país que existisse um polo de expansão do capital em área central do território. Mas esse polo – que foi Brasília – não seria possível sem uma justificação superestrutural. Daí a razão pela qual a reprodução do capital no Plano

---

<sup>69</sup> Da seleção do projeto da nova capital à inauguração foram apenas 3 anos, com intenso investimento no período. Nas décadas seguintes o fluxo de capital continuou intenso, não apenas para a continuidade da feitura de uma cidade inaugurada inacabada. Mas, também, pelo papel que exercia como *locus* de expansão da exploração econômica e da integração do território nacional.

<sup>70</sup> Ainda que com aplicação original, já que Lucio Costa incorporou influências de outras tradições arquitetônicas para além da arquitetura moderna (HOLANDA, 2003)

<sup>71</sup> Termo cada vez menos utilizado, mas adotado à época da construção para referir núcleos urbanos não previstos no projeto original.

<sup>72</sup> As aspas foram utilizadas pois o “cabem” referido não é literal, visto que havia – como ainda há – espaço para uma ocupação maior da área tombada. Mas socialmente há quem não caiba nesses espaços, razão pela qual se mantiveram e ainda se mantém – em menor grau – ociosos.

<sup>73</sup> À exceção das cidades já constituídas quando da fundação: Brazlândia e Planaltina. Ainda assim, o processo de expansão dessas cidades foi marcado pela progressiva conversão dos padrões morfológicos vernaculares para padrões mais associados ao paradigma modernista na medida em que se expandiam.

Piloto encontre barreiras nos seus aspectos simbólicos: porque os aspectos simbólicos se relacionam à reprodução do capital não em escala local, mas nacional ou global (OLIVEIRA, 2003) e, em nome destes, a reprodução em escala local é sacrificada<sup>74</sup>.

Além de dispersa, a formação urbana do DF é fragmentada, ou seja, composta por padrões não integrados, com barreiras ou interrupções entre partes e um desenho global que se assemelha a uma colcha de retalhos<sup>75</sup>. Essa formação deriva de alguns fatores, como a ideologia da cidade-jardim, a existência de assentamentos anteriores à mudança da capital, os acampamentos operários no contexto da construção, as ações do poder público de desocupação do Plano Piloto e a ação descentralizada da especulação imobiliária, das ocupações autoconstruídas e da grilagem.

Em relação aos assentamentos preexistentes, o território do DF contava com duas pequenas cidades que foram incorporadas: Planaltina e Brazlândia. Essas cidades resguardaram aspectos da arquitetura vernacular, com forte contraste com o padrão modernista sob aspectos como o número de cruzamentos, mistura de usos e fácil legibilidade (HOLANDA, 2003). Não obstante, a mudança legal e estrutural da mudança da Capital levou essas cidades a passar por um processo de adequação às características globais do DF e ao ideário moderno, com introdução de maior setorização, multiplicação de fachadas cegas e expansão urbana associada aos padrões modernos. Ainda assim, o padrão vernacular é um dos retalhos que permanece e compõe o DF.

Outro retalho importante é o que resulta dos acampamentos operários no contexto da construção. A fim de maximizar a produtividade nas obras, grandes acampamentos foram instalados em diferentes pontos do Plano Piloto. A mesma

---

<sup>74</sup> Não pretendo afirmar que não exista reprodução capitalista nas áreas centrais. A forma de acumulação nessas áreas historicamente dá-se por meio da especulação – ou seja, em um processo de capital fictício – ou por meio de serviços, bem como da incorporação imobiliária a partir dos limites estabelecidos pelos padrões originais. Mas a reprodução capitalista é limitada nessas áreas mais do que nas demais em função dos aspectos ideológicos e superestruturais associados à capital enquanto espaço de exceção.

<sup>75</sup> Termo usado por Medeiros para se referir ao aspecto fragmentado das cidades brasileiras.

razão que levou à instalação dos acampamentos fez com que muitos dos candangos não o quisessem deixar: o ganho de capital espacial. Se na perspectiva dos construtores a instalação dos acampamentos representava menor tempo de deslocamento – e, portanto, mais valor acumulado em tempo de trabalho – para os candangos a manutenção nessas áreas representava a moradia nos espaços que mais acumulam e permitem extrair valor. Assim, também, os primeiros funcionários públicos deslocados do Rio de Janeiro para Brasília em 1955 foram instalados no Cruzeiro, que acabou incorporado pelo projeto de Lucio Costa. No entanto, no caso dos candangos a permanência no Plano Piloto afrontava a esperada separação entre o centro político do país e a urbanidade, a vida material, o grosso da população. Ainda que de menor poder aquisitivo, os servidores públicos do Cruzeiro ainda se enquadravam no espectro ideológico de integrantes do Estado. Os candangos, por sua vez, eram a mais genuína representação do povo brasileiro na no final da década de 1950: pobres migrantes em um país que se urbanizava, oriundos de diversas regiões em um país pouco integrado, despossuídos e instrumentalizados com não mais do que sua força de trabalho em um país saído há pouco da escravidão e com um contingente imenso de pessoas à margem. Os candangos eram tão necessários quanto ojerizados por Brasília enquanto projeto de cerimônia e segregação do poder que precisava ser colocado de pé em curto período. Uma cidade erguida com o propósito de afastar a massa trabalhadora, mas erguida pela massa trabalhadora.

Essa condição contraditória é comum no capitalismo e materialmente guarda semelhança com a estrutura da escravidão brasileira. Paique Santarém, em um dos textos organizados no livro *Mobilidade Antirracista* (SANTINI, SANTAREM e ALBERGARIA, 2021), argumenta que o sistema de transporte público coletivo no Brasil é herdeiro do tráfico negreiro e guarda dele algumas características importantes, dentre as quais destaco a dupla condição das pessoas escravizadas enquanto produto e enquanto motor dos navios. Produto, porque essas pessoas eram efetivamente tratadas como mercadorias. E motor porque eram elas a força motriz da embarcação, a ferramenta pela qual o deslocamento era possível, o movimento era realizado. Paralelos entre tempos históricos distintos são sempre sensíveis. Ainda mais quando um dos tempos em questão é a escravidão. Por isso não pretendo sugerir nenhuma equivalência, mas identificar um elemento comum entre os

candangos e os negros escravizados: a da sua presença ser simultaneamente desprezada e indispensável para os estratos sociais dominantes.

Essa contradição teve como consequência no DF a resistência de acampamentos candangos que não pretendiam deixar o plano piloto que haviam construído e com a ação firme do Estado pelas remoções dessas pessoas. Em raros casos a resistência logrou sucesso, com a permanência da massa de trabalhadores nos assentamentos inicialmente constituídos de forma provisória. Os maiores exemplos são a Vila Planalto e a Vila Telebrasília. Não obstante, a regra foi a remoção não apenas dos assentamentos herdeiros dos acampamentos operários, como quaisquer outros que fossem constituídos de maneira informal semilegal<sup>76</sup> pela população pobre em área central ao longo de todo desenvolvimento do Distrito Federal. Como exemplos, podem ser citados a Vila Amaury, construída em área que posteriormente viria a ser submersa pelo Lago Paranoá, e a Vila do IAPI<sup>77</sup>, de onde foram removidas famílias para Ceilândia (PAVIANI, 1991).

Jatobá sintetiza o processo de dispersão e fragmentação que já pode ser apontado no projeto Lúcio Costa, mas que se manifesta efetivamente na expansão urbana que agrava problemas e não conserva qualidades do plano original, conforme citação do livro Brasília 50 Anos: da capital a metrópole (2010):

A superquadra é o módulo residencial estruturador do Plano Piloto de Brasília. O conjunto urbano formado por quatro delas cria uma unidade de vizinhança, outra proposta interessante. Contudo, aí já se percebe certa descontinuidade urbana, evidenciada pela separação estrita de comércio e residência, a rua propositalmente afastada da moradia e o sistema viário desconectado do conjunto edificado. [...]

O padrão de morfologia urbana do Plano Piloto aplicado nas cidades satélites com densidades menores e qualidade inferior de desenho urbano exacerbou nelas a descontinuidade urbana. Além disso, a implantação dessas cidades propositalmente afastadas do Plano Piloto também extrapolou a descontinuidade urbana para a escala do território do Distrito Federal. (JATOBÁ, 2010, p. 310)

---

<sup>76</sup> Termo adotado por Rolnik e que designa relações fundiárias em que o Estado direta ou indiretamente atua como fiados ou agente da instalação de assentamentos sem, contudo, haver um processo formal e definitivo de regularização. Os acampamentos operários podem ser enquadrados nessa categoria.

<sup>77</sup> Área em que hoje existe o Setor de Mansões IAPI.

Bons indicadores empíricos da dispersão do DF são a densidade urbana e a distância média ao centro. A densidade urbana é adotada nesse estudo em detrimento da densidade demográfica porque ela permite perceber de maneira mais adequada a dispersão diacrônica das cidades. A densidade demográfica é calculada a partir da divisão da população pelo território total. Por essa abordagem, a densidade aumenta sempre que a população aumenta, pois a área considerada não é alterada (corresponde à área total do DF, incluindo áreas de proteção ambiental e áreas não ocupadas). Não obstante o aumento da densidade demográfica, é possível que a ocupação reproduza padrões tipológicos de ocupação dispersa e, inclusive, que a evolução urbana represente um agravamento da dispersão, com menor densidade populacional quando se considera apenas as áreas ocupadas. A densidade urbana, por sua vez, considera exclusivamente a densidade das áreas ocupadas.

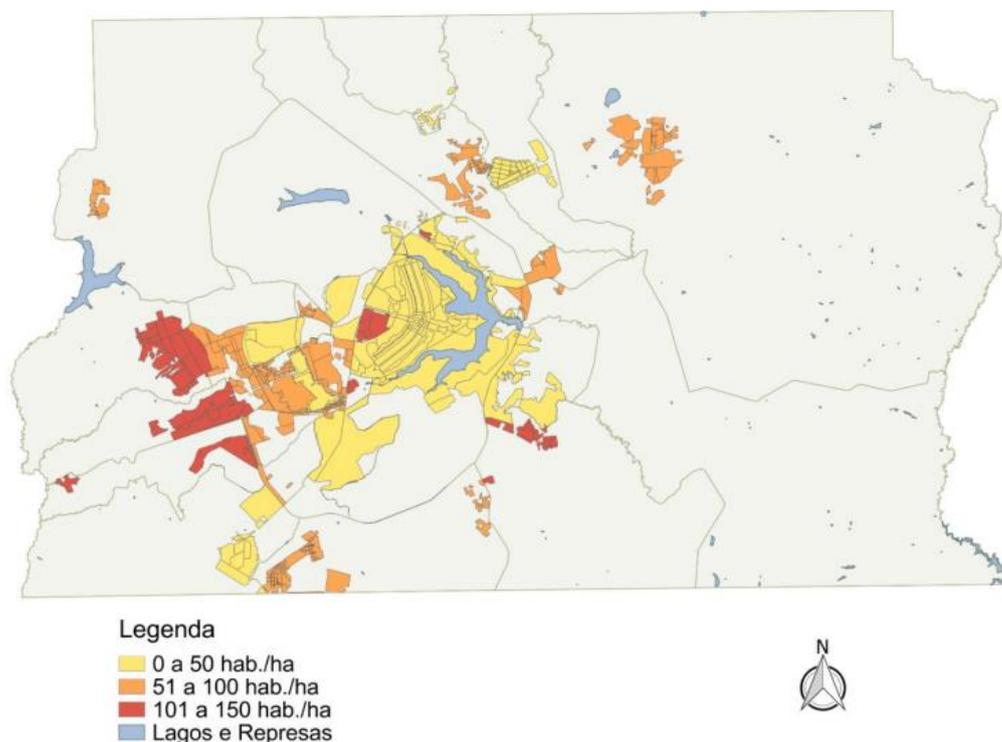
Sérgio Ulisses Jatobá publicou, pela CODEPLAN, um “Texto Para Discussão”<sup>78</sup> chamado “Densidades Urbanas<sup>79</sup> no Distrito Federal” (2017) em que debate a densidade urbana das Regiões Administrativas do DF. Não se trata de estudo diacrônico, mas que compara as diferentes densidades em cada RA em um mesmo ano (2015). Para tanto, o autor utilizou dados do Sistema de Informações Urbanas do Distrito Federal (SITURB) e da CODEPLAN, ambos ligados ao GDF. Os achados apontam para uma relativa diversidade nos padrões de densidade urbana em diferentes RAs, conforme se percebe na Figura 5.

---

<sup>78</sup> Conjunto de textos publicados pela CODEPLAN abordando questões relativas ao Distrito Federal.

<sup>79</sup> Embora utilize o termo “densidade urbana”, o mais adequado seria “densidade das áreas ocupadas”, visto que para o cálculo o autor considera a população total do DF e não apenas a população urbana. Para tanto, seria necessário revisar a área considerada a fim de incluir aquelas que, mesmo não classificadas como urbanas, constam como área ocupada nos mapas de evolução urbana do SITURB, que serve como fonte dos dados em discussão.

**Figura 5.** Densidades Urbanas no Distrito Federal.



Fonte: Elaborado pela Gerência de Estudos Urbanos (GEURB/DEURA/Codeplan) com base em dados do SITURB

É possível perceber que a maior parte da área ocupada apresenta densidade inferior a 100 hab./ha e nas áreas mais densas o valor não ultrapassa os 150 hab./ha. O padrão de distribuição populacional reproduz a tendência fundacional da cidade, com o centro funcional menos denso e periferias com maior concentração de pessoas por área<sup>80</sup> (JATOBÁ, 2017). O referido estudo traz, ainda, os dados constantes na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, que evidenciam o padrão disperso da ocupação urbana do Distrito Federal. Das 31 RAs existentes em 2015, apenas 5 estavam a 10 Km ou menos do Plano Piloto.

<sup>80</sup> Há relativa oscilação nesse padrão, com algumas RAs mais centrais (como Cruzeiro e Sudoeste/Octogonal) apresentando densidades relativamente altas e RAs periféricas com baixa densidade (como Gama e Sobradinho).

**Tabela 2.** Densidade Urbana e Distância do Centro - DF (2017)

Regiões Administrativas (RAs)	Distância do Centro (Plano Piloto) em Km	Densidade Urbana – 2015 (hab./ha)
RA I - Plano Piloto	0	20,64
RA XXII - Sudoeste/Octogonal	5	104,77
RA XI - Cruzeiro	7	101,63
RA XVI - Lago Sul	8	6,66
RA XVIII - Lago Norte	8	9,99
RA XXV - SCIA/Estrutural	10	109,73
RA XXIX - SIA	11	1,08
RA X - Guará	11	73,55
RA XXIII - Varjão	11	142,27
RA XIX - Candangolândia	11	137,38
RA XXVII - Jardim Botânico	12	8,91
RA VIII - Núcleo Bandeirante	13	78,60
RA XXIV - Park Way	15	3,50
RA XXVIII - Itapoã	15	81,93
RA XVII - Riacho Fundo	18	86,06
RA XX - Águas Claras	19	71,53
RA XXX - Vicente Pires	20	31,95
RA XXI - Riacho Fundo II	20	83,59
RA III - Taguatinga	21	80,50
RA V - Sobradinho	22	41,73
RA XXXI - Fercal	24	29,57
RA XII - Samambaia	25	103,31
RA VII - Paranoá	25	92,26
RA XIII - Santa Maria	26	57,60
RA XV - Recanto das Emas	26	117,88
RA XIV - São Sebastião	26	112,75
RA IX - Ceilândia	26	129,94
RA II - Gama	30	50,96
RA XXVI - Sobradinho II	32	58,94
RA VI - Planaltina	38	63,72
RA IV - Brazlândia	45	93,52
Média do Distrito Federal - DF	-	47,29

Fonte: Sergio Ulysses Jatobá (2017)

O contraste entre as áreas centrais e as periferias no Distrito Federal não se faz notar apenas pelos níveis de densidade populacional e pelos vazios que configuram o padrão disperso da capital. A tese de doutorado de Juliana Machado tem como objeto os padrões morfológicos do DF e sua relação com a composição social do território (COELHO, 2017). Utilizando dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2015, a autora indica uma forte concentração de

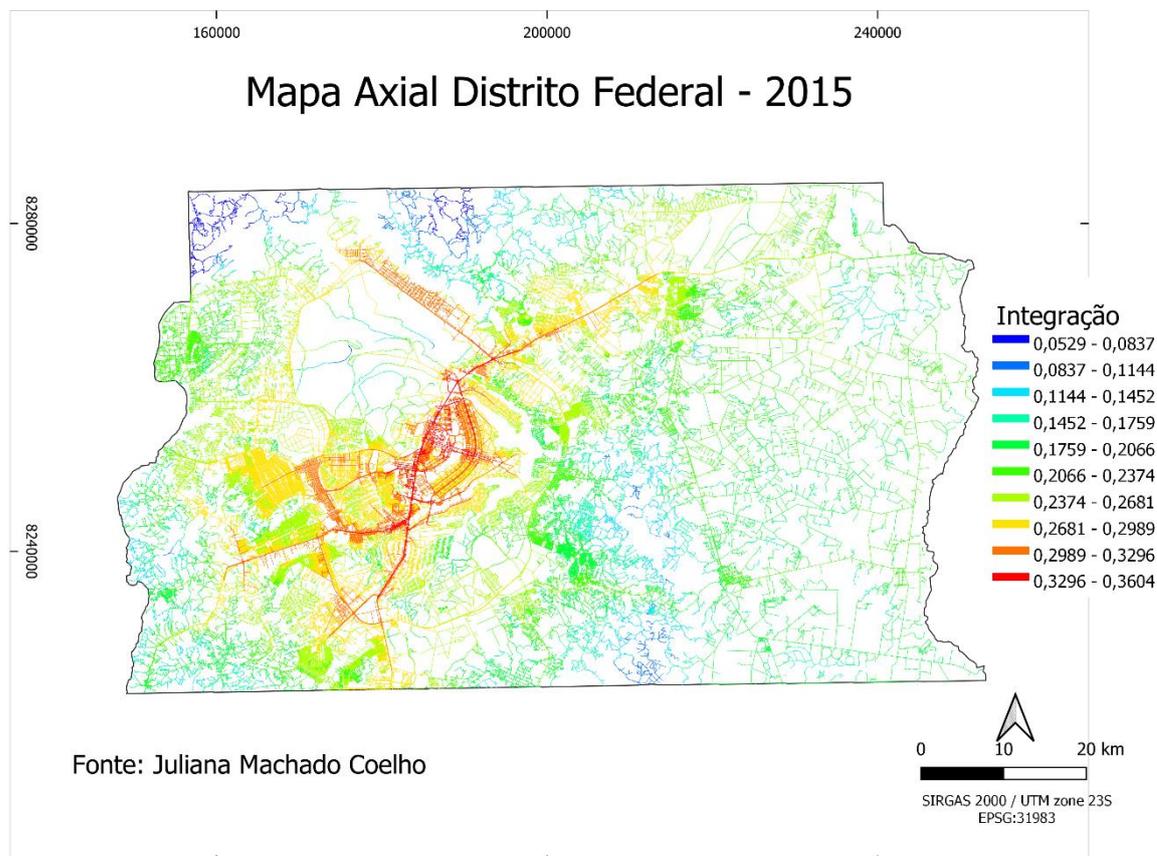
empregos no Plano Piloto<sup>81</sup>. Além disso, em média, os empregos no Plano Piloto apresentaram remuneração maior do que aqueles presentes nas demais Regiões Administrativas<sup>82</sup>. Em termos morfológicos a autora aponta uma configuração fragmentada. Para tanto, utiliza como principais indicadores os índices NAIN (Integração Angular Normalizada) e NACH (Escolha Angular Normalizada), da Teoria da Sintaxe Espacial. Ademais, por meio do cruzamento entre o mapa axial (Figura 6) e o uso legal de lotes, identificou-se que as áreas com maior predominância de uso residencial do Distrito Federal tendem a apresentar maior segregação em relação ao centro funcional. À segregação morfológica a autora investigou, ainda, se há uma correspondente segregação social. Coelho identifica correlação inversamente proporcional entre renda média de cada Região Administrativa e o nível de integração axial, o que foi interpretado como um indicador de autossegregação por parte das populações com maior poder aquisitivo.

---

<sup>81</sup> A PDAD mais recente, de 2021, indica que 40,7% da população do DF está empregada no Plano Piloto, que possuía apenas 7,47% da população urbana.

<sup>82</sup> Na pesquisa, Juliana Coelho encontra um coeficiente de determinação  $R^2$  de 0,69 entre a porcentagem de população empregada no Plano Piloto e a Renda Média por cada RA do DF.

**Figura 6.** Mapa Axial Distrito Federal (2015)



### 4.3. Segregação Social

O estudo de Juliana Coelho utiliza, além dos dados primários elaborados a partir das técnicas da Teoria da Sintaxe Espacial, dados secundários oriundos, sobretudo, da Pesquisa Distrital de Amostra Domiciliar (PDAD). Neste trabalho a PDAD também é evocada como fonte. A fim de identificar padrões de segregação em escala menor do que aqueles oferecidos pela referida pesquisa, lancei mão dos dados do Censo 2010 (IBGE). Essa escolha implica trabalhar com informações de mais de uma década, mas representa a possibilidade de verificar a partir de dados censitários o quadro social do Distrito Federal em menor escala. Ademais, os dados morfológicos adotados são de 2015, ou seja, não tão distantes temporalmente dos dados obtidos pelo último censo realizado (2010).

Para verificar a segregação social duas variáveis foram consideradas: racial e de renda. Optou-se por adotar as duas variáveis porque a discussão teórica apresentada leva em conta aspectos materiais e simbólicos envolvidos na relação entre espaço e poder. Assim, os dois recortes parecem ser pertinentes para o desenvolvimento da nossa discussão e experimentação de verificação empírica a partir do arcabouço teórico postulado.

Em termos raciais, no âmbito do Censo 2010, a população distrital apresentou-se da seguinte forma: 41,8% como branca. 7,6% como preta. 48,6% como parda. 1,7% como amarela. E 0,3% como indígena. Para efeito analítico, adotei a categoria negros<sup>83</sup> como a soma entre pretos e pardos, o que corresponde a 56,2% da população. Assim, não há no DF uma consistente maioria étnico-racial, tal qual acontece em Santa Catarina, com 83,9% de população branca, ou na Bahia, com 76,5% de população negra.

Não obstante, a distribuição urbana dessa população não é necessariamente homogênea em cada UF. É possível que existam zonas de concentração étnico-racial em Unidades como o DF, em que há uma composição global de relativa equivalência populacional. Para verificar a ocorrência de tais áreas de concentração étnica no DF foi realizada verificação em software de geoprocessamento (QGIS) tendo por base os dados censitários do Censo 2010. Foi possível identificar quais áreas possuíam 75% ou mais da população identificada como negra ou branca, conforme apresentado na Figura 7. Além dos setores com alta concentração étnica, estão representados no mapa os três maiores lagos do DF<sup>84</sup>: no centro, o Lago Paranoá, que é um importante delimitador da área central e representa quase integralmente o limite Leste do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), área tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco. No extremo Oeste há o Lago do Descoberto, que fica na divisa com Goiás, entre a Ceilândia Norte (pertencente à RA mais populosa do DF) e Águas Lindas de Goiás (município mais populoso do Entorno). Por fim, entre o Lago

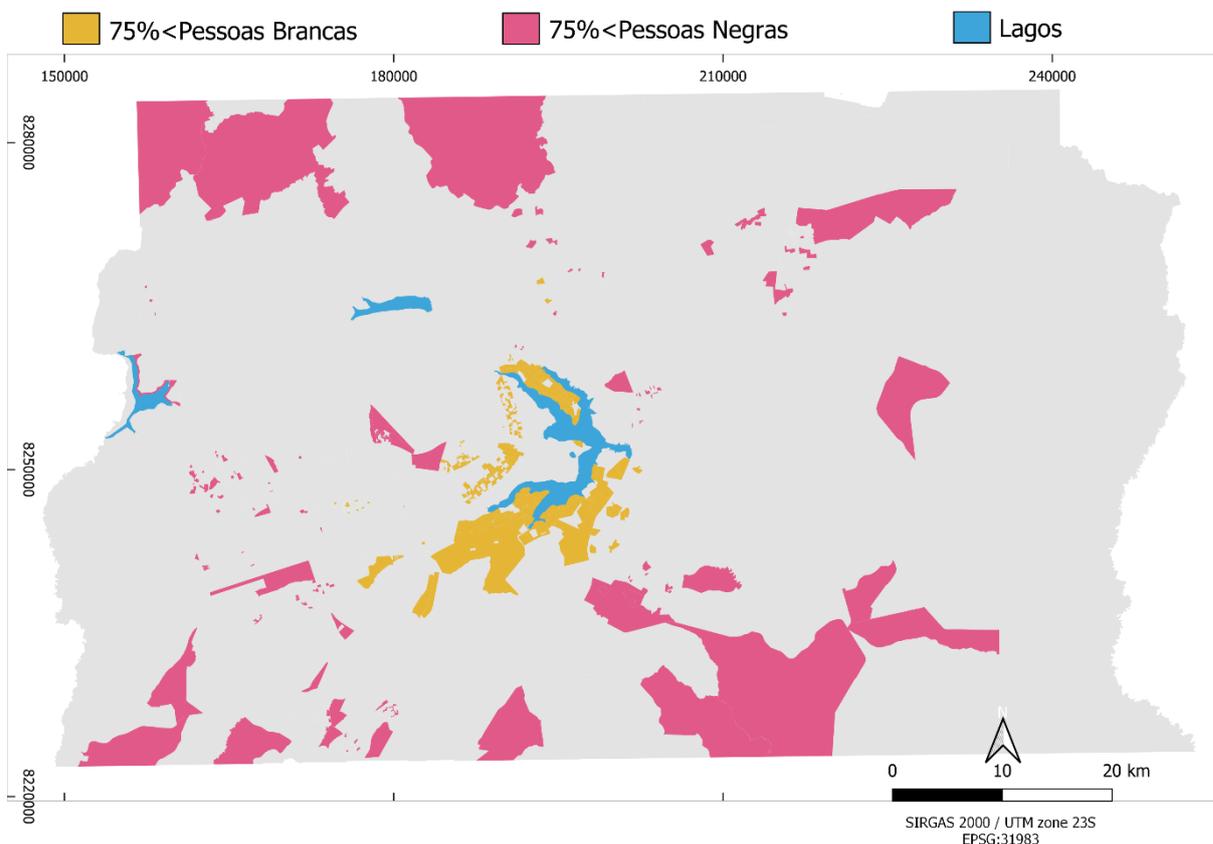
---

<sup>83</sup> Essa classificação não é oficial, mas amplamente utilizada em estudos que abordam a questão étnico-racial.

<sup>84</sup> Os Lagos foram representados para facilitar a quem lê a identificação das áreas analisadas.

Paranoá e o Lago Descoberto há o Lago Santa Maria que fica no Parque Nacional de Brasília.

**Figura 7.** Áreas de Concentração Étnica - DF/2010



O resultado desse exercício demonstra que há um padrão de centralidade nos setores de concentração de população branca. Já os setores que concentram população negra são mais distribuídos pelo DF – inclusive com ocorrências pontuais em áreas centrais – mas, via de regra, estão em áreas periféricas.

A escolha técnica de identificar áreas com características marcantes em relação ao padrão global da cidade estudada permite verificar como esses setores são distribuídos pelo território e perceber padrões na sua ocorrência. Ao destacar pontos que destoam do padrão é possível entender não apenas os pontos, mas a forma como o padrão é constituído.

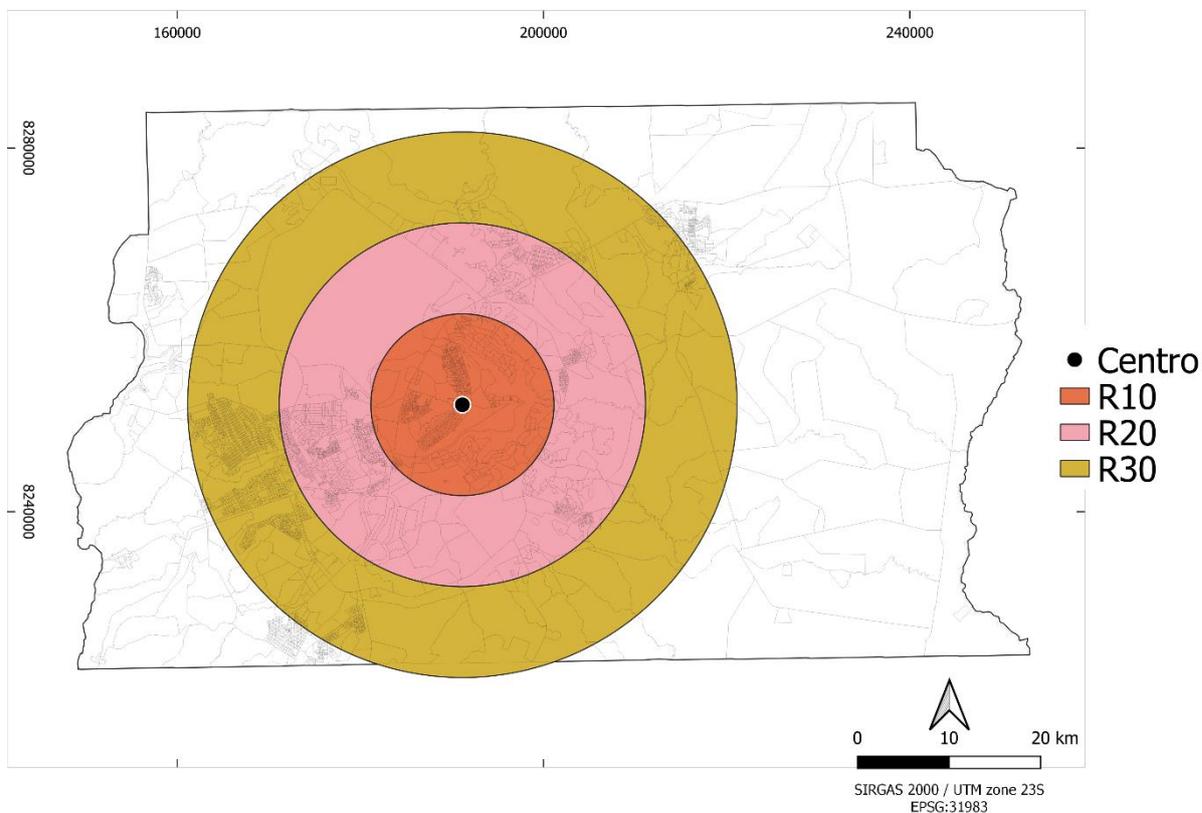
No caso em estudo, foi identificada uma tendência à segregação étnica com característica radial. Para verificar se essa tendência também se manifesta na

distribuição populacional com base na renda uma técnica diferente foi adotada. Agora não se destacará setores específicos. Pelo contrário: os setores serão aglomerados em três grandes grupos e analisados em bloco. Para tanto, dividi o território em 3 áreas que, juntas, abrigavam 86,01% da população distrital em 2010: uma correspondendo a um raio de 10 Km a partir do centro funcional (Rodoviária do Plano Piloto), denominada R10. Outra denominada R20 que corresponde ao raio de 20 Km a partir do mesmo centro, excluída a área contemplada pela R10. E, por fim, a R30, que corresponde à área contemplada pelo raio de 30 Km da Rodoviária excluídas as áreas contempladas pela R10 e pela R20<sup>85</sup>. A partir daí, identifiquei a renda média e mediana da população em cada uma das áreas, utilizando como parâmetro os setores censitários e os dados do Censo 2010. Como alguns setores censitários eram cruzados pelos limites dos raios, foi adotado como ponto de referência o centroide de cada setor. O resultado da seleção pode ser observado na **Figura 8**.

---

<sup>85</sup> O procedimento de analisar o DF a partir de raios foi inspirado em exercício análogo realizado por Mariana Bomtempo. Tive acesso ao seu exercício por meio de palestra ministrada no âmbito do debate sobre a permissão de uso residencial no Setor Comercial Sul, mas não achei publicações com esses resultados. Não dispunha, portanto, das informações de forma precisa. Ademais, não havia na apresentação o recorte de renda aqui adotado. Optei, portanto, por produzir diretamente o processamento dos dados.

**Figura 8.** Divisão do DF em raios de análise.

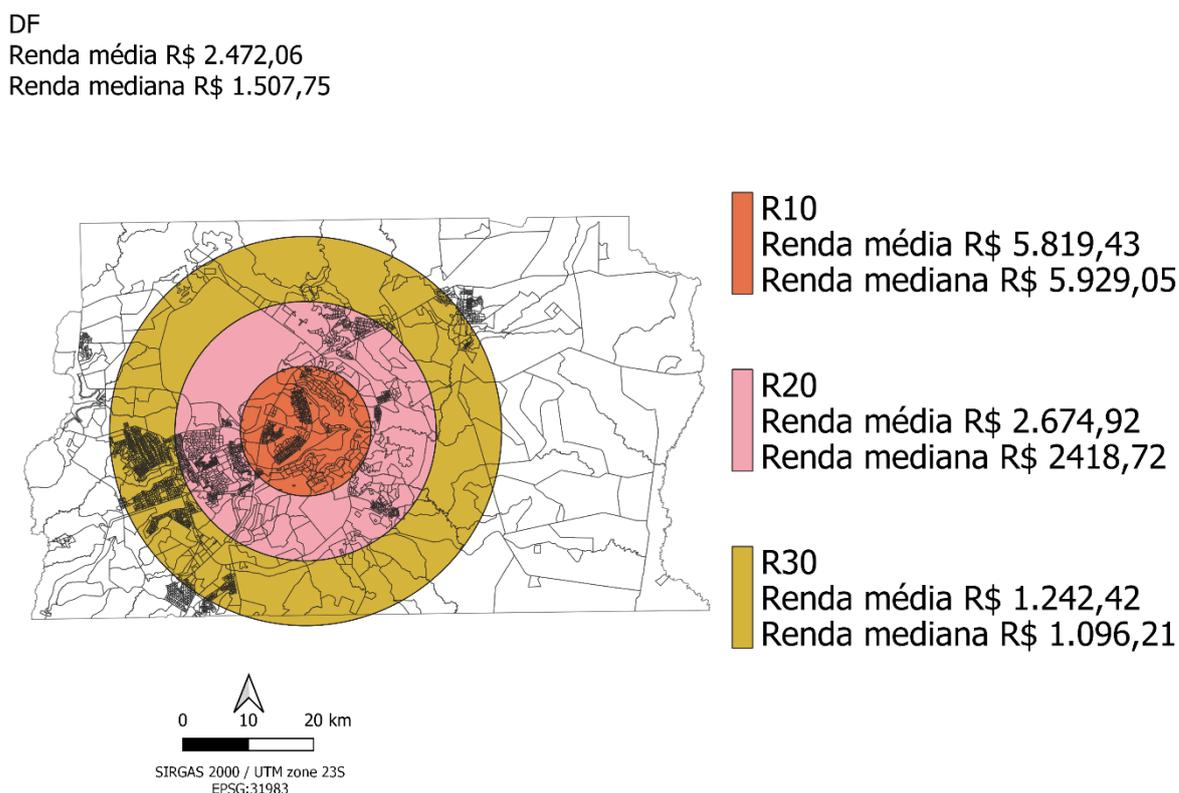


Fonte: Elaboração do autor.

A área R10 contempla a maior parte do Conjunto Urbanístico de Brasília, além do Lago Sul e da Península do Lago Norte. A R20 e a R30 envolvem as demais Regiões Administrativas do DF. O Plano Piloto, centro do CUB e principal marco ideológico e simbólico de Brasília enquanto cidade vanguarda e capital da república, concentra não apenas recursos simbólicos, mas, também, econômicos. De acordo com a PDAD 2021, 40,7% dos postos de trabalho no DF estavam no Plano Piloto, embora sua população represente apenas 7,47% do total. Considerando dados da PDAD 2011 – mais próxima possível do Censo 2010 – o quadro era de ainda maior concentração: 47,7% da população ocupada declarou desenvolver seus ofícios trabalhistas no Plano Piloto. A edição de 2011 informa, ainda, que 63,73% do total de pessoas que se deslocavam no DF para trabalhar tinham como destino o Plano Piloto. Além disso, ao verificar as rendas médias e medianas da população nas áreas R1, R2

e R3 é possível identificar que há o padrão de renda inversamente proporcional à distância do centro, conforme demonstra a **Figura 9**.

**Figura 9.** Renda média e mediana em cada zona.



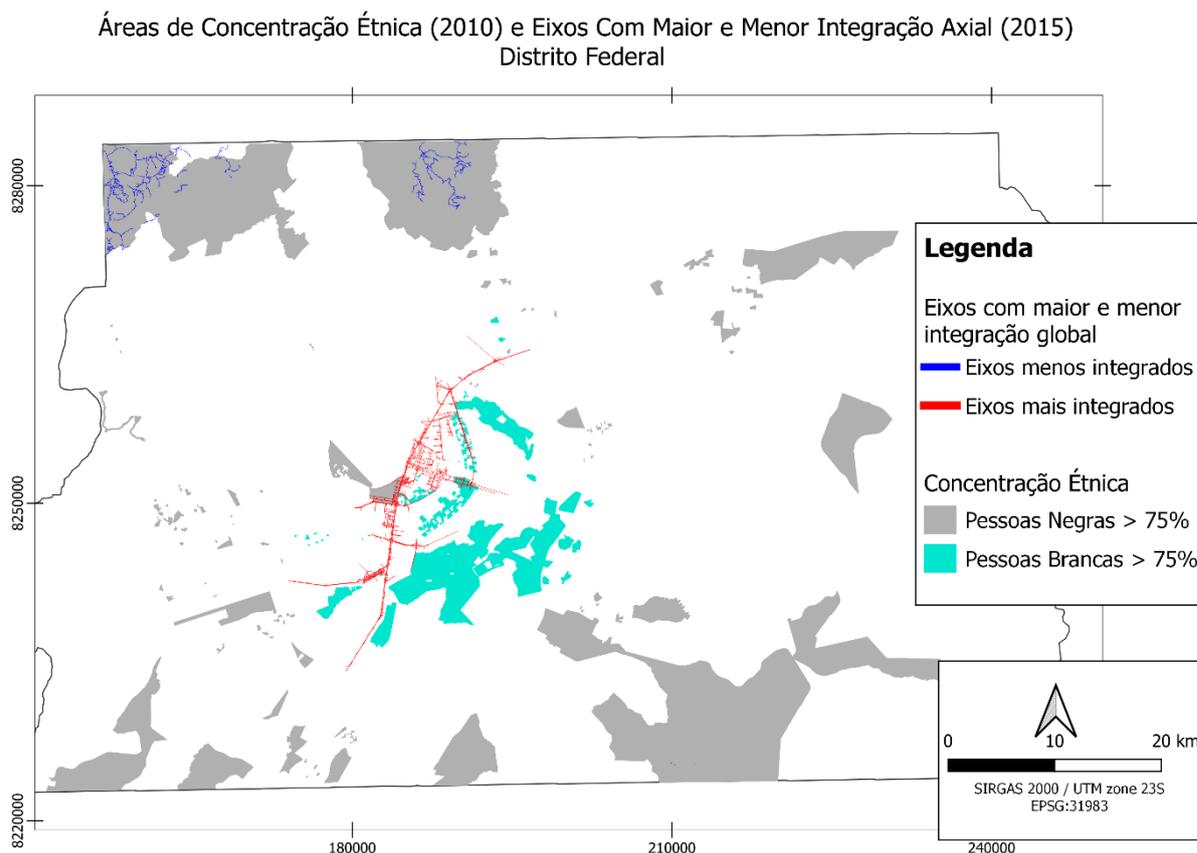
Fonte: Elaboração do autor com dados do CENSO/IBGE – 2010

A composição de renda nos anéis de Raios 10, 20 e 30 apresenta oscilação de mais de 468%, com R10 apresentando maior renda, R20 intermediária (e próxima da renda média de todo DF) e R30 a menor renda. Já a Figura 7 com setores censitários com concentração étnica destacados indica um padrão de muita concentração branca nas áreas centrais.

A segregação étnica pode ser observada, também, em função da integração axial das zonas que concentram setores censitários de maioria branca ou negra. A

Figura 10 traz dados das áreas de concentração étnica superpostas às linhas de menor e maior integração topológica do Distrito Federal<sup>86</sup>.

**Figura 10.** Concentração Étnica / Integração Máxima e Mínima



Fonte: Elaboração do autor com dados do Censo 2010 e de Mapa Axial elaborado por Juliana Coelho (2015)

Nota-se que as linhas mais integradas estão em áreas com menor concentração étnica, passando pontualmente por setores com predominância branca ou negra. Não obstante, os setores com predominância branca estão geograficamente próximos às linhas mais acessíveis do sistema. Já as linhas menos integradas estão concentradas em áreas de predominância negra, o que indica uma segregação axial

<sup>86</sup> Ajustes de cor foram feitos para melhor visualização

acompanhada de segregação racial. Essa dupla segregação é acompanhada, também, de segregação econômica, na medida em que as áreas em questão estão na divisa do DF, ou seja, distante do centro que, conforme visto na Figura 9, apresenta menor renda<sup>87</sup>.

Todas essas evidências apresentam um cenário de segregação socioespacial com característica radial no DF, ou seja, com diferenciação progressiva a partir de um ponto central, embora decorram de abordagens distintas. A primeira abordagem considerou setores censitários específicos e excepcionais. A segunda, o conjunto dos setores censitários agregados em três grandes grupos. Por fim, a identificação das vias axialmente mais e menos integradas do sistema reforçou que a segregação socioespacial é convergente com a segregação topológica.

#### 4.4. Brasília: cidade obra e cidade mercadoria

O conflito entre a cidade-obra e a cidade-mercadoria de Lefebvre assume contornos particulares em uma cidade que, enquanto obra, não foi fruto da criação e concepção coletiva, mas de planejamento central. Se para Lefebvre o caráter de obra implica compartilhamento, festa, encontro e, em última instância, o desfrute da cidade enquanto valor de uso para os cidadãos, em Brasília o valor de uso originário não se relaciona ao encontro e à vivência estabelecida a partir de desejos difusos, mas aos desejos daqueles que a concebem e viabilizam enquanto projeto político e econômico, ideológico e material. Assim, enquanto obra, seu valor de uso se relaciona inicialmente a desfrutes específicos, definidos, fechados: 1) servir como polo irradiador do capitalismo brasileiro, 2) ser a sede das instituições e do poder do Estado nacional, 3) simbolizar a síntese da nação.

---

<sup>87</sup> É possível que análise considerando o conjunto da Área Metropolitana de Brasília possa indicar que as linhas segregadas nas proximidades da divisa – bem como sua população – estão mais integradas a subcentralidades da área metropolitana associadas aos municípios do entorno do Distrito Federal.

Não obstante, uma vez estabelecida a cidade, as dinâmicas urbanas trazem à realidade cotidiana da nova capital aquilo que é comum à urbanidade: a imprevisibilidade, o choque e a pactuação em infinitas interações entre indivíduos e segmentos sociais. A cidade viva, real, que escapa a qualquer planejamento, trouxe consigo problemas e soluções que não constavam – e nem poderiam constar – no plano idealizado.

O capital espacial encontra um lugar cativo de reflexão sobre a história do DF. É na disputa por esse capital que muitos desses conflitos e pactuações, problemas e soluções se estabelecem. Para os que aportaram na nova capital tendo por recurso sua própria força de trabalho e nada mais, ou seja, para os candangos, a relação com o capital se deu, sobretudo<sup>88</sup>, na forma do trabalho. Assim, lançando mão das suas próprias capacidades produtivas, os candangos produziram riqueza e valor em Brasília. Daquilo que produziram, uma parte retornou na forma de salário ou de terra – ocupada ou cedida – e outra parte, a maior parte, foi incorporada enquanto capital comum, na forma espacial, ou enquanto capital particular, na forma de riqueza dos seus contratantes. Os operários que ergueram a Catedral ou o Congresso Nacional, que asfaltaram os dois eixos que dão forma ao Plano Piloto, que plantaram as primeiras mudas paisagísticas e ergueram monumentos, fizeram de um espaço quase sem valor no Planalto Central a capital da República, patrimônio cultural da humanidade e um dos lugares com mais alto custo imobiliário do país. Este valor incorporado não brotou do solo, como brotam os pequizeiros no Cerrado nativo, mas foi gerado a partir do trabalho de candangos que deixaram no espaço os frutos do seu suor. O valor espacial de Brasília é fruto, também, do trabalho intelectual daqueles que a projetaram. Não obstante, estes tiveram maiores retornos do valor que ajudaram a produzir do que aqueles, que sequer tem seus nomes lembrados e que terminaram

---

<sup>88</sup> Os candangos também acessaram valores que não foram fruto do próprio trabalho, qual seja, aqueles derivados da posição espacial. Todo sujeito se apropria de parte do capital espacial. Não obstante, essa apropriação foi limitada no tempo – já que a maioria foi prontamente expulsa das áreas que mais acumularam valor espacial – e no próprio espaço, já que as condições de apropriação do capital espacial eram limitadas. Embora estivessem em áreas de prestígio, carregavam o estigma do trabalho. Embora estivessem diante de muitos recursos materiais, seu usufruto não era pleno em função de condições materiais ou de *habitus*.

a obra sem muito mais do que começaram ou com menos: com marcas, mutilações ou morte por resultado do seu trabalho.

O valor incorporado à cidade pôde servir – e serviu – como instrumento de acumulação de mais valor. No capitalismo, onde há valor existe a busca pela reprodução e valorização do valor. Além do trabalho diretamente empenhado pelos projetistas e operários de Brasília, houve um fluxo imenso de trabalho de todo território nacional despejado no DF na forma de dinheiro, material, técnicas e conhecimento para sua produção. Esse estoque incrível de riqueza logo atraiu a atenção de capitalistas – detentores do processo do capital – interessados em se apropriar e fazer multiplicar (e acumular) essa riqueza.

Assim, pequenos, médios e grandes empresários puderam, de diferentes formas, estabelecer um processo de acumulação a partir do valor acumulado espacialmente em Brasília. A esses, a cidade não foi vista enquanto obra – como o foi para seus projetistas e para seus ideólogos – mas como mercadoria. A cidade foi percebida e utilizada como instrumento de reprodução do capital. As oportunidades para a acumulação começaram com as demandas próprias da construção. Tirar o Plano Piloto do papel implicou uma imensa demanda de serviços e mercadorias: transporte, fornecimento de material, execução de obras, necessidades de consumo dos pioneiros (vestimenta, alimentação, moradia). Além de processos não produtivos, como a especulação, o crédito, a apropriação direta de terras (inclusive por meios ilícitos ou semilegais). Todos esses processos se relacionam diretamente com o capital espacial e suas diferentes dimensões: tanto simbólicas, quanto materiais.

#### 4.5. Manifestações do Capital Espacial no Distrito Federal

Uma das formas de analisar a disputa pelo capital espacial é a identificação da busca dos agentes pela maximização das próprias possibilidades de deslocamento/permanência e pela maximização da capacidade de restringir o deslocamento/permanência de outros. As duas faces do poder manifesto no espaço – tanto a que se refere à própria autonomia quanto a que se refere à autonomia do outro – são essenciais para a manutenção e reprodução do capital espacial em seus

aspectos simbólicos e materiais. A seguir serão apresentados e discutidos casos históricos do desenvolvimento do DF que manifestam, de diferentes formas, a operação do capital espacial.

#### *4.5.1. Águas Claras: um marco na composição do Capital Espacial no DF.*

Simbolicamente a conformação de espaços de prestígio – e dos ganhos associados a quem deles se apropria – depende diretamente do contraste com espaços banais e com espaços de estigma. As relações de valor – tanto simbólicas quanto materiais – são relacionais e, portanto, não há prestígio ou estigma em si, mas prestígio e estigma ante algo, alguém ou algum lugar. A Região Administrativa de Águas Claras é um bom exemplo do esforço de diferenciação em busca de acúmulo de capital simbólico. Inaugurada no início da década de 1990 como um setor em Taguatinga, Águas Claras torna-se Região Administrativa em 2003. Geograficamente está distante do centro simbólico e funcional, o Plano Piloto<sup>89</sup>. Em termos morfológicos, a acessibilidade ao centro com uso de automóvel é alta por meio da Estrada Parque Taguatinga (EPTG) e a oferta de transporte público é farta tanto via ônibus quanto por Metrô<sup>90</sup>.

Embora exista forte correlação entre perfil socioeconômico e distância do centro no Distrito Federal, existem rupturas nesse padrão. Águas Claras é um emblemático exemplo de RA com alta renda e distante do Centro. Essa condição dissonante em relação ao padrão tem implicações simbólicas e materiais importantes na região desde a fundação. Ainda em 1992, quando as primeiras incorporações imobiliárias apareciam, um outdoor com publicidade institucional do Governo do

---

<sup>89</sup> Cerca de 19 Km

<sup>90</sup> A EPTG recebe muitas linhas e funciona como via arterial não apenas para carros e motos, mas também para o Sistema de Transporte Público Coletivo do DF (STPC-DF). Além disso, conta com 3 estações de metrô, a segunda maior concentração de estações por habitante dentre todas as RAs do DF.

Distrito Federal e da Terracap anunciava o propósito do novo assentamento: uma “cidade” planejada para atender a “classe média” (Figura 11).

**Figura 11.** Propaganda GDF anunciando Águas Claras



Do anúncio, duas características são importantes. A primeira, a classificação como “cidade” do que, até então, era formalmente um setor ou bairro da Região Administrativa de Taguatinga. A não remissão à RA que receberia o novo assentamento urbano e a classificação do território como nova cidade já acusa, de imediato, uma diferenciação importante: embora em Taguatinga, aquele território não seria Taguatinga. A segunda característica que merece destaque é o público para o qual a cidade era pensada, qual seja, a “classe média”. Não há um consenso na literatura econômica e sociológica quanto às definições de classe, que podem referir posição no sistema produtivo, posição na pirâmide de renda ou posição em campos sociais para além do econômico. Ainda assim, em termos semióticos é possível concluir o sentido dado à noção de classe média anunciada: não se tratava de um novo assentamento para abrigar pessoas removidas de invasões ou de assentamentos precários, como foram Samambaia e Ceilândia, mas uma nova opção de moradia para famílias com alguma estabilidade financeira e poder de consumo.

Águas Claras foi projetada pelo arquiteto Paulo Zimbres e prometia a mesma qualidade de vida do Plano Piloto, mas com preços mais acessíveis. A diferença do preço, mantida a promessa da qualidade urbanística, seria exclusivamente decorrente da posição e do valor espacial nela contido. Simbolicamente, a distância do centro e a não pertença ao conjunto urbanístico de Brasília implicam uma condição historicamente associado a espaços de estigma no DF: RAs periféricas e constituídas pela classe trabalhadora e população de menor renda. Materialmente, duas implicações principais podem ser apontadas: primeiro, a distância ao Centro implica maiores custos de deslocamento até a área com maior concentração de postos de trabalho e serviços. Esse custo foi, em parte, minimizado pela presença do Metrô – cujo traçado foi desenhado em paralelo com o planejamento de Águas Claras, de modo a garantir forte acessibilidade a esse modo de transporte na região<sup>91</sup>. A segunda implicação material é a não pertença ao Conjunto Urbanístico de Brasília, que liberou para o capital imobiliário uma vasta área para sua reprodução – ainda que às custas das características originais e do projeto urbanístico de Paulo Zimbres.

A disputa pelo capital espacial em Águas Claras em seu aspecto simbólico implica uma permanente – e ainda presente – tentativa de diferenciação em relação à periferia do DF. Essa diferenciação, já manifesta no outdoor governamental de 1992, manteve-se viva e tem relação direta com a formalização da cidade enquanto Região Administrativa, reivindicação de seus moradores que não se identificavam com Taguatinga, e com a recente separação de Arniqueira<sup>92</sup> enquanto RA independente – fruto em larga medida da diferente composição de renda em relação à média de Águas Claras.

Já em seu aspecto material, Águas Claras representa uma solução para o limite de expansão do capital imobiliário no DF. Esse limite foi superado com a conformação de novos espaços de consumo espacial por meio do mercado e do crédito no Distrito

---

<sup>91</sup> Águas Claras é, depois do Plano Piloto, a RA com maior número de estações do Metrô por habitante em todo o DF.

<sup>92</sup> Arniqueira é atualmente uma Região Administrativa do Distrito Federal, desmembrada em 2019 de Águas Claras.

Federal para população com médio e alto poder aquisitivo, antes restrito ao Conjunto Urbanístico de Brasília. Essa nova fronteira foi explorada ao máximo, inclusive adulterando, para isso, o projeto de Paulo Zimbres – principalmente no limite construtivo de 12 pavimentos. Nos anos subsequentes, condomínios e edifícios voltados a esse público se multiplicaram por outras RAs do DF, na esteira do crescimento populacional e do limite de expansão construtiva no CUB. Guará, Taguatinga, Samambaia, Ceilândia e Sobradinho são algumas das cidades que vivenciaram nos últimos anos a emergência de setores com poder econômico maior do que o tradicionalmente experimentado – e o afastamento de populações vulneráveis para áreas mais distantes do Centro (inclusive – e frequentemente – para municípios do entorno do DF).

Assim, a novidade simbólica de Águas Claras serviu como abrir de porteiros para uma novidade na dinâmica do capital espacial no DF: a expansão da fronteira da especulação e da composição da metrópole, com formação de bolhas de prestígio e bolsões de estigma em diferentes escalas nas diferentes Regiões Administrativas do DF.

#### *4.5.2. A placa de Arniqueira, o Setor de Mansões Taguatinga e o Capital Espacial Simbólico.*

Arniqueira ganhou o *status* de Região Administrativa em 2019 e em 2021 a Administração Regional inaugurou uma placa com o nome da cidade. A medida não é inovadora: letreiros com nomes de cidades ou bairros são comuns: do icônico “HOLLIWOOD” ao “EU AMO VP”<sup>93</sup>, não faltam exemplos no Distrito Federal e no mundo. O letreiro de Arniqueira, contudo, se tornou objeto de forte polêmica pública no início de 2022. Isso porque sua instalação foi feita em área próxima à quadras do Park Way, Região Administrativa composta por lotes grandes (pequenas chácaras com cerca de 2500 m<sup>2</sup>) onde são comuns mansões e condomínios que conectam uma

---

<sup>93</sup> Vicente Pires

vasta área que envolve o Aeroporto Internacional de Brasília, o Lago Sul, o Núcleo Bandeirante, a Candangolândia, Águas Claras e, desde 2019, Arniqueira.

A confusa divisa entre regiões administrativas no DF faz com que não seja fácil identificar onde começa uma e termina a outra Região Administrativa. O letreiro foi instalado na via de acesso à Arniqueira, de modo a identificar a entrada da cidade. O Departamento de Estradas e Rodagens autorizou a sinalização, feita pela Administração Regional de Arniqueira e nunca questionada pela Administração Regional do Setor de Mansões Park Way.

O episódio gerou revolta nos moradores do Park Way, insatisfeitos com a possível identificação com a região vizinha. As queixas referiam a inadequação da placa com argumentos de ordem prática, como a orientação de motoristas, mas também a reivindicação de pertença daqueles lotes ao Park Way. Existe na comunidade um desejo profundo de não confundir aquelas últimas quadras do Park Way com as primeiras de Arniqueira, desejo que pode ser interpretado a partir dos diferentes valores simbólicos de cada região. Para a comunidade, o valor simbólico de morar no Park Way – e o capital espacial acumulado a partir desse valor – foi fragilizado com o letreiro, visto que a identificação da área poderia passar a ser feita com Arniqueira. Esse capital simbólico tem conversão na forma econômica, na medida em que a perda de valor simbólico implica perda de valor imobiliário. A preocupação foi expressamente manifestada por uma moradora da Região em entrevista concedida ao portal G1, publicada no dia 17 de janeiro de 2022, em que dizia que o “letreiro está tentando valorizar a região de Arniqueira, para que o mercado mobiliário consiga vender mais lotes, enquanto desvaloriza as residências do Park Way, principalmente as mais próximas da placa”<sup>94</sup>.

A fala da entrevistada é emblemática, pelo seu conteúdo e por ter sido considerada como pertinente pelo portal G1. Sua pertinência indica que a posição tem importância ou interesse público. De forma implícita, a moradora reafirma o desejo de diferenciação apontado por Bourdieu como fundamental para o acúmulo de capital

---

<sup>94</sup> Acesso via [Letreiro de Arniqueira instalado nas proximidades do Park Way, no DF, é alvo de polêmica entre moradores | Distrito Federal | G1 \(globo.com\)](#)

simbólico. Em termos do capital espacial, a associação simbólica a Arniqueira reduz o prestígio do lugar e, conseqüentemente, seu valor espacial.

Assim, uma grande mobilização foi feita, com direito a cobertura do letreiro com tecido em que se reafirmava a identidade do setor com os dizeres “aqui é Park Way”. Os protestos tiveram resultado: para mediar a situação o poder público incluiu a palavra “acesso” abaixo do letreiro, a fim de deixar explícito que embora se acesse Arniqueira por ali, aquele balão ainda não é necessariamente em Arniqueira.

**Figura 12.** Letreiro Arniqueira



**Figura 13.** Faixa de protesto de moradores do Park Way.



**Figura 14.** Letreiro com acréscimo da palavra "Acesso"



Outro episódio da vida distrital que exemplifica a importância do aspecto simbólico relacionado ao capital espacial é a mudança do Setor de Mansões Leste de Samambaia (SML). De acordo com o portal oficial da RA de Samambaia, este Setor foi um dos primeiros a ser ocupado na Região Administrativa, fruto de licitação da Terracap em 1985. Na ocasião, foram comercializados os lotes do SML e das quadras 406 na primeira fase de consolidação no novo núcleo urbano. Após essa primeira fase, houve um massivo crescimento populacional com deslocamento de famílias despejados de ocupações e invasões pelo DF em duas fases de expansão, a última e mais significativa iniciada em 1989<sup>95</sup>. Assim, o SML foi parte da área fundacional de Samambaia.

Embora o público inicial fosse composto por servidores públicos de baixo poder aquisitivo, os lotes apresentavam características pertinentes à consolidação de uma área de prestígio. Os lotes ainda hoje são grandes, variando de 800 a 1300 metros. A arborização de ruas é maior do que na maior parte de Samambaia. Além disso, o SML ficou geograficamente afastado das quadras que viriam a ser mais densamente ocupadas com lotes menores e maior contingente populacional. A Figura 15 sobrepõe à imagem de satélite da ocupação urbana de Samambaia em 2015 (Google) a indicação do Setor de Mansões e a ocupação urbana da área em 1991 (GEOPORTAL/DF, 2022). É possível notar que ainda hoje há vazios nos arredores do Setor de Mansões, que não está ilhado apenas por uma conurbação ao Norte. Em 1991 o vazio contornava a poligonal do SML por todas as direções.

---

<sup>95</sup> Informação extraída do link <https://www.samambaia.df.gov.br/category/sobre-a-ra/conheca-a-ra/> no dia 14 de julho de 2022.

**Figura 15.** Samambaia (2015), área urbana ocupada (1991) e SMT

Imagem de Samambaia (2015) com sobreposição da ocupação urbana em 1991 e do Setor de Mansões Taguatinga



Fonte: Elaboração do autor, com dados do Geoportal/GDF e satélite Google (2015)

A conjunção de grandes lotes, arborização farta e isolamento geográfico em um setor batizado originalmente como de mansões evidencia a vontade de consolidar ali uma área destinada à população com maior poder aquisitivo<sup>96</sup>. A essas características, acrescenta-se a posição geográfica mais próxima do Centro de Taguatinga e do centro da AMB, o Plano Piloto. Assim, a área possuía valor espacial suficiente para ser mais profundamente explorada pelo capital imobiliário. Não obstante, o elemento simbólico ainda segurava a valorização mais intensa da região no início da década de 1990 por duas razões. Primeiro, porque antes da consolidação de Águas Claras era pouco tangível a consolidação de um novo centro direcionado à população de alta renda fora do CUB ou de áreas já tradicionais em RAs fundacionais como Taguatinga, Brazlândia ou Planaltina. Segundo, porque mesmo com o ajuste

<sup>96</sup> Maior poder aquisitivo em relação à população local.

espacial e ampliação da especulação imobiliária focada no público de alta renda em áreas distantes do Centro, Samambaia carregava o estigma de cidade fundada com propósito de receber populações despejadas, ou seja, marginalizadas e estigmatizadas.

As características materiais propícias para o estabelecimento de uma área de prestígio eram conflitantes com a ausência de elementos simbólicos que viabilizassem a região como área de prestígio. Conflito que foi resolvido com a adequação dos elementos simbólicos à condição material: além da porteira aberta por Águas Claras, em 1996 o Setor de Mansões Leste foi desmembrado de Samambaia e incorporado à Taguatinga, passando a se chamar Setor de Mansões Taguatinga (SMT) (Lei distrital 1.091/1996)<sup>97</sup>. À época a área já era ocupada por grandes empresários e servidores públicos da região, que viram suas propriedades valorizarem ainda mais a partir de então.

Cabe destacar o aspecto relacional do capital espacial. A estratégia de valorização simbólica de Águas Claras passou pela sua diferenciação em relação a Taguatinga. Já no caso do Setor de Mansões Leste (e posterior SMT) a incorporação por Taguatinga foi um elemento de valorização, já que a pertença anterior a Samambaia gerava estigma e a área não possui tamanho suficiente para ser tratada como Bairro, cidade ou RA própria. De acordo com a PDAD 2021, Samambaia pertence ao grupo de RAs com renda média-baixa, Taguatinga com renda média-alta, Arniqueira com renda média-alta, Park Way com renda alta e Águas Claras com renda alta. A partir dessa configuração, a comunidade do Park Way não quer ser confundida com Arniqueira, a comunidade de Águas Claras não quer ser confundida com Taguatinga e a comunidade do que até então era o Setor de Mansões Leste de Samambaia quis se tornar Setor de Mansões Taguatinga. O movimento é sempre no mesmo sentido: distanciamento da RA de menor renda, busca pela associação com a RA de maior renda.

---

<sup>97</sup> A Lei 1.091/1996 foi considerada inconstitucional por vício de iniciativa em 2010. No entanto, o entendimento da incorporação por Taguatinga e mudança de nome do Setor de Mansões já estava consolidado social e juridicamente por meio de marcos como o Plano Diretor Local de Taguatinga de 1998 (Lei Complementar nº90/1998).

#### 4.5.3. A Ponte do Lago Norte – Paranoá – Itapoã

O Lago Norte é uma Região Administrativa de renda alta<sup>98</sup> que possui um setor chamado Setor de Habitações Individuais Norte (SHIN), também conhecido como Península por ser, efetivamente, uma península no Lago Paranoá. As casas deste Setor lembram as casas do Setor de Mansões Taguatinga: lotes de cerca de 1200 m<sup>2</sup> em ruas arborizadas, alto padrão construtivo e isolamento geográfico de áreas mais populares, já que sua condição peninsular faz com que o setor só tenha um ponto de acesso terrestre ao restante da AMB. Mas com um importante diferencial: sua posição, fronteira direta com o Plano Piloto, material e simbolicamente qualificada enquanto área de prestígio.

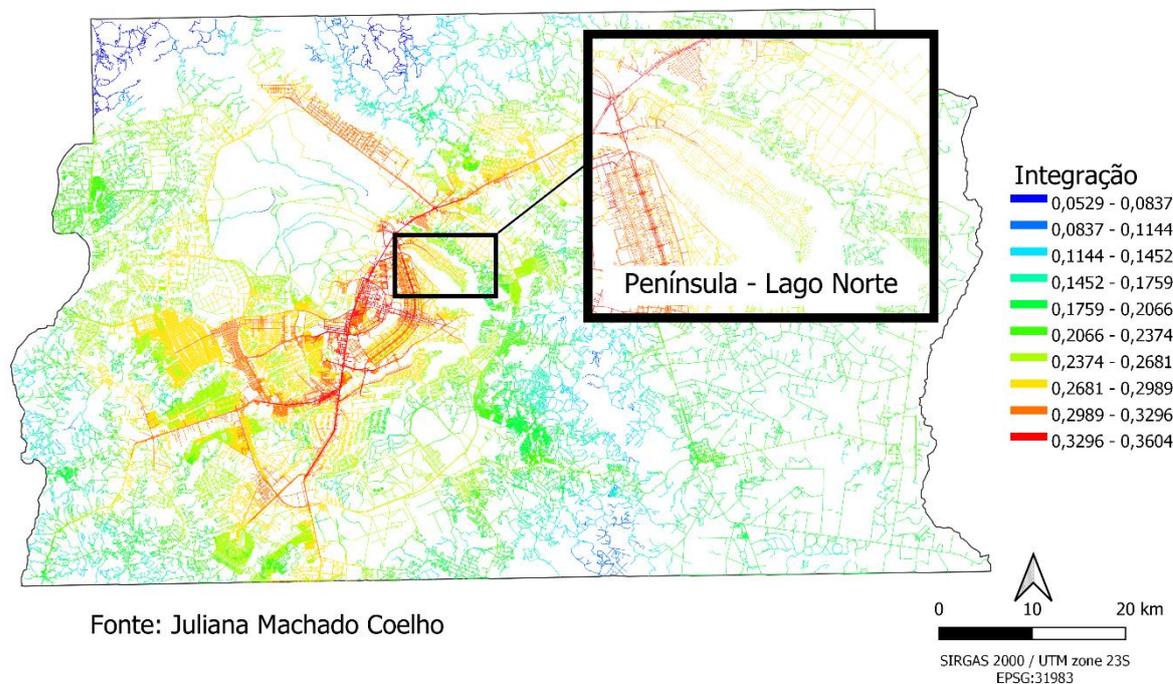
O isolamento geográfico – feito por água – implica um relativo isolamento topológico. Em comparação às outras áreas de prestígio do CUB, a Península apresenta em mapa axial uma predominância de vias de média integração, sinalizadas em amarelo na Figura 16 **Erro! Fonte de referência não encontrada.** O isolamento é reforçado pelo transporte público, que não conta com metrô, VLT ou BRT e é coberto por linhas de ônibus de baixa frequência. Assim, é difícil chegar ou sair da Península sem carro – e, mesmo de carro, a entrada e saída deve ser feita por uma única via.

---

<sup>98</sup> Renda domiciliar média de R\$ 15.867,10 de acordo com a PDAD-2021.

**Figura 16.** Integração Global Península Lago Norte (2015)

### Distrito Federal - 2015



Os fluxos possíveis na região resumem-se aos de moradores e trabalhadores ali instalados. Não há fluxo de passagem e, portanto, há relativo controle dos deslocamentos na região. Em visitas de campo e conversas com moradores da península, a previsibilidade de frequentadores da área e a ausência de caminhos alternativos para chegada e saída foram apontadas como elementos que aumentam a segurança, uma vez que “condutas suspeitas” podem ser identificadas e qualquer fuga é dificultada. O entendimento de “conduta suspeita” está associado a qualquer presença que desvie do padrão racial e de renda dos residentes, salvo aqueles diretamente ligados ao trânsito de trabalhadores para o trabalho. A presença da população de baixa renda é tida por normal quando em exercício de seus ofícios ou exclusivamente no deslocamento necessário para sua realização.

Nesse cenário, a questão racial desempenha papel central como marcador social. Apenas 6% da população local foi identificada como preta em todo o Lago Norte no âmbito da PDAD 2021 e, especificamente na península, a aponta que a península

é um dos territórios com maior concentração de setores censitários com 75% ou mais de pessoas brancas.

Existe uma proposta que pode afetar diretamente as condições de acesso à Península: a criação de duas pontes, uma a conectando à Asa Norte e outra, em sentido oposto, conectando ao Taquari, setor do Lago Norte externo à península. Essas pontes seriam parte de um esforço de integração da região norte do DF ao centro, que contaria, ainda, com um BRT que passaria pelas pontes e se estenderia até Planaltina, ao norte, e chegaria à Rodoviária, ao Centro.

A ponte representaria um incremento de acessibilidade à Península e, também, às RAs ao norte do DF, como Paranoá e Itapoã. Ademais, mudaria a configuração de acesso à península por um único ponto, acrescentando mais dois – e, com isso, tornando a área um ponto de passagem e local de fluxos não direcionados à região em si. Caso o projeto seja implementado, duas consequências podem ser observadas: primeiro, materialmente há ganho de valor espacial na medida em que os custos de deslocamento ao centro serão reduzidos. A ponte, enquanto fixo, viabiliza o fluxo, reduz o tempo e a distância percorrida. Por outro lado, a integração – sobretudo a que ligará a península às RAs ao Norte e Leste do DF – implicará prejuízo no controle dos fluxos de não moradores da região, reduzindo a possibilidade restrição e, portanto, a violência espacial material. A medida tende a dividir opiniões entre moradores: os que dependem mais do fluxo ao centro – e os que tem maiores preocupações com a valorização imobiliária – tendem a ver com bons olhos o incremento viário, já que a redução de distância ao centro representa ganho material de valor espacial. No entanto, o fluxo aberto – e consequente maior frequência de “estranhos” à região – tende a gerar uma forte reação negativa, inclusive com manifestações mais explícitas de racismo ou preconceito de classe.

Para além da Península, o projeto afetará toda região Norte e Leste do DF, a começar pela região do Taquari. Diferente da península, essa região já não conta com isolamento topológico em relação às RAs do Norte e Leste e, portanto, o incremento será apenas de valor espacial. Essa característica é percebida pelo GDF, que pretende financiar a construção das novas pontes com a comercialização de terras nessa região. A maior integração topológica e proximidade geográfica ao centro e à

península mudam material e simbolicamente a condição da área e, por isso, é parte interessante à operação do capital espacial, ou seja, de acúmulo de valor por meio do domínio espacial.

Também para os atuais ocupantes dessa região tende a haver divisão de opiniões. Parte, interessada na valorização espacial, tende a ver com bons olhos. Outra, interessada em manter as dinâmicas sociais consolidadas no território e sua própria permanência ali, no caso dos aluguéis, tende a ser contra. A resistência existe pois o uso estabelecido hoje – inclusive com uma ampla cobertura de núcleo rural – não será mais possível no novo cenário e essa mudança pode ser rechaçada por comunidades menos interessadas na valorização imobiliária. Três razões podem convergir para a preferência da manutenção da área: primeiro o receio de desapropriação – e, nesse caso, a ciência de que o excedente de valor não será representado pela indenização, ou seja, restará uma remoção forçada e com reparação a partir do valor atual. Segundo, o apego cultural e subjetivo ao lugar, que será desconfigurado e retransformado em um novo lugar com as transformações propostas. Neste caso, há a preferência pelo valor de uso do espaço, ainda que sacrificando uma valorização espacial que refletiria em aumento do seu valor de troca. Em terceiro lugar, podem resistir ocupantes não proprietários, que pagam aluguel ou tem outras formas de posse, já que a valorização espacial implicará mudanças no perfil socioeconômico da região e possível elitização da área (gentrificação). Por fim, em quarto lugar, como há famílias que vivem da produção rural na região, a mudança de perfil pode implicar a ruptura de um modo de trabalho difícil de ser compensado, já que são cada vez mais escassas as possibilidades de desenvolver ação produtiva rural em áreas mais centrais.

Já para as comunidades mais distantes da península, ao Norte e Leste, notadamente o Paranoá, Itapoã, Sobradinho e Planaltina, o impacto nas dinâmicas urbanas locais será menos importante, restando de mais marcante o incremento de valor espacial na aproximação dessas áreas ao centro. Assim, há forte tendência de avaliação positiva da intervenção nessas regiões, que terá otimizadas suas condições de fluxo sem ter, no contraponto, fluxos indesejados, associações simbólicas negativas ou fixos a alterarem a dinâmica local.

A Ponte do Lago Norte associada ao BRT Norte representam um belo exemplo de conflito espacial, em que áreas específicas serão assimetricamente atingidas e ônus e bônus espaciais podem ser diretamente percebidos material e simbolicamente. Resta destacar que a mudança afetará o conjunto do DF, na medida em que tende a distribuir os fluxos na região central. De posse do arcabouço teórico apresentado, é possível prospectar compensações para comunidades atingidas quando o impacto servir para aprofundar e não reduzir injustiças. É o caso dos atuais ocupantes do Núcleo Rural do Palha, no Taquari, que podem sofrer um processo de violência espacial, seja pela remoção forçada, seja pela pressão econômica e gentrificação. Ainda que se conclua que o ônus local é necessário em vista da melhor organização espacial para o conjunto da metrópole, é importante assegurar que esse custo seja de alguma forma compensado e que as famílias ali estabelecidas tenham direitos assegurados.

# CONCLUSÃO

## Saldo Teórico

O objetivo do trabalho foi desenvolver uma taxonomia útil à interpretação do espaço enquanto manifestação de poder. Para tanto, a maior parte da discussão foi de caráter teórico, embora sempre ancorada em dados empíricos, de fonte primária e secundária. Assim, ao longo de todo núcleo teórico houve discussão e apresentação de conteúdo de natureza empírica.

Como principal resultado há a proposição da noção de capital espacial enquanto forma particular de acumulação de valor a partir do domínio espacial. Embora o espaço seja uma variável importante da reprodução do capital em qualquer forma, pensar especificamente os mecanismos espaciais que, em si, geram acumulação ou perda de valor a indivíduos ou grupos sociais abre novos horizontes de interpretação e intervenção em fenômenos sociais.

Importante destacar que o capital espacial é uma forma específica de circulação do capital, um processo que tem uma particularidade em relação às demais formas: trata-se de capital comum, ou seja, de capital partilhado entre todos os que compõem um espaço. Isso não significa que todos os agentes que compõem um espaço obtêm o valor espacial da mesma forma e intensidade, mas que o espaço representa o acesso a valores que não derivam do próprio trabalho e que esse valor é objeto de disputa entre os diferentes agentes interessados em um lugar.

Assim, uma das contribuições teóricas desse trabalho é a capacidade de avaliar contradições e conflitos entre agentes não apenas entre classes sociais distintas, mas, também, em relações intraclasse. O capital espacial tem o poder de fazer com que qualquer indivíduo – mesmo em situação de maior vulnerabilidade e despossessão de bens – atue enquanto capitalista, no sentido de buscar extrair mais valor a partir da posse de um recurso inicial: o espaço. Por outro lado, o caráter comum do capital espacial permite a subversão da subjetividade e racionalidade instrumental – que faz

com que dominados incorporem valores e formas de agir dos dominadores – a partir de apropriações solidárias e coletivas do espaço. A disputa pelo direito à cidade não é apenas a disputa entre a cidade enquanto valor de uso e a cidade enquanto valor de troca, mas do espaço enquanto capital comum apropriado privadamente ou apropriado de forma compartilhada.

Apropriações, essas, que possuem características simbólicas e materiais. Nessas duas dimensões, o espaço é tanto definido por quanto definidor de processos sociais. Essa dualidade do espaço faz com que seu domínio seja, sempre, o domínio das relações sociais e dos indivíduos. Ter poder sobre um espaço é, em última instância, ter poder sobre as ações nesse espaço. Assim, a noção de violência espacial assume papel central na reflexão sobre as relações de poder. Em nível local e material, a violência espacial tem sido referida como arquitetura hostil. Nesse trabalho, contudo, advogo que seja chamado efetivamente de violência espacial, já que o fenômeno é a imposição de vontades por meio da força – seja no sentido de coibir fluxos e permanências, seja no sentido de os impor. Assim, aprisionar alguém em uma cela, colocar espinhos em áreas outrora propícias à permanência, estabelecer assentamentos urbanos populares a longas distâncias das áreas de prestígio ou construir muros nas fronteiras entre países são, todas, manifestações em escalas e formas diferentes de violência espacial. Sempre com dimensões simbólicas e materiais. Adotar essa perspectiva implica perceber a arquitetura, primeiro, enquanto manifestação de vontades e, segundo, enquanto impositora de condições às pessoas e, portanto, enquanto parte central das relações de poder.

Todas essas noções teóricas foram apresentadas fazendo remissões a situações empíricas que ajudaram a fundamentar suas proposituras. Uma vez obtida uma proposta teórica, experimentações dos conceitos podem ser feitas e, a partir daí, novos ajustes, refutações ou confirmações da pertinência de cada noção proposta. No presente trabalho procurei experimentar o arcabouço para avaliação de situações específicas da história do Distrito Federal. E em uma delas foi feita uma prospecção de possíveis conflitos: trata-se da discussão sobre as novas pontes do Lago Paranoá, como diferentes lugares tendem a ser afetados e as reações esperadas de suas comunidades.

Não é possível confirmar a prospecção enquanto a história não se desenvolver, mas o empenho em apontar horizontes a partir do arcabouço teórico proposto servirá, no futuro, como teste da pertinência das proposições teóricas feitas. Não obstante, toda proposta teórica deve ser submetida a permanente verificação e testagem. A prospecção feita é apenas a primeira de outras que serão necessárias a fim da conformação de um sistema referencial confiável e estabelecido. Nesse percurso, é esperado – e desejado – que ajustes sejam feitos, a fim de chegar à melhor síntese teórica.

## Implicações Práticas

Algumas implicações práticas e objetivas puderam ser obtidas com o presente estudo. O Distrito Federal tem um desenvolvimento urbano fortemente desigual e conflituoso, fruto de dois objetivos antagônicos: o simbólico ou superestrutural, que procura afastar as pessoas, e o material ou estrutural, que necessita de e atrai pessoas. A consequência mais marcante desse processo, em escala global, é a formação de uma área metropolitana dispersa e fragmentada, com reprodução em nível local de relações de centralização e periferização enquanto categorias importantes de segregação social. Intervenções que possibilitem um maior acesso ao valor espacial a populações hoje restringidas – seja por distância geográfica e topológica, seja por outros mecanismos de violência espacial – são necessárias para partilha do capital espacial e, conseqüentemente, avanço da democracia e da justiça social.

Para isso, é preciso retirar empecilhos ao fluxo ou permanência de indivíduos em áreas públicas. Qualquer medida que aumente o potencial de fluxo ou permanência a uma população é uma medida que implica aumento de acesso ao capital espacial. Esse aumento de acesso implica conflito quando as amarras ou restrições espaciais são deliberadas ou instrumentais a outros. É o caso, por exemplo, do alto custo da tarifa no transporte público coletivo, que interessa em dois aspectos a grupos específicos. Primeiro, interessa às áreas de prestígio, já que os

deslocamentos ficam condicionados ao mínimo possível<sup>99</sup>. Essa restrição é feita de várias formas: isolamento geográfico e topológico, ausência ou carência de linhas e modos de acesso por meio do transporte público, constrangimentos simbólicos, entre outros. Mas a restrição econômica, por meio da tarifa, é uma das mais objetivas e diretas: é preciso pagar para chegar ou sair e, portanto, quanto mais pobre, mais difícil é a circulação.

Há, ainda, transferências de valores e disputas espaciais entre usuários do sistema de transporte público coletivo e os usuários de automóveis particulares. Os usuários de automóveis particulares consomem grande parcela do espaço urbano, seja com vias ou com estacionamentos. Ademais, as externalidades negativas do trânsito – como a poluição, os atropelamentos ou acidentes – tem consequências para toda população, não apenas aos usuários. Por fim, o tráfego e as vias funcionam como barreiras aos deslocamentos de pedestres, ciclistas e de ônibus. Aos pedestres e ciclistas porque muitas vezes a travessia é arriscada e custosa. E aos ônibus porque os congestionamentos gerados pelo excesso de automóveis reduzem seu fluxo, aumentam seu tempo de deslocamento e representam aumento de custos, pois sem congestionamento o tempo médio de viagens seria menor, possibilitando maior número de viagens/dia por veículo e consequente redução de frota (VASCONCELLOS, 2013). Esse aumento de custo é causado pelos usuários de carros, mas pago pelos usuários de ônibus na maior parte das cidades brasileiras, já que são raras as cidades que possuem subsídios diretos à tarifa e ainda mais raras as que possuem tarifa zero.

O uso de automóveis particulares está associado à noção de apropriação privada do espaço. Existe um aspecto ideológico no incremento do carro como paradigma de mobilidade: trata-se, supostamente, de veículo associado à liberdade individual. Na prática, contudo, o resultado é a interposição de muitas normas e procedimentos para que o trânsito seja minimamente viável, resultando em estresse e cansaço de motoristas, desconexão com a cidade e com outros cidadãos e

---

<sup>99</sup> Fluxos muitas vezes possíveis apenas com o pagamento por parte dos próprios ocupantes cativos dos lugares de prestígio, enquanto empregadores.

frustração da expectativa de velocidade, na medida em que a infraestrutura urbana não acompanha o crescimento exponencial do número de automóveis e motoristas (PLANKA.NU, 2020). Assim, adotar o paradigma do transporte coletivo e da mobilidade ativa implica adotar a perspectiva ideológica e simbólica da cidade – e do espaço – enquanto capital comum.

Assim, a redução tarifária – ou, no limite, seu custo zero ao usuário – teria como resultado uma maior distribuição do capital espacial nas cidades e o reforço de seu caráter comum, com efeitos positivos para o conjunto da sociedade, mas com prejuízo pontual a segmentos que hoje se beneficiam e apropriam indevidamente de valores que não produzem. No entanto, para a maior parte dos municípios brasileiros a adoção dessa medida é difícil ou inviável, salvo com novas fontes de receita pública. Existem estudos que apresentam propostas de financiamento dessa medida, inclusive com a criação de um fundo nacional (INESC, 2019), e uma avaliação mais detalhada e empírica do impacto da tarifa zero em cidades específicas pode ser feita a partir do arcabouço proposta do capital espacial. Por ora, cabe destacar que a taxionomia proposta pode ser utilizada para discussão de problemas específicos – como a mudança dos limites de uma Região Administrativa no Distrito Federal – até problemas genéricos, presentes em diferentes cidades do país e do mundo, como as condições e o custo do transporte público, a regularização fundiária, o acesso a serviços de lazer, esporte e cultura e quaisquer outros tópicos que envolvem as possibilidades de permanência e deslocamento no espaço.

## Horizontes Abertos

Não há a pretensão de esgotar as discussões sobre a natureza do capital espacial. Se as próprias definições de capital e espaço, separadamente, já são objetos de vastas discussões em diferentes disciplinas e entre diferentes obras, a formulação de uma taxionomia que perpassa esses dois conceitos deve ser feita com ciência das possíveis controvérsias e com disposição para permanentes ajustes. Ainda que ao final tenha culminado em um sistema analítico, é reconhecido que o campo em

discussão ainda está em desenvolvimento e futuros ajustes e aperfeiçoamentos são sempre bem-vindos.

Dado o limite temporal e de escopo que atravessa qualquer trabalho, não foi possível discutir todas as possibilidades que se vislumbrou ao longo do presente estudo. Cabe registrar alguns desses pontos na conclusão, como forma de abrir horizontes a novos estudos.

Uma primeira questão importante que carece de discussão mais profunda é a forma como o debate sobre o valor espacial se insere na discussão mais ampla sobre o valor envolvendo ambientes não apropriados humanamente<sup>100</sup>. Como primeira consideração sobre essa questão, registro que o debate sobre a apropriação que possui e gera valor de uso pode, em termos teóricos, ser estendida à apropriação por outras espécies.

Ainda assim, há controvérsias possíveis nesse debate. Admitir que o valor de um espaço presume apropriação implica a noção de que espaços não apropriados podem não ter valor. Ainda que em nível alto de abstração, a reflexão sobre espaços não apropriados pode ser apontada como uma questão importante a ser considerada. Esse debate extrapola o escopo fundamental do trabalho, qual seja, as formas pelas quais a apropriação do espaço se relaciona à reprodução social. Mas como intuição inicial, considero que ainda sem apropriação direta quaisquer espaços têm efeito sistêmico (ainda que em escalas diferentes). Evocando o núcleo da terra como exemplo, ainda que sem vida (ao menos conhecida), desempenha papel no equilíbrio geral do planeta e, nesse sentido, é apropriado por toda forma de vida na terra. Se hipoteticamente não se relacionasse com nenhum tipo de apropriação, certamente a taxionomia apresentada não fosse adequada para sua análise, já que a formulação

---

<sup>100</sup> Essa reflexão foi estimulada por Sabrina Fernandes, enquanto membra da banca de avaliação da defesa da presente dissertação. Embora o problema teórico já tivesse aparecido no trabalho de forma sutil, sua provocação motivou a inclusão desse tópico com maior atenção na conclusão.

teórica desenvolvida considerou exclusivamente espaços apropriados, na medida em que tem como premissa a noção de espaço de Milton Santos<sup>101</sup>.

Outra consideração importante refere as abordagens empíricas que caberiam no presente estudo. Foram feitas remissões amplas a diferentes aspectos a afetar o capital espacial – de natureza econômica, racial, de gênero, de deficiências – mas não houve aprofundamento de estudo de caso em nenhum desses aspectos, visto que o propósito foi a formulação de taxionomia e, portanto, de um sistema instrumental à análise desses aspectos, mas, ainda, um sistema abstrato, não referente a nenhum aspecto objetivamente. Dentre as abordagens que merecem receber estudos empíricos e focalizados destaco o debate sobre acessibilidade para além da dimensão topológica e geográfica. Muito utilizada na literatura para além da arquitetura, a noção de acessibilidade costuma ser vinculada ao debate das restrições que determinados corpos e condições têm a acessar lugares. O presente estudo oferece instrumentos para discussão nesses termos, como as categorias analíticas de barreiras e restrições, fixos abertos e fixos fechados e a noção do corpo como elemento que compõe o capital espacial enquanto componente fluxo.

Por fim, o último apontamento de terreno fértil para o avanço de estudos empíricos é o dos caminhos abertos pela discussão da violência espacial. Espaço e conflito são noções intimamente conectadas e ainda assim há carências no debate sistemático, com método e técnica bem delimitados, para refletir as manifestações materiais de disputa e violência espacial. Os estudos militares desenvolveram aportes sobre espaço, poder e violência sintetizando aspectos morfológicos e sociais. O aporte do capital espacial pode ser apropriado para estudos dessa natureza. Não obstante, sua aplicação é útil para interpretação e aplicação em contextos não militares, embora potencialmente conflituosos, como as infinitas interações, choques

---

<sup>101</sup> É possível refletir se um sistema de objetos sem nenhum sistema de ações pode ser considerado um espaço. No entendimento de Milton Santos, não. Em sua principal obra ele escreveu que “a configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima” (SANTOS, 1996, p. 38). Não é um entendimento pontual: ao longo de toda sua obra o autor destaca a noção conceitual do espaço como elemento constituído por ações. Para Milton, por exemplo, o núcleo terrestre não é um espaço, embora possua uma configuração material que conforma um ambiente.

e possibilidades de encontros e esquivanças que acontecem no cotidiano urbano. O aporte de instrumento para análise do conflito e da violência espacial que não tem como horizonte único situações militares – embora aplicável também a essas situações – permite que o capital espacial seja evocado para interpretar e atuar nas mais diversas situações que envolvem o espaço como instância de poder.

## Considerações Finais

Nas considerações finais, é pertinente resgatar as questões de pesquisa apresentadas ainda na introdução. O presente estudo pretendeu responder duas questões principais, além do objetivo de propor uma taxonomia do capital espacial. A primeira questão referiu quais fatores geram a segregação socioespacial no Distrito Federal. Essa questão foi desenvolvida ao longo de todo trabalho e teve, dentre as principais hipóteses levantadas, a noção de que a contradição entre os objetivos superestruturais (ideológicos) da transferência da capital e seus objetivos estruturais (materiais) são antagônicos, o que gera um permanente processo de atração e repulsão de pessoas desde a sua fundação, com a conformação de configuração urbana dispersa, fragmentada e segregada. Há, ainda, hipóteses derivadas, como o papel de Águas Claras para redefinição do espaço propício à especulação imobiliária no DF, a operação da violência espacial em nível local e global e os esforços de diferenciação por meio do espaço a afetar os limites formais de cada Região Administrativa.

A segunda questão referiu as formas pelas quais o Capital Espacial reproduz desigualdades. Para tanto, cabe resgatar o objetivo principal do trabalho: propor um sistema conceitual capaz de captar as relações entre espaço e poder. O sistema conceitual proposto envolve, primeiro, a noção de que o capital espacial é um processo que passa pelo domínio do espaço e da dominação do espaço em relação à sociedade. Depois, que esse duplo caráter – de definidor e de definido pela sociedade – faz com que o espaço seja elemento central das relações de poder entre pessoas, com camadas simbólicas e materiais. Para a formulação desse sistema houve o esforço de manter com rigidez o encadeamento lógico e a definição explícita

de cada conceito proposto ou utilizado. O resultado foi o fluxograma presente na Figura 4. Fluxograma Capital Espacial. Nele, há o processo pelo qual o domínio espacial gera acúmulo de valor e a partir dele é possível interpretar a realidade do DF. O primeiro processo de verificação da teoria proposta é puramente teórico: futuros estudos e debates podem ser feitos a partir de eventuais lacunas lógicas, contradições formais, equívocos interpretativos das obras que serviram de base ou ambiguidades que eventualmente tenham passado despercebidas.

Não obstante, o sistema proposto foi ancorado em coleta de dados empíricos – seja por meio da observação direta ou participante, seja por meio de fontes secundárias – e, assim, é possível verificar ou buscar falsear as proposições feitas, também, por meios empíricos. Contraposições de exemplos trazidos ou evidências materiais que contradigam preceitos adotados podem ser evocados, seja em relação ao conjunto das proposições, seja em relação a parte dos resultados obtidos.

Assim, também, em sentido inverso, novos estudos podem vir a reforçar e adensar a taxionomia proposta, propor refinamentos ou ajustes para sanar lacunas existentes. É possível, por exemplo, que se desenvolvam pesquisas que tenham por objeto exclusivamente os mecanismos de violência espacial simbólica em um contexto específico. Ou, de outra feita, tendências gerais do processo do capital espacial em uma metrópole. E, em ambos os casos, pode ser que incrementos ao arcabouço teórico aqui proposto sejam pertinentes, na medida em que a definição mais estreita do objeto – e seu caráter aplicado – façam florescer problemas ou limites não perceptíveis nessa dissertação.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1985.

BAUMAN, Z. **Confiança e Medo na Cidade**. [S.l.]: Zahar, 2009.

BEASLEY-MURRAY, J. Value and Capital in Bourdieu and Marx. In: BROWN, N.; SZEMAN, I. **Pierre Bourdieu: Fieldwork in Culture**. [S.l.]: Rowman & Littlefield Publisher INC., 2000. Cap. 6, p. 100-119.

BOURDIEU, P. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, J. G. **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Westport, CT.: Greenwood, 1986. p. 241-58.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. [S.l.]: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**. [S.l.]: Papyrus Editora, 1996.

BOURDIEU, P. Capital Simbólico e Classes Sociais. **Journal of Classical Sociology**, Maio 2013.

BOURDIEU, P. Espaço Físico, Espaço Social e Espaço Físico Apropriado. **Estudos Avançados - USP** , 2103. 133-44.

COELHO, J. M. **Na riqueza e na pobreza: o papel da configuração para o estudo de centralidades e desigualdades socioespaciais em Brasília**. Brasília: Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. UnB, 2017.

COX, E. P.; COX, M. I. P. Interdição ao Corpo da Cidade: Arquitetura, urbanismo, discurso e controle social. **Linguagem, São Carlos, V. 24.** , 2015.

DIAS, S. B. Cidade hostil. **Revista Geografias, Volume 27, n. 1**, 2019.

GOHN, M. D. G. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, mai-ago 2011. ISSN 47.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, D. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOLANDA, F. B. D. **O Espaço de Exceção**. Brasília: Editora UnB, 1997.

HOLANDA, F. D. Arquitetura Sociológica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, p. Volume 9. Número 1., 2007.

HOLANDA, F. D. et al. A configuração da área metropolitana de Brasília. In: RIBEIRO, R.; TENORIO, G.; HOLANDA, F. D. **Brasília: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 64-97.

HOLANDA, F. R. B. D. **Brasília: da Carta de Atenas à Cidade de Muros**. V Seminário Nacional Docomomo Brasil. São Carlos: EESC, USP. 2003.

JATOBÁ, S. U. Crescimento Urbano na Metrópole de Brasília: potencial e limitações. In: ALDO PAVIANI, F. F. P. B. I. C. B. F. L. C. F. C. S. U. J. **Brasília 50 Anos: da capital a metrópole**. Brasília: Editora UnB, 2010. p. 307-40.

JATOBÁ, S. U. Densidades Urbanas nas Regiões Administrativas do Distrito Federal. **Textos Para Discussão**, Brasília, Fevereiro 2017. 0. Disponível em: <[https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/TD\\_22\\_Densidades\\_Urbanas\\_nas\\_Regi%C3%B5es\\_Administrativas\\_DF.pdf](https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/TD_22_Densidades_Urbanas_nas_Regi%C3%B5es_Administrativas_DF.pdf)>.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. 5ª. ed. [S.l.]: Centauro, 2009.

LEMGRUBER, J. **Um tiro no pé: Impactos da proibição das drogas no orçamento do sistema de justiça criminal do Rio de Janeiro e São Paulo. Relatório da primeira etapa do projeto "Drogas: Quanto custa proibir"**. Rio de Janeiro. 2021.

LÖW, M. O spatial turn: para uma sociologia do espaço. **Tempo Social**, vol.25, São Paulo, Novembro 2013. 17-34.

MEDEIROS, V. **Urbis Brasiliae: o Labirinto das Cidades Brasileiras**. Brasília: Editora UnB, 2006.

OLIVEIRA, F. D. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PAVIANI, A. A construção injusta do espaço urbano. In: (ORG.), A. P. **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**. Brasília: UnB, 1991. p. 115-142.

PLANKA.NU. **A Estrutura de Poder do Trânsito**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

RAMPASI, N. D. L.; OLDONI, S. M. Cidade Para Quem? Uma análise da arquitetura hostil e sua influência no espaço urbano. **Revista Thêma et Scientia - Vol. 10. nº 2E** , Julho a Dezembro 2020.

ROLNIK, R. **A Guerra dos Lugares**. [S.l.]: [s.n.], 2015.

ROMULO RIBEIRO, F. H. J. C. Índices de qualidade configuracional urbana: O caso do Distrito Federal, Brasil. **EURE (Santiago) vol.38 no.114**, Maio 2012.

SANTINI, D.; SANTAREM, P.; ALBERGARIA, R. **Mobilidade Antirracista**. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. [S.l.]: [s.n.], 1996.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 1997.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. 5ª. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, RIO DE JANEIRO, v. 40, FEV 2006.

VASCONCELLOS, E. A. **Mobilidade Urbana**: o que você precisa saber. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

VIOLÊNCIA, A. D. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. **Atlas da Violência**, 2019.